

Prospecto definitivo da distribuição pública da 1ª série de cotas seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP**

Valor da oferta pública: **R\$ 18.750.000,00**
Classificação Standard & Poor's para as cotas seniores: **"brAAf"**

Código ISIN: BRSMLPCTF000

O **FUNDO** foi cadastrado na CVM sob o número 259-3 e esta oferta pública foi registrada na CVM sob o número CVM/SRE/RFD/2008/033

O **FUNDO** foi constituído, por deliberação da Administradora, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 120 meses. Foi inscrito no CNPJ do MF sob o número 09.239.216/0001-89 e o seu regulamento foi registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Curitiba sob o número 309050 em 16 de novembro de 2007.

O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP** está ofertando 1 (uma) série de cotas seniores composta de 18750 (dezoito mil, setecentas e cinquenta) cotas, no valor cada uma de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Serão colocadas ainda, privadamente, 6250 (seis mil, duzentas e cinquenta) cotas, no valor cada uma de R\$ 1.000,00, da classe subordinada, totalizando R\$ 6.250.000,00 (seis milhões, duzentas e cinquenta mil reais) em cotas subordinadas.

Somente investidores qualificados poderão subscrever ou adquirir cotas do **FUNDO**.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias para atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente à Instrução CVM número 356, de 17/12/2001, com alterações introduzidas pelas instruções CVM número 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do **FUNDO**, bem como sobre as cotas a serem emitidas.

Os valores mobiliários objetos desta oferta serão registrados para negociação primária e secundária na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

Este **FUNDO** não conta com garantia da Administradora, da Gestora da carteira, dos prestadores de serviços ou de qualquer seguradora, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** apresentam risco para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o **FUNDO** e seus investidores.

As informações aqui contidas estão em consonância com o regulamento do **FUNDO**, em anexo, que faz parte deste prospecto. Recomenda-se a leitura cuidadosa deste prospecto, assim como do regulamento e demais anexos, com especial atenção para os itens e artigos relativos ao objetivo e à política de investimento do **FUNDO**, bem como às disposições que tratam dos fatores de risco.

Para o pagamento do resgate ou da amortização será considerado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

Todo cotista, ao ingressar no **FUNDO**, deve atestar, por meio da assinatura de um termo, que é investidor qualificado, que recebeu um exemplar deste prospecto e do regulamento e que tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento. Os investidores devem ler a seção fatores de risco nas páginas 38 a 41.

A Administradora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações, para o registro do **FUNDO** e distribuição de suas cotas, prestadas neste prospecto e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

O endereço da Administradora é Rua Pasteur 463, 11º Andar, Batel, Curitiba, PR, CEP: 80250-080. Telefone: (41) 3074-0909.

Data da edição deste Prospecto: 08/07/2008

Distribuição de cotas



Análise e seleção
de recebíveis



Administração
Estruturação



Auditoria



Custódia



Assessoria Legal



Classificação de risco



Supervisão



Sumário

1 – Resumo da operação	4
2 – Principais informações sobre o Fundo	5
Características do Fundo	5
Natureza jurídica	5
Constituição / CNPJ	5
Base legal	5
Tipo e classe do Fundo	5
Prazo de duração	5
Metas e objetivos de gestão do Fundo	5
Público alvo	5
Classes de cotas	5
Amortização	5
Data de conversão para liquidação financeira do resgate e para cálculo da amortização	5
Mercado secundário	5
Patrimônio esperado após a distribuição da 1ª série de cotas (total e por classe de cotas)	5
Cláusula compromissória	6
Nomes da administradora, gestora e dos prestadores de serviços	6
Taxas	6
Despesas do Fundo	6
3 – Informações relativas à oferta pública	8
Responsável pela distribuição	8
Emissor	8
Valores mobiliários ofertados	8
Preço unitário da cota sênior	8
Valor total da oferta	8
Classificação de risco	8
Data do protocolo na CVM	8
Rentabilidade alvo	8
Público alvo	8
Valor mínimo da aplicação inicial	8
Data do início da distribuição	8
Data máxima para o encerramento	8
Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição	8
Prazo de duração da aplicação	8
Regime de colocação	8
Amortização e resgate	8
Custos da distribuição e outros custos	9
Cronograma das etapas da oferta	10
4 – Apresentação da administradora, da gestora e dos prestadores de serviços; obrigações de cada um deles e proibições	11
Administradora, escrituradora e distribuidora das cotas	11
Perfil e histórico	11
Obrigações e vedações	12
Declaração sobre as informações prestadas neste prospecto	13
Gestora	14
Perfil e histórico	14
Função	14
Custodiante	14
Perfil e histórico	14
Obrigações	15
Agência classificadora de risco	16
Perfil e histórico	16
Função	17
Empresa de auditoria independente	17
Perfil e histórico	17
Função	18
Consultoria especializada para análise e seleção dos recebíveis	18
Perfil e histórico	18
Função	19
Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao Fundo	19
Assessoria legal	19
Perfil e histórico	19
Função	19

Supervisão	19
Perfil e histórico	19
Função	20
Distribuição	20
Perfil e histórico	20
Função	20
5 – Política de investimento do Fundo	21
Segmento de atuação	21
Critérios de elegibilidade dos recebíveis	21
Taxa mínima para a aquisição dos direitos creditórios	23
Pré-pagamento, remoção ou substituição de direitos creditórios	23
PDD e reconhecimento de perda	23
Composição, diversificação da carteira e limites de concentração	23
Custódia dos ativos	25
Pagamento pela cessão dos recebíveis	25
Cobrança regular dos direitos creditórios	26
Cobrança dos inadimplentes	26
Fluxograma da cobrança	27
Fluxograma de operação	28
Informações estatísticas sobre os direitos creditórios que comporão o patrimônio do FUNDO - 2005/2006/2007	29
Quadro estatístico	30
6 – Sobre as cotas, a distribuição de resultados e os direitos dos cotistas	31
Características das cotas	31
Emissão e distribuição	31
Amortização e resgate	35
Patrimônio líquido do fundo	35
Metodologia de avaliação dos ativos	36
Política de distribuição de resultados	36
Política relativa ao exercício de direito de voto: a assembléia de cotistas	36
Eventos de avaliação	36
Liquidação do fundo	37
7 – Fatores de risco	39
Garantias e política de administração de risco (rebaixamento de rating e outros eventos)	39
Risco de crédito	40
Risco de liquidez dos ativos	40
Risco de mercado	40
Risco de concentração	40
Risco de descasamento	41
Risco da liquidez da cota no mercado secundário	41
Risco de descontinuidade	41
Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios	41
Risco tributário	41
Risco de guarda da documentação relativa aos direitos creditórios	41
Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo	42
Riscos relacionados à Consultora	42
Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo	42
Risco referente à verificação do lastro por amostragem	42
Risco decorrente dos critérios adotados pelos originadores/cedentes ou pela Consultora para concessão de crédito	42
Risco dos direitos creditórios serem alcançados por obrigações dos cedentes	42
Demais riscos	42
8 – Regras de tributação para o investidor	43
9 – Política de divulgação de informações e sobre o atendimento ao cotista	44
Obtenção do regulamento, prospecto, demonstrações financeiras e demais documentos elaborados por força das disposições regulamentares	44
Demonstrações financeiras	44
Periódico destinado às publicações do fundo	44
Divulgação de informações	45
Resumo da política de divulgação de informações	46
Atendimento ao cotista	47
10 - Glossário / Definições	48
11- Contratos entre a Administradora e os prestadores de serviços anteriores à constituição do fundo	51
Anexos	
Anexo I – Regulamento do FUNDO e seus anexos	
Anexo II – Relatório da agência classificadora de riscos para as cotas ofertadas	

1 - Resumo da operação

Trata-se da distribuição pública da 1ª (primeira) série de cotas seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP, no valor total de R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), correspondente a 18750 (dezoito mil, setecentas e cinquenta) cotas seniores, cada uma no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O **FUNDO** colocará ainda, privadamente, mais R\$ 6.250.000,00 (seis milhões, duzentas e cinquenta mil reais) em cotas subordinadas, cada cota subordinada no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), compreendendo 6250 (seis mil, duzentas e cinquenta) cotas. No total, serão colocadas 25000 (vinte e cinco mil) cotas, perfazendo R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

As cotas seniores da 1ª (primeira) série obtiveram classificação de risco brAAf da Standard & Poor's.

Esta oferta destina-se exclusivamente a investidores qualificados e o valor mínimo para a aplicação inicial é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As cotas seniores possuem uma rentabilidade alvo de 113,50% (cento e treze inteiros e cinco décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Esta é a rentabilidade esperada se os resultados da carteira do **FUNDO** assim o permitirem, não se constituindo em uma promessa ou garantia de rentabilidade.

As cotas subordinadas, em percentual mínimo de 25% funcionam como mecanismo de proteção das cotas seniores contra eventuais perdas, pois se subordinam, para efeito de amortização e resgate, às cotas seniores.

A distribuição das cotas do Fundo terá início na data de publicação do anúncio de início de distribuição.

A partir do 31º mês, contado da data de início das atividades do **FUNDO**, as cotas seniores desta 1ª série terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 42º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês	37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

As cotas do **FUNDO** colocadas junto ao público serão registradas para negociação secundária na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

A PETRA - Personal Trader CTVM S.A. é a instituição responsável pela administração e escrituração das cotas do **FUNDO**. A gestão da carteira será feita pela PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda.. O Custodiante é o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO. A empresa SM FOMENTO COMERCIAL LTDA. foi contratada como consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis.

2 – Principais informações sobre o FUNDO

Características do FUNDO

Natureza jurídica	É uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios elegíveis conforme o seu Regulamento.
Constituição / CNPJ	O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP foi constituído por deliberação de sua Administradora. Seu regulamento foi registrado em Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR conforme Anexo I deste prospecto. O protocolo do registro do FUNDO e da primeira distribuição de cotas na CVM foi realizado em 28/05/2008. O FUNDO foi inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, administrado pela Receita Federal do Brasil, sob o número 09.239.216/0001-89.
Base legal	Resolução CMN nº 2.907 de 29.11.2001 e Instrução CVM nº 356, com alterações introduzidas pelas instruções CVM número 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07.
Tipo e classe do FUNDO	Fundo de investimento em direitos creditórios do tipo FECHADO. Fundo de longo prazo.
Prazo de duração	É de 120 meses, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas (desta 1ª série de cotas), podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembléia Geral, devendo o FUNDO ser liquidado no último dia útil do 120º mês. ATENÇÃO: o investidor não deve confundir o prazo de duração do FUNDO com o prazo de duração da primeira série de cotas que está sendo ofertada, que é de apenas 42 meses, com amortização a partir do 31º mês.
Metas e objetivos de de gestão do FUNDO	O objetivo do FUNDO é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, conforme política de investimento estabelecida em seu regulamento e apresentada neste prospecto.
Público alvo	Investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO .
Classes de cotas	Seniores e subordinadas. O FUNDO pode emitir séries de cotas da classe sênior com prazos e valores para amortização, resgate e remuneração distintos.
Amortização	No caso das cotas seniores, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido para cada série de cotas emitidas. No caso das cotas subordinadas, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido ou nas hipóteses previstas no Regulamento.
Resgate	Não haverá resgate de cotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração de cada série de cotas ou da duração do FUNDO ou, ainda, no caso de liquidação antecipada do FUNDO .
Data de conversão para liquidação financeira do resgate e para cálculo da amortização	Será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo do resgate ou amortização.
Mercado secundário	CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.
Patrimônio esperado após a distribuição da 1ª série de cotas (total e por classe de cotas)	Total: R\$ 25.000.000,00 R\$ 18.750.000,00 em cotas seniores (75%) R\$ 6.250.000,00 em cotas subordinadas (25%)

Cláusula compromissória	Quaisquer controvérsias surgidas em razão da subscrição ou aquisição de cotas do FUNDO serão decididas pela Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo S/A – BVSP.
-------------------------	--

Nomes da Administradora, gestora e dos prestadores de serviços

Administradora	PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S.A..
Gestora da carteira	PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda.
Custodiante	DEUTSCHE BANK S/A - BANCO ALEMÃO
Classificação de risco	Standard & Poor's
Distribuidora de cotas	Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escrituradora de cotas	PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S.A..
Banco cobrador	BANCO DO BRASIL S/A
Auditora independente	KPMG Auditores Independentes
Consultora p/ seleção dos recebíveis	SM FOMENTO COMERCIAL LTDA.
Assessoria legal	Peixoto Neto Advogados

Taxas

Taxa de administração	<p>Calculada de acordo com a seguinte fórmula:</p> $TA = (((1 + Tx)^{1/252}) - 1) \times PL_{(d-1)} + TC$ <p> TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil; Tx = 1% (um por cento) ao ano; PL_(d-1) = Patrimônio Líquido do FUNDO no dia útil anterior; TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, calculada de acordo com o Anexo I do Regulamento. </p>
Taxa de ingresso/saída	Não há.
Taxa de performance	Não há.

Despesas do FUNDO

São encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração acima, as seguintes despesas:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III - despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;

V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembleia Geral de cotistas;

VIII - taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha suas cotas admitidas à negociação;

X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do **FUNDO** correrão por conta da instituição Administradora.

A remuneração da Administradora engloba a remuneração da empresa de Consultoria contratada para a análise e seleção dos recebíveis, conforme a fórmula seguinte: $TA = (((1 + Tx)^{1/252}) - 1) \times PL(d-1) + TC$.

Onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = 1% (um por cento) ao ano;

PL(d-1) = Patrimônio Líquido do **FUNDO** no dia útil anterior;

TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, correspondente a 0,75% (sete décimos e meio por cento) sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo **FUNDO**, paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido

Além da taxa de administração acima, conforme tabela da página 9 deste Prospecto, o **FUNDO** terá ainda despesas com o pagamento da taxa de fiscalização da CVM, remuneração da empresa auditoria, da agência de classificação de risco das cotas seniores, do banco custodiante, e de registro de ativos na CETIP e SELIC, publicação de balanço e valor diário das cotas, totalizando R\$ 216.300,00 de despesas anuais.

Seu patrimônio e os rendimentos auferidos com os ativos e direitos creditórios adquiridos pelo **FUNDO** devem ser utilizados para o pagamento de todas as despesas, amortizações e resgates de cotas na seguinte ordem de prioridade: 1º) pagamento de todas as despesas do **FUNDO** sem ordem de prioridade entre elas; 2º) manutenção do valor investido e pagamento da rentabilidade alvo, para efeito de amortização ou resgate, das cotas seniores; 3º) manutenção do valor investido em cotas subordinadas e pagamento da rentabilidade que exceder a rentabilidade alvo prevista para as cotas seniores.

3 – Informações relativas à oferta pública

Responsável pela distribuição	Banco do Nordeste do Brasil S/A
Emissor	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP
Valores mobiliários ofertados	18750 cotas da classe senior da 1ª série emitida
Preço unitário da cota senior	R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Valor total da oferta	R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais)
Classificação de risco	"brAAf" realizada pela Standard & Poor's
Data do protocolo na CVM	28/05/2008
Rentabilidade alvo	113,50% do CDI
Público alvo	Somente investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO (consulte o glossário).
Valor mínimo da aplicação inicial	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data do início da distribuição	Data de publicação do anúncio de início de distribuição.
Data máxima para o encerramento	180 dias após a data de publicação do anúncio de início de distribuição.
Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição	10000 (dez mil) cotas da classe sênior
Prazo de duração da aplicação	42 meses
Regime de colocação	Garantia firme de colocação de cotas
Amortização e resgate (1)	Conforme cronograma adiante(1)

(1) A partir do 31º mês, contado da data de início das atividades do FUNDO, as cotas seniores desta 1ª série terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 42º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês	37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

Custos da distribuição e outros custos

As tabelas a seguir mostram os custos incorridos com a distribuição e os outros custos relacionados ao FUNDO.

DESPESAS COM A DISTRIBUIÇÃO

Despesa	Porcentagem s/ total	Valor
Comissão de coordenação	Não há	Não há
Comissão de colocação*	0,70%	R\$ 131.250,00
Outras comissões	Não há	Não há
Taxa referente ao registro da oferta	0,442%	R\$ 82.870,00
Publicação de anúncios de início e encerramento	0,020%	R\$ 3.888,00
Elaboração de prospecto	0,010%	R\$ 2.000,00
Classificação de risco das cotas	0,1387%	R\$ 26.000,00
Valor ou porcentagem sobre o total	1,3120%	R\$ 246.008,00

* Comissão base de 0,70% ("Comissão base") sobre o número total de cotas da oferta pública efetivamente subscritas e integralizadas. Nenhuma remuneração é devida pela colocação das cotas subordinadas.

Nenhuma remuneração será devida quando as cotas forem subscritas pela Administradora, Gestora, Custodiante ou Consultora do FUNDO, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias dessas prestadoras de serviços, ou por seus sócios, representantes legais ou mandatários.

Todos os custos com a implantação (estruturação) do Fundo e também a Comissão de Colocação prevista acima não afetarão o valor das cotas seniores porque serão suportados pelos recursos obtidos com a colocação das cotas subordinadas, cujo valor colocado privadamente deve suportar quaisquer despesas iniciais que o FUNDO tiver e ainda manter o grau de subordinação.

Custo unitário da distribuição pública (1ª série de cotas seniores).

Nº de cotas	Preço por cota	Porcentagem em relação ao total	Custo da distribuição	Montante líquido
1.000	R\$ 1.000,00	1,3120%	R\$ 246.008,00	R\$ 18.503.992,00

Preço por cota	Porcentagem em relação ao preço unitário por cota	Custo por cota	Montante líquido por cota
R\$ 1.000,00	1,3120%	R\$ 13,12	R\$ 986,88

Demais despesas com a criação e o funcionamento do FUNDO*

Despesa	Implantação (R\$)	Por ano (R\$)
Estruturação – Administradora	25.000,00	-
Estruturação – Custodiante	8.500,00	-
Registro/Fiscalização CVM	82.870,00	5.400,00
Auditoria	-	17.200,00
Classificação de risco	37.400,00	35.700,00
Custódia **	-	144.000,00
CETIP/SELIC	-	9.000,00
Publicação de balanço e valor diário das cotas	-	5.000,00
Total	153.770,00	216.300,00

* As despesas acima não incluem a Taxa de Administração, cuja fórmula engloba a taxa de administração propriamente dita (remuneração da Administradora), mais a taxa de controladoria e a remuneração devida à Consultora para Análise e Seleção de Recebíveis). As despesas acima poderão sofrer variações em razão de reajustes ou mudança dos prestadores de serviços. Além disso, o FUNDO poderá ter outras despesas conforme o item Despesas do FUNDO deste Prospecto.

** valor estimado para um PL de R\$ 25.000.000,00: valor almejado pelo FUNDO.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

<i>Início da oferta</i>	A Oferta, devidamente registrada na CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início de Distribuição ou de sua Retificação caso ocorra.
<i>Prazo de colocação</i>	As cotas seniores do Fundo deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição ou de sua Retificação.
<i>Distribuição junto ao público</i>	As Cotas Seniores serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme descrito na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios performados.
<i>Manifestação de aceitação da oferta pelos investidores</i>	Iniciada a Oferta, os investidores qualificados interessados em adquirir cotas poderão manifestar a sua intenção ao Distribuidor, Administrador ou ao Agente Autônomo, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até o último dia útil anterior à data do prazo final de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos boletins de subscrição das Cotas Seniores.
<i>Subscrição e Integralização das cotas seniores</i>	No ato de subscrição de Cotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador, e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de "Termo de Adesão ao Regulamento", estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto. A integralização das Cotas do Fundo deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição.
<i>Divulgação do resultado da oferta</i>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.








4 - Apresentação da administradora, da gestora e dos prestadores de serviços; funções e obrigações de cada um e vedações

Administradora e escrituradora das cotas

DADOS CADASTRAIS

PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 03.317.692/0001-94
Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel,
80250-080 - Curitiba – Paraná
Telefone/fax: (41) 3074-0909.
Representante: Edilberto Pereira
edilberto@personaltrader.com.br

REFERÊNCIAS

	Autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (Ofício DESPA/REORF-99/1088) Linha Direta: 0800-992345 Site: www.bcb.gov.br e-mail: secre@bcb.gov.br
	Registro como instituição integrante do sistema de distribuição Autorização para administração de carteiras, clubes e fundos de investimento Programa de Orientação e Defesa do Investidor: 0800-241616
	Corretora membro número 035 Centro de Informações Bovespa - CIB: (11) 3233-2178 Site: www.bovespa.com.br e-mail: bovespa@bovespa.com.br
	Corretora membro número 007 Informações: (41) 222-5191 Site: www.bvpr.com.br e-mail: bvpr@bvpr.com.br
	Sócio Efetivo Patrimonial número 5447 Informações: (11) 3119-2000 Site: www.bmf.com.br e-mail: webmaster@bmf.com.br
	Agente de Custódia número 035 Informações: (11) 3233-2333 Site: www.cbhc.com.br e-mail: cbhc@cbhc.com.br
	Participante titular de cota patrimonial Informações: (11) 3111-1400 Site: www.cetip.com.br e-mail: cetip@cetip.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A PETRA é a maior sociedade corretora de valores do Estado do Paraná. Possui mais de 11.000 clientes, sendo mais de 10.000 pessoas físicas e mais de 1.000 empresas não financeiras.

A PETRA foi a primeira e é, atualmente, a única sociedade corretora não pertencente a conglomerado bancário a obter autorização da Comissão de Valores Mobiliários para escrituração de cotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM nr. 89/88.

OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

A Administradora, observadas as limitações legais e do Regulamento do **FUNDO**, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO** e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integram a carteira.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do Auditor Independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas deste, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

É vedado à Administradora, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados derivativos;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento ou nas instruções da CVM;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356;

VI - vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII - vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios para este **FUNDO**, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;

VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

DECLARAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE PROSPECTO

A **ADMINISTRADORA** declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados, do emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, riscos inerentes e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Gestora

DADOS CADASTRAIS

PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda.
CNPJ: 06.350.042/0001-39
Avenida Paulista, 2001, 14º andar, conjunto 1403/1408, Cerqueira César,
01311-300 – São Paulo – SP
Telefone/fax: (11) 3526-9600.
Representante: Edilberto Pereira
edilberto@personaltrader.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

Constituída em 2004, a PETRA Administração e Consultoria é autorizada pela CVM para prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, gestão profissional de recursos ou valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nr. 306. A PETRA Administração e Consultoria presta serviços de gestão a pessoas físicas, jurídicas não financeiras e a investidores coletivos, tais como clubes e fundos de investimento em renda fixa e variável, e responde pela gestão de mais de 170 diferentes portfólios.

FUNÇÃO

A PETRA Administração e Consultoria responde pelos serviços de gestão da carteira do FUNDO previstos no inciso II do artigo 39 da Instrução CVM nr. 356.

Custodiante

DADOS CADASTRAIS

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO
CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 13º, 14º e 15º andares
04538-132 - São Paulo – SP

PERFIL E HISTÓRICO

O grupo Deutsche Bank atua no Brasil desde agosto de 1911. Na ocasião o “Deutsche Überseeische Bank” ou Banco Alemão Transatlântico, como era conhecido, operava como banco comercial, estabelecendo sua sede no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois foram abertas novas filiais em São Paulo e Santos.

Após o fechamento temporário, durante a Primeira Guerra Mundial, essas filiais foram reabertas e o Banco continuou sua expansão, inaugurando uma nova agência em Curitiba.

Com a fusão do Deutsche Bank com a “Disconto-Gesellschaft AG” foram incorporadas ao banco, através da assunção do “Brasilianische Bank für Deutschland” em 1930 duas outras filiais, em Porto Alegre e Salvador. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, as seis filiais do Banco Alemão Transatlântico foram novamente fechadas.

A reabertura ocorreu a partir da recuperação de uma carta-patente em 1968, na praça de São Paulo. Após a incorporação completa do “Deutsche Überseeische Bank” em 1978, o Deutsche Bank passou a atuar no Brasil sob seu próprio nome.

Desde 18 de março de 1994 o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. No início de outubro de 1994 o Deutsche Bank S.A. recebeu a licença para atuar como banco múltiplo.

Nos últimos anos, o Deutsche Bank implementou uma estrutura bancária de atacado focalizada nos clientes para fornecer e organizar financiamento, aconselhar na administração de riscos e executar estratégias financeiras, além de prover serviços de gerenciamento de investimentos internacionais.

De acordo com o foco no negócio orientado por taxas e produtos internacionais, seus clientes alvo são basicamente companhias multinacionais, grandes empresas com responsabilidades financeiras que necessitem de soluções internacionais, estatais com necessidades de banco de investimento e operações internacionais e instituições financeiras.

OBRIGAÇÕES

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços;
- II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do mesmo;
- VII – observar para que somente as ordens emitidas ao Custodiante pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Sem que o Custodiante se exima de sua responsabilidade por tais serviços, a Consultora foi contratada para:

- a) receber a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;
- b) efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, cabendo à Consultora a responsabilidade pelo depósito dessa documentação, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e
- c) manter atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO** e com livre acesso para o Custodiante, a auditoria independente, a agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores.

A subcontratação da Consultora para a realização dos serviços descritos acima não afasta a responsabilidade do Custodiante perante o **FUNDO**, a CVM e os investidores, pelas atividades subcontratadas.

Em razão do **FUNDO** possuir significativa quantidade de créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores e de cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante está autorizado a efetuar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem.

O Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos direitos creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo III ao Regulamento do **FUNDO**. Os relatórios de rating deverão analisar a adequação dos procedimentos estabelecidos nesse anexo e seu impacto na classificação concedida.

Eventuais vícios verificados nos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios serão comunicados à Administradora e à agência classificadora de risco do **FUNDO**.

Agência classificadora de risco

DADOS CADASTRAIS

Standard & Poor's Rating Services
CNPJ 02.295.585/0001-40
Rua Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar
CEP: 01451-000
São Paulo - SP

PERFIL E HISTÓRICO

A Standard & Poor's é uma das mais importantes provedoras globais de dados, avaliações, análises e opiniões independentes sobre investimentos. Nasceu em 1941, da fusão entre a Standard Statistics e a Poor's Publishing Company, e em 1966 foi adquirida pela McGraw-Hill Companies, Inc.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Business Week, McGraw-Hill Education e a própria Standard & Poor's. A corporação tem mais de 290 escritórios em 37 países.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo. Em julho desse ano, também lançou sua Escala Nacional Brasil.

No ano de 1999, como resultado da necessidade de informação e de transparência, e da crescente sofisticação do mercado brasileiro, a Standard & Poor's foi contratada para analisar a indústria de fundos brasileira, utilizando o processo Select Fund da Standard & Poor's, desenvolvido para atender não apenas o investidor institucional ou sofisticado, mas também o pequeno investidor.

Em 2001, a Standard & Poor's lançou sua classificação das práticas de empresas brasileiras administradoras de recursos de terceiros (AMP - Asset Management Practices).

Desde então, a Standard & Poor's vem ampliando sua cobertura de ratings tanto na escala global como na Escala Nacional Brasil e também consolidando sua marca, além de suas análises, opiniões e avaliações, as quais vêm sendo utilizadas como benchmarks para a comunidade financeira.

FUNÇÃO

Avaliar e classificar o risco que envolve cada classe ou série de cotas que é destinada à colocação pública.

Empresa de auditoria independente

DADOS CADASTRAIS

KPMG Auditores Independentes
CPNJ 57.755.217/0001-29
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-090 - São Paulo- SP

PERFIL E HISTÓRICO

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. Nos últimos três séculos, o histórico da organização foi marcado pelos nomes de seus principais membros-fundadores, cujas iniciais formam o nome "KPMG".

- K representa Klynveld. Piet Klynveld fundou a firma de contabilidade Klynveld Kraayenhof & Co. em Amsterdã, em 1917.
- P representa Peat. William Barclay Peat fundou a firma de contabilidade William Barclay Peat & Co. em Londres, em 1870.
- M representa Marwick. James Marwick fundou a firma de contabilidade Marwick, Mitchell & Co. com Roger Mitchell na Cidade de Nova York, em 1897.
- G representa Goerdeler. O Dr. Reinhard Goerdeler foi, por muitos anos, Presidente do Deutsche Treuhand-Gesellschaft e, posteriormente, da KPMG. Ele foi um dos grandes incentivadores da fusão com a KMG.

Em 1911, houve a fusão da William Barclay Peat & Co. e da Marwick Mitchell & Co., para formar o que seria posteriormente conhecido como Peat Marwick International (PMI), uma rede mundial de firmas de contabilidade e consultoria.

Em 1979, a Klynveld fundiu-se a Deutsche Treuhand-Gesellschaft e a McLintock Main Lafrentz, uma firma internacional de serviços profissionais, para formar a Klynveld Main Goerdeler (KMG).

Em 1987, houve uma fusão entre a PMI, a KMG e suas firmas-membro. Atualmente, todas as firmas-membro no mundo adotaram o nome KPMG exclusivamente ou o incluem em suas razões sociais.

A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 123.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 145 países.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em 12 cidades do Brasil, e conta com aproximadamente 2.100 funcionários nos escritórios brasileiros.

FUNÇÃO

Realizar auditoria independente nas operações e demonstrações financeiras do **FUNDO** para, dentre outras finalidades, verificar se as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como se as negociações foram realizadas a taxas de mercado; se as demonstrações refletem a realidade financeira do **FUNDO** e se os direitos creditórios estão lastreados em autênticos documentos e operações de acordo com a política de investimento estabelecida.

Consultoria especializada para análise e seleção dos recebíveis

DADOS CADASTRAIS

SM FOMENTO COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 72.104.144/0001-07
Av. Santos Dumont 3060, sala 619, Aldeota,
60150-161 - Fortaleza, cE
Telefone: (85) 3486-2000
Representante: Delano Macedo de Vasconcelos
e-mail: delano@smfomento.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

O Grupo SM, com negócios em oito estados do país, tem foco nas áreas de fomento mercantil, consultoria empresarial, empreendimentos imobiliários e correspondente bancário.

Desde 1993 atuando no segmento de fomento mercantil no mercado brasileiro, a SM Fomento está presente nos seguintes Estados: Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

A SM FOMENTO COMERCIAL LTDA é filiada à ANFAC desde o primeiro ano de suas atividades, e está qualificada para prestar os serviços de análise e seleção de recebíveis para este **FUNDO**.

FUNÇÃO

A SM FOMENTO COMERCIAL LTDA. foi contratada para exercer a função de consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis que serão adquiridos pelo **FUNDO**.

O **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios cuja seleção tenha sido realizada pela SM FOMENTO COMERCIAL LTDA. e que estejam de acordo com a sua política de investimento e critérios de seleção de recebíveis previstos no Regulamento. Adicionalmente, a Consultora será responsável pela guarda da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios, ficando como fiel depositária dessa documentação, sem que isso exclua a responsabilidade do Custodiante pelas atividades que foram subcontratadas.

Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao fundo

Conforme parágrafo primeiro do artigo 56 do Regulamento, a Consultora também poderá ceder direitos creditórios ao **FUNDO** desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do **FUNDO**. A Consultora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do **FUNDO** poder adquirir direitos creditórios de sua titularidade.

Assessoria legal

DADOS CADASTRAIS

João Baptista Peixoto Neto
OAB SP: 104.907 / OAB MG: 1144 A
Rua Teodoro Sampaio 1765, 4º andar, Pinheiros
05405-150 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3063.9040 / fax: (11) 3064.9056
joaopeixotoneto@uol.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

Responsável pelo escritório Peixoto Neto Advogados, o Dr. João Baptista Peixoto Neto é formado pela Universidade de São Paulo, onde cursou pós-graduação, em nível de mestrado, na área de direito internacional. Tem mais de 12 anos de experiência na área de direito comercial, especialmente em questões societárias e de mercado de capitais.

FUNÇÃO

Assessorar juridicamente os estruturadores do **FUNDO**, redigindo ou auxiliando na redação de todos os documentos e contratos. O objetivo dessa assessoria foi garantir que o Regulamento, o Prospecto e demais documentos estão, na forma e em seu conteúdo, de acordo com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários e que atendem à legislação vigente, além de estarem adequados juridicamente para os objetivos aos quais se destinam.

Supervisão

DADOS CADASTRAIS

ANFAC – Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring
CNPJ: 27.642.602/0001-07
Rua Mario Amaral 172, 11º andar, Paraíso
04002-020 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3889.2300
Fax: (11) 3549.4866
Representante: Luiz Lemos Leite

PERFIL E HISTÓRICO

A ANFAC é uma entidade sem fins lucrativos, fundada há 25 anos, cujo objetivo precípua é definir, caracterizar e tipificar o fomento mercantil –factoring, estimular e organizar a atividade no Brasil. A ANFAC funciona, para as suas associadas e para o setor, como órgão auto-regulador da atividade de fomento mercantil no país.

FUNÇÃO

A atividade de supervisão desempenhada pela ANFAC não é remunerada pelo **FUNDO** e consiste em:

- 1) Fornecer assistência técnica para garantir a aderência do **FUNDO** às melhores práticas e às normas relativas à negociação de direitos creditórios;
- 2) Identificar as necessidades e sugerir melhorias em busca da consecução dos objetivos Fundo, a partir do seu amplo conhecimento sobre cessão de créditos por pequenas e médias empresas;
- 3) Disseminar conhecimentos acerca da securitização e do funcionamento do Fundo para suas filiadas, buscando difundir a sua utilização nas operações envolvendo direitos creditórios do segmento das pequenas e médias empresas;
- 4) Participar das discussões sobre as condições comerciais praticadas pelos prestadores de serviços do **FUNDO** (administradora, custodiante, agência de rating e auditoria), buscando a melhor relação custo/qualidade

Distribuição

DADOS CADASTRAIS

DADOS CADASTRAIS

Banco do Nordeste do Brasil S. A

CNPJ: 07.237.373/0001-20

Avenida Paranjana, nº. 5.700

60.740-000 – Fortaleza - CE

PERFIL E HISTÓRICO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

Maior instituição da América do Sul voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BNB criou diversos instrumentos que lhe possibilitou atuar mais próximo dos clientes e ampliar suas atividades, buscando contribuir para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, associada à melhoria das condições de vida da população nordestina.

FUNÇÃO

Distribuição das cotas do tipo senior a investidores qualificados.

5 - Política de investimento do FUNDO

Segmento de atuação

O FUNDO irá adquirir recebíveis de empresas que atuam nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas.

Critérios de elegibilidade dos recebíveis

O FUNDO irá adquirir direitos creditórios de empresas com sede no Brasil, indicadas e aprovadas pela Consultora, denominadas Cedentes, resultantes de suas vendas mercantis já entregues ou de serviços já prestados.

O FUNDO poderá adquirir direitos creditórios diretamente da Consultora desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do FUNDO.

Os limites de concentração por cedente aplicam-se exclusivamente aos originadores e coobrigados dos créditos.

O FUNDO não poderá adquirir direitos creditórios da Administradora e/ou de sua obrigação/coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Respeitada a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste Regulamento; cabe à Consultora a decisão de adquirir quaisquer direitos creditórios de qualquer cedente.

Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo FUNDO deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, às seguintes (I) condições de cessão e aos (II) a (IV) critérios de elegibilidade:

I – O FUNDO somente poderá adquirir direitos creditórios que tenham sido submetidos à prévia análise e seleção pela Consultora, que deverá realizar ou acompanhar os procedimentos seguintes até a liquidação da cessão:

- 1 - Seleção de cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
- 2 - Verificação de eventuais restrições cadastrais;
- 3 - Visita à futura cedente;
- 4 - Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
- 5 - Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
- 6 - Aprovação em comitê de limite operacional;
- 7 - Certificação digital dos representantes legais da empresa e dos responsáveis solidários;
- 8 - Formalização do contrato que regulará as cessões;
- 9 - Recebimento de borderôs;
- 10 – Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados;
- 11 - Confirmação de títulos junto aos sacados;
- 12 - Aprovação da operação segundo os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do FUNDO;
- 13 - Encaminhamento de arquivo eletrônico com a relação de títulos à Administradora e ao Custodiante;
- 14 - Teste de elegibilidade (com base nos critérios estabelecidos neste Regulamento) por parte da Administradora e do Custodiante;
- 15 - Envio do contrato digital, pela Administradora, para assinatura dos representantes legais das cedentes;
- 16 - Pagamento da cessão, pelo Custodiante, em conta corrente da cedente.

II - o FUNDO não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 15% (quinze por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores.

III – Caso, considerada pro-forma a aquisição dos direitos creditórios ofertados, a carteira do **FUNDO** apresente 2% (dois por cento) de concentração em títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ), a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo sacado (empresas sob controle comum, controladas ou controladoras e, também, coligadas), assegurando que sejam respeitados os seguintes limites:

- a) 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como devedores/sacados;
- b) 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como cedentes;
- c) 9% (nove por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como cedentes e devedores/sacados conjuntamente.

IV - Os direitos creditórios liquidados por meio de cheques não poderão representar mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

V - o FUNDO somente poderá adquirir direitos de crédito cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento do **FUNDO**; e somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

VI - Cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do **FUNDO**, respeitando-se os limites de concentração previstos no Regulamento;

VII – Os direitos de crédito devem ser de responsabilidade de devedores/sacados que, na data da cessão de tais direitos de crédito ao **FUNDO**, não apresentem qualquer valor em atraso com o **FUNDO** há mais de 15 (quinze) dias.

VIII – O **FUNDO** só poderá adquirir direitos creditórios com prazo de vencimento entre 5 e 180 dias da data de aquisição.

As operações de aquisição dos direitos de crédito pelo **FUNDO** deverão ser realizadas necessariamente com base nas cláusulas e condições estabelecidas no Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios (modelo conforme ANEXO IV do Regulamento do **FUNDO**) a ser celebrado pelo **FUNDO** com as Cedentes, previamente à realização de qualquer operação entre o **FUNDO** e a Cedente. A Cedente responderá solidariamente com seus Clientes pelo pagamento dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

A Consultora deverá selecionar apenas direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade elencados acima, conforme estabelecido no Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios (ANEXO IV do Regulamento do **FUNDO**) celebrado entre o **FUNDO** e a Consultora.

Constatada a qualquer tempo pela Administradora a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** a qualquer dos critérios de elegibilidade, a Consultora será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do **FUNDO**.

Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora, Consultora ou Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

As informações descritivas sobre os direitos creditórios da carteira semelhante àquela que o **FUNDO** irá adquirir encontram-se nas páginas 29 e 30 deste prospecto, contendo as características relevantes dos direitos creditórios, tais como número de direitos creditórios, valores, prazo de vencimento médio da carteira, atrasos, volume diário entre outras características. Os direitos creditórios

da carteira são originários de vendas de mercadorias ou de prestação de serviços e não contam com nenhuma espécie de garantia, a não ser a coobrigação das empresas cedentes (garantia fidejussória).

Taxa mínima para aquisição dos direitos creditórios

O **FUNDO** deverá observar, em cada aquisição de direitos creditórios, uma taxa mínima de cessão equivalente a 151,50% do CDI, cujo objetivo é possibilitar ao **FUNDO** o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as cotas seniores.

A taxa mínima na data deste prospecto corresponde a 1,3217% a.m.

Pré-pagamento, remoção ou substituição de direitos creditórios

O pré-pagamento de direitos creditórios, caso ocorra, não gerará nenhum efeito sobre a rentabilidade das cotas ofertadas porque não haverá desconto para o pagamento antecipado. E, mesmo que houvesse desconto, ele seria pro rata die. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o **FUNDO** caso o sacado decida antecipar o pagamento.

O pré-pagamento, além disso, é evento raro de ocorrer no segmento de atuação do **FUNDO**:

pequenas e médias empresas, cujos direitos creditórios cedidos não são de valores elevados e também porque o prazo médio dos títulos é reduzido.

O **FUNDO** não permite a substituição de direitos creditórios, tampouco acréscimo e, em caso de remoção, por qualquer motivo, a empresa Cedente é responsável pelo pagamento. O **FUNDO** tem direito de regresso contra a Cedente, nos termos do contrato que regula as cessões, em caso de inadimplência do sacado ou no caso de existirem quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento do direito creditório e, ainda, em qualquer outra hipótese de não pagamento por culpa ou dolo da cedente ou do sacado.

PDD e reconhecimento de perda

Para a provisão dos valores referentes aos direitos creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I – Até o 30º (trigésimo) dia de atraso, o valor contabilizado do título em atraso no ativo corresponderá ao valor de face do respectivo título, não sendo realizada qualquer provisão;

II – Para cada dia decorrido a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III – Ao final do 60º (sexagésimo) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Isso significa que, após 60 dias de atraso, o crédito é considerado como perda do **FUNDO**.

Composição, diversificação da carteira e limites de concentração

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) títulos e valores mobiliários privados previamente aprovados pela Assembleia Geral de cotistas e que possuam classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior à classificação de riscos das cotas do **FUNDO**, consideradas apenas as classificações de risco concedidas pela Standard and Poor's.

A carteira do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será composta de ativos financeiros: títulos da dívida pública e títulos privados emitidos por instituições financeiras, e, desde que previamente aprovados pela Assembleia Geral de cotistas, outros títulos e valores mobiliários privados, com prazo médio (da carteira) superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Relativamente aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, cabendo à Consultora manter dados cadastrais sobre as cedentes que pertençam ao mesmo grupo econômico para controlar o limite estabelecido neste inciso; e

II - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**.

III - O fundo não poderá adquirir direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade em percentual superior a 20% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido.

IV - O **FUNDO** adota como limites máximos de concentração:

a) até 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** poderão ser aplicados em direitos de crédito originados por uma mesma Cedente;

b) o limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, por devedor dos direitos de crédito, será de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

O limite de concentração previsto acima não se aplica à aquisição de títulos públicos federais.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

RESUMO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E PERCENTUAL MÁXIMO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*):

Ativos	Mínimo	Máximo
a) Direitos creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%
d) Títulos de emissão do Banco Central do Brasil	0%	50%
e) Títulos e valores mobiliários privados previamente aprovados pela Assembleia Geral de Cotistas (classificação mínima igual à das cotas seniores, considerando apenas as classificações de risco concedidas pela Standard & Poor's).	0%	50%
f) Valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum	0%	10%

g) Total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum	0%	20%
h) Total de direitos creditórios originados por uma mesma cedente	0%	6%
i) Total de direitos creditórios de responsabilidade de um mesmo devedor/sacado.	0%	3%
j) Caso, considerada pro-forma a aquisição dos direitos creditórios ofertados, a carteira do FUNDO apresente 2% (dois por cento) de concentração em títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ), a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo sacado (empresas sob controle comum, controladas ou controladoras e, também, coligadas), assegurando que sejam respeitados os seguintes limites:		
a) 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO do respectivo Grupo Econômico como devedores/sacados	0%	5%
b) 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do FUNDO do respectivo Grupo Econômico como cedentes	0%	6%
c) 9% (nove por cento) do patrimônio líquido do FUNDO do respectivo Grupo Econômico como cedentes e devedores/sacados conjuntamente	0%	9%
k) Operações compromissadas	0%	50%

(*) - Após 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**.

Custódia dos ativos

Os direitos creditórios serão custodiados no Banco Custodiante e os demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Pagamento pela cessão dos recebíveis

O **FUNDO** pagará pela cessão dos direitos creditórios, por intermédio do Banco Custodiante, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à Cedente.

Não serão admitidas remessas para contas de pessoas que não sejam as próprias cedentes dos direitos creditórios.

A Consultora será responsável pela comunicação aos devedores, sacados das duplicatas, da cessão dos direitos creditórios para o **FUNDO** até 3 (três) dias após a realização da cessão.

Conforme previsto no contrato que regula as cessões, exclusivamente em caso de vícios dos direitos creditórios ou de não pagamento pelo devedor na data de seu vencimento, a cedente obriga-se a recomprá-los.

Cobrança regular dos direitos creditórios

A liquidação dos direitos creditórios será realizada:

I – por meio de cheques emitidos pelos clientes das Cedentes, endossados pelas Cedentes ao **FUNDO** por chancela mecânica ou eletronicamente, e entregues ao Banco Cobrador, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da aquisição de direitos creditórios, para guarda e cobrança em nome do **FUNDO**;

II – através de boletos bancários, tendo o **FUNDO** por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos sacados.

O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas pelo **FUNDO** será efetuado diretamente em conta corrente do **FUNDO** junto ao Banco Cobrador, que se utilizará do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos creditórios será recebido por qualquer uma das Cedentes ou pela Consultora.

Cobrança dos inadimplentes

A cobrança dos direitos de crédito vencidos e não pagos será realizada pela Consultora, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa especializada em serviços de cobrança indicada pela Consultora.

Os direitos de crédito poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo **FUNDO**.

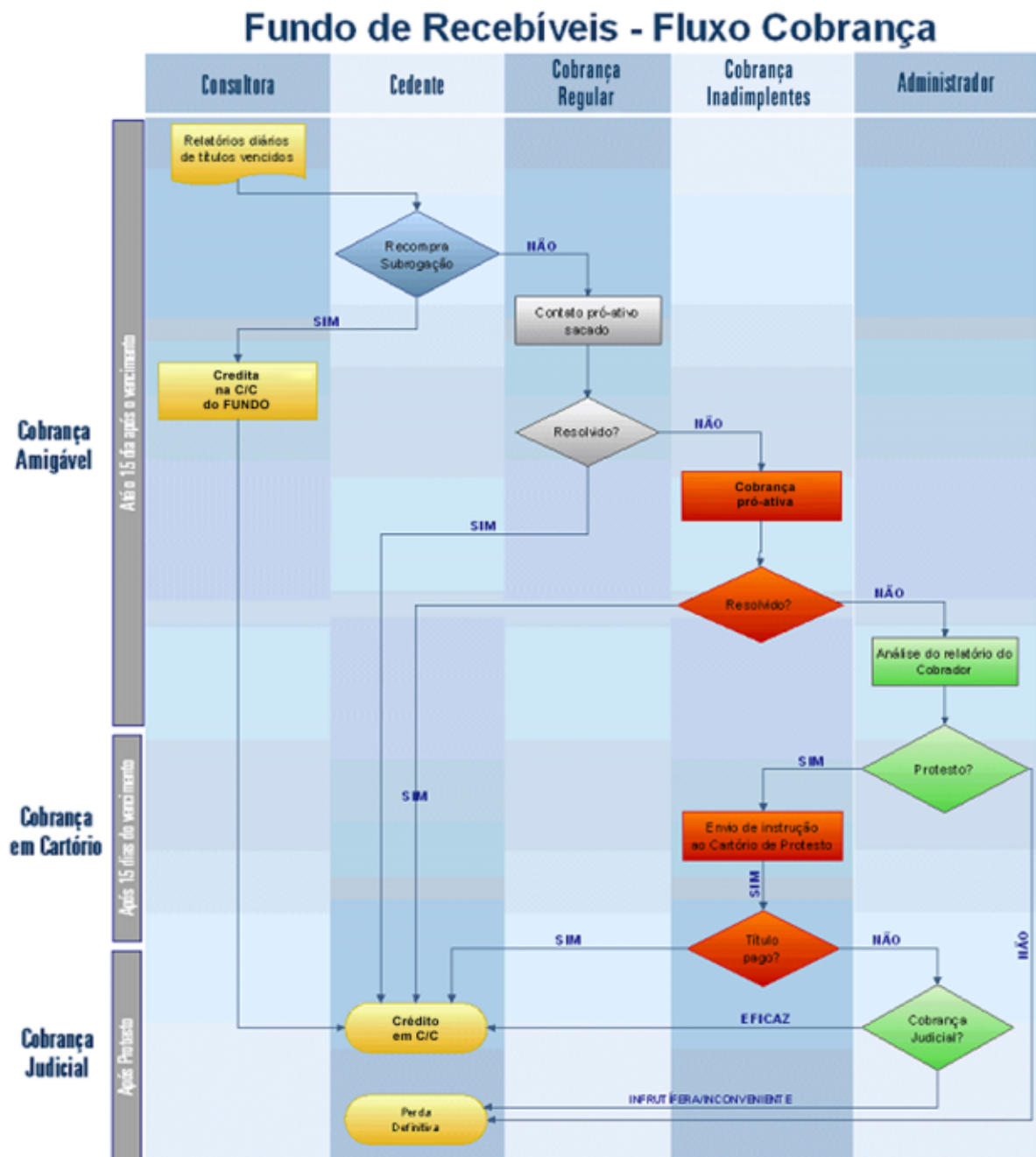
As instruções de cobrança dos direitos de crédito deverão respeitar o seguinte:

I – As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora;

II – As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;

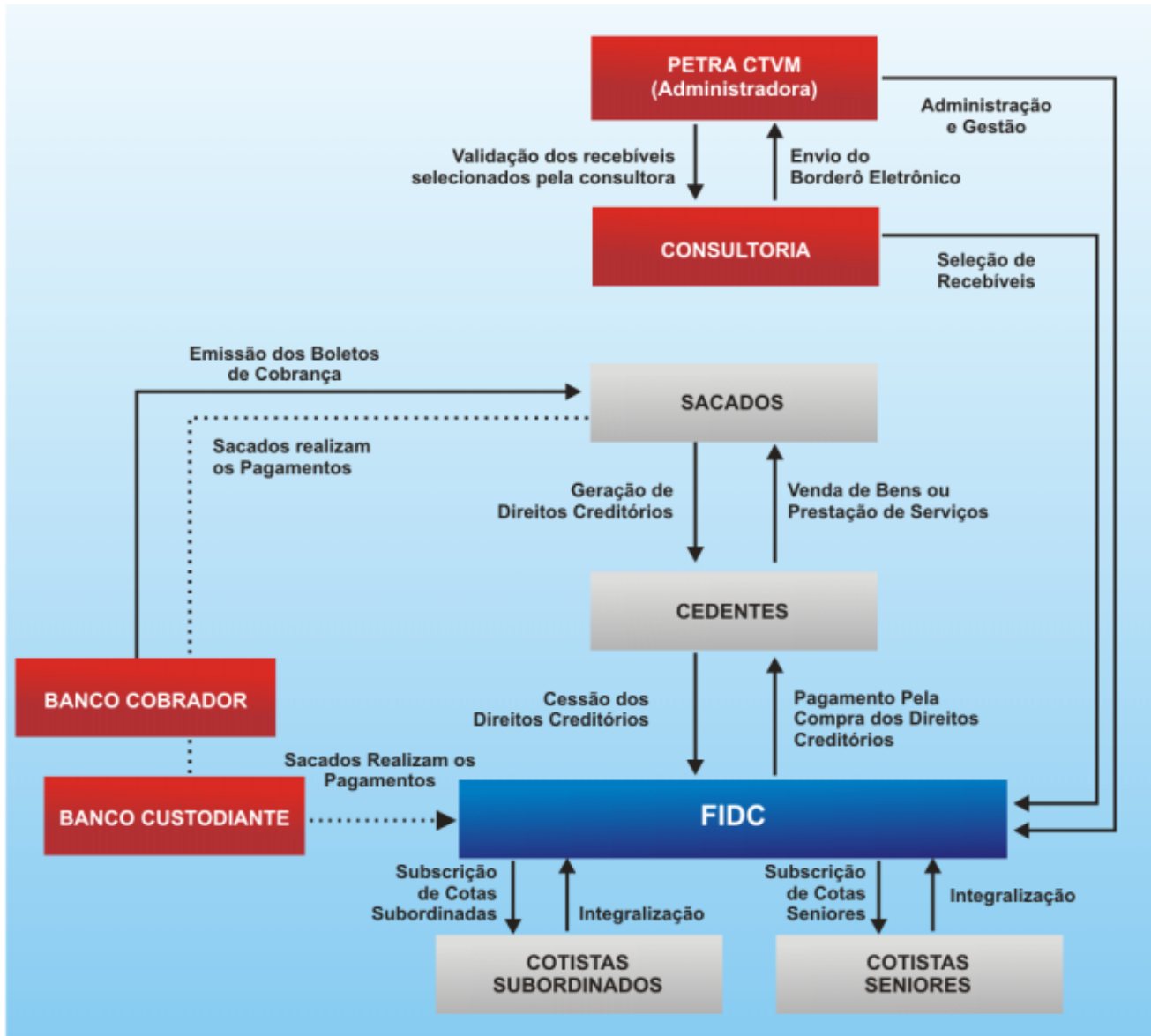
III – Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do **FUNDO** o respectivo mandato *ad-judicia*.

Fluxograma da cobrança



Fluxograma da operação

Fluxo da Operação



Informações estatísticas sobre os direitos creditórios que comporão o patrimônio do FUNDO - 2005/2006/2007.

A carteira de direitos creditórios semelhante à que o FIDC fará aquisição, compreende as operações realizadas pela consultora nos anos de 2005, 2006 e 2007, a partir de informações por ela disponibilizadas. O comportamento abaixo descrito, foi obtido analisando o conjunto total de operações realizadas no referido período.

- Validaram-se os dados, quanto à existência de duplicidade de informações.
- Elaboraram-se as posições com data base de 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, refletindo:
 - A quantidade de títulos e o valor total pelo prazo de recebimento (Aging list);
 - A quantidade de títulos e o valor total por tipo de documento;
 - A quantidade de títulos e o valor total por faixa de valor.
- Elaboraram-se tabelas com a distribuição mensal de liquidações para cada ano, por valor total mensal e quantidade de títulos, observando a data efetiva do pagamento.
- A partir da tabela de mensal de liquidações, foram obtidos os valores médios diários de recebimentos e a quantidade média diária de títulos liquidados, inferindo-se a média mensal para cada um dos itens, para os anos de 2005, 2006 e 2007.
- Foram calculados para cada ano o valor médio dos títulos e o prazo médio da carteira.

Sobre taxas de juros e política de crédito das cedentes

As características relevantes dos direitos creditórios, como número de títulos, valor total, prazos de vencimento, valor médio da carteira, prazo médio da carteira, entre outras, além daqueles características já informadas em outras seções deste prospecto, encontram-se nas tabelas a seguir. Nelas existem informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos da mesma natureza dos direitos creditórios que comporão o patrimônio do FUNDO compreendendo um período de três anos.

A finalidade dos créditos, como já explicado em outras seções deste prospecto, é o financiamento de compras de produtos e serviços, já entregues ou realizados, pelas próprias cedentes, que, em sua quase totalidade, são empresas de pequeno e médio portes. A coobrigação da cedente é a única garantia exigida pelo FUNDO.

Ainda que haja um histórico de performance, e seja possível informar todas as características e estatísticas dos direitos creditórios, as taxas de juros praticadas pelas cedentes na originação dos recebíveis não é do conhecimento da Administradora, embora esta tenha realizado todos os esforços para obter essa informação. Isso se deve ao fato de o FUNDO atuar no segmento de pequenas e médias empresas, e da incapacidade desses pequenos e médios empresários fornecerem dados confiáveis a respeito das taxas que praticam em suas vendas a prazo. A dificuldade é reforçada pela existência de grande número de cedentes/originadores de recebíveis: estima-se em mais de 180 (cento e oitenta)

originadores; e um número ainda maior de devedores dos créditos: mais de 14.000 (quatorze mil) devedores. As pequenas empresas, principalmente, não costumam ter uma política de vendas a prazo definida no tocante às taxas de juros.

Em geral, limitam-se à análise de risco do devedor, que se resume a consultas a bancos de dados de crédito (SERASA, ACSP, Equifax etc.), recusando o crédito a clientes que possuam cheques devolvidos, títulos protestados ou outras informações desabonadoras. Entretanto, em relação às taxas de juros das vendas a prazo, uma empresa cedente pode realizar essas vendas, para pagamento em uma, duas ou mais parcelas, com ou sem cobrança de juros, para os seus clientes, sem que haja qualquer definição de critérios,. Tais taxas variam conforme a negociação estabelecida com cada cliente, ou seja, caso-a-caso. Da mesma forma que, nas compras à vista, cada cedente pode conceder descontos que se originam da negociação caso-a-caso com o cliente. As próprias cedentes não estabelecem nenhuma regra fixa no tocante às taxas.

Ademais, o prazo médio de vencimento dos direitos creditórios, em geral, é muito baixo (menos de 2 meses) e os direitos creditórios originam-se de vendas a prazo sem cobrança de juros, uma vez que a prática da cobrança de juros acaba não se justificando nesse tipo de cenário.

Distribuição do volume financeiro e quantidade

Por faixa de valor		Dezembro de 2005		Por faixa de valor		Dezembro de 2006		Por faixa de valor		Dezembro de 2007	
		Qtde Títs	Valor R\$			Qtde Títs	Valor R\$			Qtde Títs	Valor R\$
De	Até			De	Até			De	Até		
0	5.000,00	18.432	14.235.548,64	0	5.000,00	16.328	14.632.094,81	0	5.000,00	15.607	14.750.251,09
5.000,01	20.000,00	913	8.822.851,57	5.000,01	20.000,00	867	7.801.853,54	5.000,01	20.000,00	927	8.590.337,44
20.000,01	50.000,00	96	2.832.966,35	20.000,01	50.000,00	111	3.126.547,15	20.000,01	50.000,00	167	4.919.143,02
Acima 50.000,01		21	1.947.132,53	Acima 50.000,01		16	1.280.903,64	Acima 50.000,01		24	1.761.330,92
		19.462	27.838.499,09			17.322	26.841.399,14			16.725	30.021.062,47

Distribuição dos volumes de liquidações

2005					2006					2007				
Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%	Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%	Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%
Janeiro	15.043	11	17.734.557	10	Janeiro	13.648	11	17.201.539	10	Janeiro	12.121	10	17.570.101	10
Fevereiro	12.229	9	14.423.402	8	Fevereiro	9.598	8	11.269.241	7	Fevereiro	9.196	8	12.225.541	7
Março	12.623	9	18.410.888	10	Março	12.400	10	15.603.941	9	Março	9.105	8	12.572.117	7
Abril	10.067	7	13.844.616	7	Abril	8.764	7	11.936.459	7	Abril	8.220	7	11.584.306	7
Maio	9.965	7	13.882.623	7	Maio	10.191	8	13.712.946	8	Maio	8.795	8	12.620.026	7
Junho	11.089	8	14.733.748	8	Junho	9.085	7	12.233.777	7	Junho	8.767	7	11.588.928	7
Julho	12.080	8	14.648.284	8	Julho	9.163	7	12.266.011	7	Julho	10.042	9	13.772.704	8
Agosto	12.533	9	16.878.089	9	Agosto	9.687	8	12.930.120	8	Agosto	10.161	9	14.977.600	9
Setembro	10.302	7	13.602.875	7	Setembro	9.175	7	12.927.271	8	Setembro	8.904	8	12.439.082	7
Outubro	11.391	8	14.153.503	8	Outubro	10.556	8	15.194.557	9	Outubro	11.507	10	17.620.713	10
Novembro	12.748	9	15.904.806	9	Novembro	11.996	10	15.113.498	9	Novembro	10.120	9	16.779.700	10
Dezembro	12.830	9	17.137.411	9	Dezembro	10.997	9	14.337.436	9	Dezembro	10.117	9	16.372.741	10
142.900		185.354.802			125.260		164.726.795			117.055		170.123.559		

Volume diário de recebimento

2005			2006			2007		
Por faixa de valor	Qtde Títs	Valor R\$	Por faixa de valor	Qtde Títs	Valor R\$	Por faixa de valor	Qtde Títs	Valor R\$
Janeiro	15.043	844.502,70	Janeiro	13.648	781.888,13	Janeiro	12.121	798.640,96
Fevereiro	12.229	848.435,39	Fevereiro	9.598	626.068,94	Fevereiro	9.196	719.149,44
Março	12.623	836.858,54	Março	12.400	709.270,05	Março	9.105	598.672,26
Abril	10.067	692.230,82	Abril	8.764	663.136,59	Abril	8.220	579.215,32
Maio	9.965	661.077,27	Maio	10.191	623.315,71	Maio	8.795	573.637,54
Junho	11.089	669.715,83	Junho	9.085	582.560,81	Junho	8.767	579.446,39
Julho	12.080	697.537,33	Julho	9.163	584.095,76	Julho	10.042	626.031,99
Agosto	12.533	733.829,95	Agosto	9.687	562.179,13	Agosto	10.161	651.199,98
Setembro	10.302	647.755,95	Setembro	9.175	646.363,54	Setembro	8.904	654.688,54
Outubro	11.391	707.675,16	Outubro	10.556	723.550,33	Outubro	11.507	800.941,51
Novembro	12.748	795.240,31	Novembro	11.996	755.674,88	Novembro	10.120	838.985,01
Dezembro	12.830	778.973,22	Dezembro	10.997	716.871,80	Dezembro	10.117	861.723,20

Atrasos da carteira de recebíveis

2005					2006					2007				
Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%	Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%	Por faixa de valor	Qtde Títs	%	Valor R\$	%
À vencer	18.387		23.860.188,86		À vencer	16.250		23.989.410,75		À vencer	15.549		26.666.553,50	
Vencidos de 0 a 15 dias	585		1.163.329,78		Vencidos de 0 a 15 dias	670		1.656.059,85		Vencidos de 0 a 15 dias	500		1.327.269,30	
Vencidos de 16 a 30 dias	156		508.957,14		Vencidos de 16 a 30 dias	159		355.722,69		Vencidos de 16 a 30 dias	313		702.370,81	
Vencidos de 31 a 45 dias	67		267.558,39		Vencidos de 31 a 45 dias	62		266.035,75		Vencidos de 31 a 45 dias	86		373.627,85	
Vencidos de 46 a 60 dias	45		88.540,23		Vencidos de 46 a 60 dias	32		97.013,91		Vencidos de 46 a 60 dias	50		164.186,69	
Acima de 60 dias	222		1.949.924,69		Acima de 60 dias	149		477.156,19		Acima de 60 dias	227		787.054,32	
	19.462		27.838.499,09			17.322		26.841.399,14			16.725		30.021.062,47	

Distribuição do volume financeiro e quantidade

Dezembro 2005			Dezembro 2006			Dezembro 2007		
Por tipo de documento	Qtde Títs	Valor R\$	Por tipo de documento	Qtde Títs	Valor R\$	Por tipo de documento	Qtde Títs	Valor R\$
Duplicata	4.578	14.592.420,95	Duplicata	4.577	13.462.259,94	Duplicata	6.553	18.400.871,67
Cheque	14.884	13.246.078,14	Cheque	12.733	13.321.160,08	Cheque	10.147	11.076.154,08
Outros			Outros	12	57.979,12	Outros	25	544.036,72
	19.462	27.838.499,09		17.322	26.841.399,14		16.725	30.021.062,47

Valor médio dos títulos/Prazo médio da carteira

Dezembro 2005		Dezembro 2006		Dezembro 2007	
Valor médio dos títulos	PMC	Valor médio dos títulos	PMC	Valor médio dos títulos	PMC
2.939,34	51,00	3.218,76	48,67	3.076,98	48,00

Percentual ref. a pré-pagamento em relação ao volume total da carteira de recebíveis

Dezembro 2005	Dezembro 2006	Dezembro 2007
0,64%	0,61%	0,67%

6 – Sobre as cotas, a distribuição de resultados e os direitos dos cotistas

Características das cotas

As cotas do **FUNDO** são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares, e são de classe sênior ou classe subordinada.

As cotas seniores terão uma única classe (não se admitindo subclasses). As cotas subordinadas poderão ter subclasses para efeito de amortização e resgate.

As cotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração. Cada série de cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do **FUNDO** a qualquer classe ou série de cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do **FUNDO** podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em se tratando de cotas subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em direitos creditórios. Para as cotas seniores, não é admissível a integralização ou amortização em direitos creditórios, mas o resgate pode ser feito em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro dia útil subsequente com base no valor da cota deste dia para aplicação e no valor da cota no dia útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro dia útil subsequente.

Emissão, colocação pública das cotas e cancelamento da distribuição

Na emissão de cotas do **FUNDO**, deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora.

A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente da Administradora do **FUNDO**, ao qual ficam condicionados. Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente, até o limite máximo da emissão, podendo o último pedido ser atendido parcialmente, observado o limite mínimo de R\$ 25.000,00 por investidor. Nessa hipótese a Administradora devolverá ao último investidor atendido o valor depositado em excesso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o crédito dos recursos, sem adição de juros ou correção monetária e deduzidos os tributos e encargos devidos.

Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração seqüencial dos boletins de subscrição.

Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do **FUNDO** confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

A critério da Administradora, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do **FUNDO**.

As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos relativos ao registro de distribuição. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar esse prazo por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Na hipótese de não haver a conclusão da Distribuição Pública, por qualquer motivo, os pedidos de subscrição serão automaticamente cancelados e os valores depositados serão devolvidos aos investidores, sem juros ou correção monetária e deduzidos os tributos e encargos devidos, até 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento da distribuição.

O **FUNDO** poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do **FUNDO**.

O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Na colocação pública de cotas do **FUNDO**, a distribuição será precedida de registro específico na CVM e de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

A Administradora elaborará plano de distribuição de cotas para cada oferta pública de cotas do **FUNDO**, que observará, para todas as séries de cotas que venham a ser emitidas, as regras de que tratam o Regulamento, em especial as seguintes regras:

I – para os fins do disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, sem prejuízo do disposto no Regulamento do **FUNDO**, o cronograma das etapas da oferta de cotas do **FUNDO** observará as seguintes regras:

a) as datas de início e de encerramento de distribuição de cada oferta pública de cotas do **FUNDO** serão as seguintes:

i) Início da Distribuição: Na data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

ii) Encerramento da Distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

b) haverá possibilidade de prorrogação da oferta de cotas do **FUNDO**, mediante solicitação à CVM na forma do disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 93 do Regulamento do **FUNDO**;

c) os anúncios de início, de encerramento, ou de prorrogação de distribuição de cotas

do **FUNDO** serão publicados no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

II – para os fins do disposto no item 3.2.5 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, não haverá destinação da oferta pública ou partes da oferta pública a investidores específicos.

III – para os fins do disposto no item 3.2.7 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora considerará adequado o investimento a todos os investidores qualificados, assim definidos pela legislação CVM e desde que tais investidores qualificados não encontrem vedação na própria legislação CVM para adquirirem cotas do **FUNDO**, que busquem rendimentos vinculados ao CDI, no médio e longo prazos, para seus investimentos, aceitando correr riscos, tais como os previstos para o **FUNDO**, na aplicação desses investimentos. Desta forma, os investidores que não se enquadrem na definição de investidores qualificados não poderão adquirir cotas do **FUNDO**.

IV – para os fins do disposto no item 3.2.9 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, as ofertas de cotas do **FUNDO** aos investidores observarão as seguintes regras quanto às alterações das circunstâncias, revogação e modificação de sua emissão, observadas as disposições do Regulamento do **FUNDO**:

a) a Administradora poderá requerer que a CVM a autorize a modificar ou revogar as ofertas de cotas do **FUNDO**, caso ocorram alterações materiais e inesperadas, posteriores ao protocolo do pedido de registro de distribuição das cotas na CVM, nas circunstâncias inerentes às ofertas, das quais resulte aumento relevante nos riscos assumidos com a emissão de novas cotas do **FUNDO**;

b) a Administradora poderá modificar, a qualquer tempo, as ofertas das séries de cotas do **FUNDO**, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ocasião em que, caso o requerimento de modificação nas condições da oferta das cotas do **FUNDO** seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da respectiva oferta das cotas do **FUNDO** poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de alteração;

c) se a oferta das séries de cotas do **FUNDO** for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes;

d) a revogação ou qualquer modificação na oferta de cotas do **FUNDO** será imediatamente divulgada mediante anúncio no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo (o “Anúncio de Revogação”, no caso de revogação, ou “Anúncio de Retificação”, no caso de modificação da oferta de cotas), veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400/03;

e) no caso de modificação da oferta de cotas do **FUNDO**, após a publicação do Anúncio de Retificação, a Administradora somente aceitará como investidores do **FUNDO** aqueles que se declararem cientes dos termos do referido Anúncio de Retificação, observado o disposto nas alíneas “f” e “g”, abaixo;

f) os investidores que tenham subscrito cotas do **FUNDO** serão considerados cientes

dos termos do Anúncio de Retificação se, decorridos 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não manifestarem, expressamente, perante a Administradora, sua intenção de não mais permanecerem como cotistas do **FUNDO**, hipótese em que a Administradora poderá presumir, para todos os fins de direito: i) que os investidores pretendem manter-se como cotistas do **FUNDO**, e; ii) que os investidores declararam sua aceitação quanto aos termos do “Anúncio de Retificação”;

g) em qualquer hipótese, a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** tornará ineficaz a própria oferta e seus respectivos atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo a Administradora restituir integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às cotas do **FUNDO**, observado que, para os fins do disposto no Artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03, a restituição desses valores aos investidores se dará sem qualquer acréscimo, e;

h) para os fins do Artigo 28 da Instrução CVM 400/03 e observado o disposto na parte final do referido Artigo, não será, em nenhuma hipótese, admitida a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** por parte dos investidores.

V – para os fins do disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora e responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO** assegura aos investidores que:

a) o tratamento aos investidores será justo e equitativo, e;

b) os investidores serão informados pela Administradora: a) da adequação do investimento em cotas do **FUNDO** ao perfil dos investidores, na forma do inciso III, anterior, e b) dos fatores de risco a que o **FUNDO** está exposto, nos termos do Artigo 70 do Regulamento do **FUNDO**.

Após a distribuição inicial de cotas do **FUNDO**, as novas distribuições a serem realizadas deverão ser integralmente subscritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos relativos ao registro de cada distribuição.

A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Caso não seja efetivada a colocação de todas as cotas no prazo de distribuição, a distribuição deverá ser cancelada.

Cada classe ou série de cotas do **FUNDO** destinada à colocação pública deve ser avaliada por empresa classificadora de risco em funcionamento no país.

Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico;

II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

Amortização e Resgate

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios.

As cotas seniores não poderão ser amortizadas em direitos creditórios. É possível o resgate de cotas seniores em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate, de todas as cotas seniores, exceto se o montante total de cotas subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do **FUNDO** conforme ANEXO I do Regulamento, que é de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**. Nesse caso, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas sem que haja amortização das cotas seniores, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as cotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento.

A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do **FUNDO** definida no Regulamento.

O pagamento das amortizações será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente na praça em que a Administradora está sediada.

A amortização das cotas do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses: I - impossibilidade de o **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento; II - o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual à soma do valor de todas as cotas seniores; e/ou III - em se tratando de cotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 102 do Regulamento do **FUNDO**.

A antecipação do início da amortização de cotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

O resgate de cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do **FUNDO** ou de cada série ou classe de cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

No resgate ou na amortização, será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

As cotas seniores do **FUNDO** somente poderão ser transferidas ou alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado em caso de negociação privada, desde que os eventuais compradores atestem à Administradora do **FUNDO**, e escrituradora de suas cotas, sua condição de investidores qualificados; ou então nas hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial. Na transferência de titularidade das cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

Patrimônio líquido do FUNDO

O patrimônio líquido do **FUNDO** corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da

carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no boletim de subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

O FUNDO deverá ter, no mínimo, o percentual de seu patrimônio correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

Metodologia de avaliação dos ativos

Para efeito da determinação do valor da carteira, serão observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e no Regulamento do FUNDO.

As cotas do FUNDO terão seu valor calculado todo dia útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se, para tanto, as regras estabelecidas no Regulamento do FUNDO.

As cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série.

Política de distribuição de resultados

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de cotas conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este item, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o benchmark de rentabilidade definido para cada série de cotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Política relativa ao exercício de direito de voto: a assembléia de cotistas

Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas:

- I – tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II – alterar o regulamento do **FUNDO** (inclusive anexos);

III – deliberar sobre a substituição da Administradora;

IV – deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V – deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

A Assembléia Geral de cotistas reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para receber a prestação de contas. A convocação da Assembléia Geral de cotistas do **FUNDO** far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de cotistas possuidores de cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações serão tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto a seguir.

As deliberações relativas às matérias previstas no art. 27, incisos III a V, do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados.

O prazo de duração do **FUNDO** pode ser prorrogado por deliberação dos cotistas de classe subordinada, desde que sejam mantidos os prazos pactuados para amortização e resgate das cotas de classe sênior.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. A divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de Representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: I – ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; II – não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; III – não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

Liquidação do FUNDO

O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações:

- I – se o patamar mínimo de distribuição de cotas do **FUNDO** não for atingido ao término do prazo de colocação das cotas;
- II – se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início da distribuição, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado antes do referido prazo;
- III – por deliberação de Assembléia Geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos Artigos 16, 27, 34 e 107 do Regulamento do **FUNDO**;
- IV – se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;
- IV – em caso de impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;
- V – se o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as cotas seniores.

Na hipótese do inciso III supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento do **FUNDO**.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

O auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do **FUNDO**, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Após a partilha do ativo, a Administradora do fundo deverá promover o cancelamento do registro do **FUNDO**, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação

- I – o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas, ou a ata da Assembléia Geral que tenha deliberado a liquidação do fundo, quando for o caso;
- II – a demonstração de movimentação de patrimônio do fundo, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III – o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ.”

7 – Fatores de risco

Os principais riscos relacionados ao investimento em cotas deste **FUNDO** estão discriminados a seguir.

I – Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas.

II – Risco de liquidez dos ativos: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortização aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

III – Risco de mercado: consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas: monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

IV – Risco de concentração: A Administradora buscará diversificar a carteira do **FUNDO** e deverá observar os limites de concentração do **FUNDO** de que trata o inciso III do caput do Artigo 62 do Regulamento do **FUNDO**. No entanto, a política de investimentos do **FUNDO** admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de direitos de crédito de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

V – Risco de descasamento: Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas seniores tem determinado benchmark de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

VI - Risco da liquidez da cota no mercado secundário: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de

suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII - Risco de descontinuidade: A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de direitos de crédito nos termos do Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios (modelo conforme ANEXO II do Regulamento do **FUNDO**). Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes dos direitos de crédito qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

VIII - Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do **FUNDO**, há previsão no Regulamento deste de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

IX - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o **FUNDO** a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

X – Risco de guarda da documentação relativa aos direitos creditórios: Em conformidade com o contrato celebrado com a Administradora, com anuência do Custodiante, a Consultora será responsável pela guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios, na qualidade de fiel depositária. A guarda da documentação relativa aos direitos creditórios pela Consultora pode representar uma limitação ao **FUNDO**, em termos de verificação da originação e formalização dos direitos creditórios. Nos termos do parágrafo segundo do artigo 20 do Regulamento do **FUNDO**, o Custodiante realizará, diretamente ou através da auditoria independente, verificação periódica, trimestralmente, na documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos direitos creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XI – Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo: Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de direitos creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao **FUNDO**, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.

XII – Riscos relacionados à Consultora: Embora a Consultora declare que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade, uma vez que o **FUNDO** poderá adquirir direitos de crédito de sua titularidade, existe o risco de haver tal conflito.

XIII – Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo: Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de direitos creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao Fundo, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.

XIV- Risco referente à verificação do lastro por amostragem: Como o Custodiante foi autorizado a realizar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem, trata-se do risco relativo à ocorrência de erros na metodologia e parâmetros empregados pelo Custodiante ou falhas na coleta de amostras ou, ainda, erros nos lotes que não participaram da amostra; o que poderia acarretar perdas para o **FUNDO**.

XV – Risco decorrente dos critérios adotados pelos originadores/cedentes ou pela Consultora para concessão de crédito: É o risco decorrente de falhas, falta de rigor ou liberalidade na concessão de crédito pelos originadores/cedentes a seus clientes, já que é impossível controlar ou impor regras para concessão desses créditos em razão do grande número de originadores e também de devedores/sacados e também o risco relativo aos critérios de análise de crédito utilizados pela Consultora dos devedores e cedentes no momento da aquisição dos direitos creditórios pelo **FUNDO**.

XVI – Risco dos direitos creditórios serem alcançados por obrigações dos cedentes: Há o risco dos direitos creditórios serem alcançados por obrigações dos cedentes caso as cessões tenham ocorrido em fraude a credores ou em fraude à execução. Cabe à Consultora responsável pela análise e seleção dos recebíveis minimizar tais riscos não indicando recebíveis de cedentes que estejam sendo acionados judicialmente por dívidas vencidas e não pagas ou cujos nomes constem em bancos de dados de devedores inadimplentes.

XVII – Demais riscos: O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc..

8 – Regras de tributação para o investidor

O **FUNDO** é classificado como de longo prazo.

O único tributo que incide sobre as aplicações no **FUNDO** é o Imposto de Renda, que será recolhido na fonte, com base nas alíquotas abaixo, conforme disposto na Lei 11.033 de 21/12/2004:

<i>Prazo de permanência da aplicação</i>	<i>Alíquota do IR (retido na fonte)</i>
Aplicações de até 6 meses	22,5%
Aplicações de 6 a 12 meses	20%
Aplicações de 12 a 24 meses	17,5%
Aplicações acima de 24 meses	15%

A alíquota incide sobre o ganho líquido da aplicação nas amortizações ou resgates.

No caso de alienação das cotas no mercado secundário, os ganhos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), no caso de operação day trade, e de 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses. Nestes casos, o recolhimento do imposto é responsabilidade do cotista. A alienação das cotas no mercado secundário se sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor da alienação, dispensada a retenção do imposto cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

SOBRE A CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA TRIBUTAÇÃO SEMESTRAL DOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM QUOTAS DO FUNDO

O jornal Valor Econômico publicou, em sua edição do dia 28/08/2007, uma reportagem sobre a manifestação da Delegacia Regional da Receita Federal em São Paulo a respeito da incidência do IRRF sobre os rendimentos auferidos por quotistas de fundos de investimento.

Em resposta à consulta de um contribuinte, o entendimento da Delegacia Regional foi que, independentemente de serem constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado, os ganhos em aplicações em fundos de longo prazo seriam tributados semestralmente (último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano) à alíquota de 15% (quinze por cento). O IRRF semestral é conhecido no mercado com o nome de “come-cotas”.

Entretanto, a maioria dos advogados tributaristas consultados pela imprensa, em reportagens seguintes àquela, manifestou a opinião de que não há incidência de IRRF semestral sobre os rendimentos auferidos pelos quotistas de um fundo fechado. Ou seja, o “come-cotas” somente se aplicaria aos fundos abertos.

Isso se explica, porque no fundo fechado não há disponibilidade de renda, seja econômica ou jurídica, portanto, não haveria lógica na tributação antecipada de IR na fonte. Além disso, a IN 25 de 06/03/2001, ainda em vigor, que dispõe sobre a tributação dos ganhos auferidos em fundos de investimento sob a forma de condomínio fechado, em seu artigo 14, não prevê o recolhimento antecipado do tributo.

É consenso entre os principais tributaristas do país que a IN 25 de 25/2001 nunca foi revogada e que a IN 487/2004, que deu origem à controvérsia, apenas alterou os dispositivos que tratavam das alíquotas e da periodicidade do IR antecipado.

Ademais, a resposta à consulta expressa apenas a interpretação de uma das Delegacias da Receita, não se sabendo ainda se esse é o entendimento definitivo do órgão.

O entendimento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial SM LP, a exemplo dos demais fundos de direitos creditórios, é de que não há a tributação semestral sobre os rendimentos auferidos no fundo (IRRF). A incidência do tributo ocorreria apenas por ocasião das amortizações ou liquidação.

Independentemente disso, o Regulamento e o Prospecto do FUNDO já prevêem, como Risco Tributário, a possibilidade de perdas devido a uma nova interpretação ou a uma interpretação diferente da consolidada sobre a incidência de quaisquer tributos.

9 – Política de divulgação de informações e sobre o atendimento ao cotista

Obtenção do regulamento, prospecto, demonstrações financeiras e demais documentos elaborados por força das disposições regulamentares

Todos os documentos relativos ao **FUNDO** podem ser obtidos com a Administradora.

Para o caso de aquisição de cotas no mercado secundário, o Regulamento e o Prospecto estarão disponíveis na rede mundial de computadores Internet ou serão fornecidos pela Administradora sempre que houver solicitação.

Demonstrações financeiras

O **FUNDO** tem escrituração contábil própria. O exercício social do **FUNDO** tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O diretor ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo **FUNDO**, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- I - que as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- II - que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- III – os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo custodiante, sempre que permitido pela legislação aplicável, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;
- IV – os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do **FUNDO**, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente. Para tanto, deve ser considerado o calendário do ano civil.

Periódico destinado às publicações do FUNDO

Jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

Divulgação de informações

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tais como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação dessas informações deve ser feita por meio de publicação no periódico Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**. A Administradora deve fazer as publicações aqui previstas sempre no mesmo periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

A Administradora deverá divulgar, tão logo estejam disponíveis, nas demonstrações financeiras trimestrais as seguintes informações:

a) os riscos decorrentes dos negócios e da situação patrimonial e financeira dos devedores ou coobrigados responsáveis pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do **FUNDO**, informando:

- a) Nome;
- b) Tipo societário e características gerais de seu negócio;
- c) Natureza da concentração dos créditos cedidos;
- d) Disposições contratuais relevantes a eles relativas;
- e) Análise da situação patrimonial e financeira do devedor ou coobrigado.

b) identificação dos originadores/cedentes que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos créditos cedidos ao **FUNDO**, e informações o seu tipo societário e características gerais de seu negócio, e, se for o caso, a descrição de sua experiência prévia em outras operações de securitização tendo como objeto os mesmos tipos de ativos cedidos ao **FUNDO**.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao **FUNDO**, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I – a alteração da classificação de risco das classes ou séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- II – a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do **FUNDO**;
- III – a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do **FUNDO**, bem como o comportamento da carteira de direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- IV – a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do **FUNDO**.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao **FUNDO**: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV –

fusão; V – cisão; VI – liquidação; VII – a data da primeira integralização de cotas; VIII – a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao **FUNDO**: I – saldo das aplicações; II – valor do patrimônio líquido; III – rentabilidade apurada no período; IV - valor das cotas e quantidades em circulação; V –comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado; VI – posições mantidas em mercados derivativos; VII – número de cotistas.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do **FUNDO** não estarão em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto do **FUNDO** protocolado na CVM.

Resumo da política de divulgação de informações *

<i>Periodicidade</i>	<i>Divulgação de informações ou documentos</i>	<i>Prazo</i>
Diariamente	- Ao mercado: informar os valores das cotas	17:00 hs. do dia útil imediatamente seguinte
Mensalmente	- Disponibilizar aos cotistas: I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; II – a rentabilidade do FUNDO , com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO , abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.	Até 10 dias após o encerramento do mês
	Informar à CVM: I – saldo das aplicações; II – valor do patrimônio líquido; III – rentabilidade apurada no período; IV - valor das cotas e quantidades em circulação; V –comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado; VI – posições mantidas em mercados derivativos; VII – número de cotistas.	Até 15 dias após o encerramento do mês
	- A qualquer interessado e à CVM: Demonstrações financeiras mensais	Até 20 dias após o encerramento do mês
Trimestralmente	- Enviar à CVM e disponibilizar aos cotistas: Demonstrativo do diretor responsável evidenciando a	Até 20 dias após o encerramento do

	observância da política de investimento prevista no Regulamento	trimestre
Anualmente	- A qualquer interessado e à CVM: Demonstrações financeiras do exercício social	Até 60 dias após o encerramento de cada exercício
	- Enviar aos cotistas: documentos necessários para declaração do IR	I - no caso de cotista pessoa física, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano-calendário subseqüente II - no caso de cotista pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio subseqüente a cada trimestre do ano-calendário
Após a ocorrência	- A todo o mercado: Atos ou fatos relevantes	Imediatamente
	- Protocolar na CVM os documentos relativos aos seguintes atos: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV – fusão; V – cisão; VI – liquidação.	Até 10 dias a partir do ato
	- Informar aos cotistas: Decisões da Assembléia de cotistas	Até 30 dias a partir da Assembléia

* Todas as informações e documentos públicos estarão disponíveis a qualquer interessado.

Atendimento ao cotista

A Administradora coloca à disposição do cotista um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas, recebimento de sugestões e reclamações através dos telefones: (0xx41) 3074-0937 ou pelo e-mail: fundos@personaltrader.com.br

10 - Glossário / Definições

Para uma perfeita compreensão e interpretação dos termos e informações contidas neste Propec-to serão adotadas as seguintes definições:

<i>Administradora</i>	PETRA Personal Trader CTVM S.A. / Instituição financeira com sede na Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM - a administrar fundos de investimento
<i>Agência de classificação de risco</i>	Standard & Poor's Rating Services. / Empresa responsável pela classificação do risco das cotas do FUNDO colocadas publicamente.
<i>ANFAC</i>	Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil -Factoring.
<i>Custodiante ou Banco Custodiante</i>	DEUTSCHE BANK S/A - BANCO ALEMÃO / Instituição bancária contratada para realizar a liquidação financeira das cessões de crédito, realizar a custódia dos recebíveis e demais serviços, elencados no Regulamento do FUNDO ou nas normas da CVM, atribuídos ao Custodiante.
<i>Banco Cobrador</i>	BANCO DO BRASIL S/A./ Instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO .
<i>Cedente ou Originadora</i>	Empresa que origina direitos creditórios em suas atividades mercantis, industriais, de prestação de serviços e que tenha cedido os recebíveis para o FUNDO .
<i>Cessão de Direitos Creditórios</i>	Transferência, pela Cedente, credora originária, de seus direitos creditórios para o FUNDO , mantendo-se inalterados os restantes elementos da relação obrigacional.
<i>Consultora ou Consultoria especializada para análise e seleção de recebíveis</i>	SM FOMENTO COMERCIAL LTDA. / Empresa de fomento mercantil filiada à ANFAC, denominada Consultora ou Consultoria Especializada, contratada para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios, assim como se responsabilizar pela documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios oriundos de operações comerciais, industriais e de serviços.
<i>Créditos performados</i>	Créditos resultantes de contratos em que a Cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados, ou mercadorias já entregues ou créditos já concedidos, e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do Devedor de efetuar o pagamento.
<i>Devedor ou sacado</i>	Pessoa física ou jurídica, cliente da Cedente, emissor de cheque ou sacado de duplicata mercantil, ou endossante, responsável pelo pagamento do crédito ao FUNDO .
<i>Direitos creditórios</i>	Direitos de crédito (ou os títulos que os representem) originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, de prestação de serviços e financeiro; sinônimo de recebíveis.

FUNDO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ou Fundo de Recebíveis, disciplinado pela Resolução CMN 2.907, e pela Instrução CVM 356, com alterações introduzidas pelas instruções CVM número 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07.
<i>Investidor qualificado</i>	São aqueles investidores definidos como tal pela Instrução CVM 409. São os seguintes: I – instituições financeiras; II – companhias seguradoras e sociedades de capitalização; III – entidades abertas e fechadas de previdência complementar; IV – pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; V – fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados e VI – administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e clubes de investimento cujas políticas de investimento admitam a aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos do item “a” do parágrafo 2º do artigo 33 do “Regulamento Anexo à Resolução N° 303/2005-CA da Bolsa de Valores de São Paulo S/A - BVSP”.
<i>Recompra</i>	Ato pelo qual o Cedente recompra, por qualquer motivo, o(s) título(s) que cedeu para o FUNDO .
<i>Termo de cessão</i>	É o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos (cheques, duplicatas ou outros títulos) cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão, mas não desobriga a Cedente de entregar ao FUNDO , por intermédio da Consultora, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.
<i>Vício do direito creditório ou do documento que o representa</i>	Qualquer defeito do direito creditório, ou do título representativo do crédito, que justifique a recusa do Devedor em pagá-lo, no todo ou em parte.

11 - Contratos entre a Administradora e os Prestadores de Serviços anteriores à constituição do Fundo.

Prestador de Serviço: BDO Trevisan

FIDC	Serviço	Prazo	Valor
Asia	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 16.000,00/ano
Delta	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 16.000,00/ano
Daniele	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 16.000,00/ano
Empresarial	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 13.000,00/ano
Esher	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 15.600,00/ano
Hope	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 11.700,00/ano
JCP-Sul	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 5.200,00/ano
Master Recebíveis	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 5.200,00/ano
Milligan	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 16.000,00/ano
Múltiplo	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 11.700,00/ano
Odyssey	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 5.200,00/ano
Prospecta	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 5.200,00/ano
Radice	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 16.000,00/ano
RedFactor	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 10.400,00/ano
Valecred	Auditoria D. Financeiras	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 7.800,00/ano

Prestador de Serviço: Austin Rating

FIDC	Serviço	Prazo	Valor
Ásia	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Daniele	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Delta	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Empresarial	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 24.000,00/ano (2 séries)
Esher	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Hope	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
JCP-Sul	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Master Recebíveis	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Milligan	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Múltiplo	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Odyssey	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Prospecta	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 34.000,00/ano (2 séries)
Radice	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
RedFactor	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano
Valecred	Classificação de Risco	Indeterminado (renovação anual)	R\$ 22.000,00/ano

Prestador de Serviço: ABN AMRO

FIDC	Serviço	Prazo	Valor
Delta	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Empresarial	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 18.000,00/mês
Esher	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Hope	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 10.029,32/mês
JCP-Sul	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Master Recebíveis	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Milligan	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Múltiplo	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 10.200,00/mês
Odyssey	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Prospecta	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
Radice	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 6.465,26/mês
RedFactor	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 10.654,61/mês
Valecred	Custódia/Controladoria	Indeterminado	R\$ 8.082,00/mês

Prestador de Serviço: Deutsche Bank

FIDC	Serviço	Prazo	Valor
Asia	Custódia	Indeterminado	R\$ 10.000,00/mês
Daniele	Custódia	Indeterminado	R\$

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL S.M. LP

27 MAI 2008

Por este instrumento particular, **PETRA Personal Trader CTVM 5/A**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu Contrato Social. **RESOLVE:**

Considerando que ainda não houve distribuição de cotas, alterar o Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP (FUNDO), inscrito no CNPJ do MF sob o número 09.239.216/0001-89 administrado pela PETRA Personal Trader CTVM S/A, que se encontra registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba sob o número 309050, que passa a ter a redação constante no anexo.

Curitiba, 23 de maio de 2008.

Fernando F3
PETRA - Personal Trader CTVM S/A

TABELA

70. TABELADO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R.Mai Deodoro, 230, centro F:3322-6157
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fe^x por SEMELHANÇA a(s)
Firma(s) Supra-assinada(s) de:
[90E64juz] - FERNANDO MARQUES DE.....
MARSTALLAC FONTES.....

Em testemunho da verdade
Curitiba, 26 de Maio de 2008

084-ADRIANA ROCHA MARIANO
LAISZINHO EVENT

SELO

DR. WOLFF
 ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
 ESCRETORE 1702918
 CURITIBA - PARANA

27/05/08 314163 30 FFC16 REF. 177A.05 DEBUNF017A2

RETAIL: 800.333.6154

... ..

SECRET

Overview of the Project

100

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

1997-1998

LEI n.º 13.233 de 18/07/2001.
Selo aplicado na 1ª via do
Documento
3º SGT

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3805 - Curitiba - PR

DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL SM LP

16 NOV 2007

Por este instrumento particular, PETRA - Personal Trader CTVM Ltda., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Carneiro Lobo 468, 10º andar, Água Verde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

RESOLVE:

1. Constituir o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP (FUNDO)**, sob a forma de condomínio FECHADO, regido pelo regulamento anexo e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as posteriores alterações promovidas até esta data.
2. Aceitar desempenhar as funções de instituição administradora, na forma do regulamento anexo.
3. Aprovar o inteiro teor do regulamento do **FUNDO**, conforme documento anexo.

Esta deliberação, com o regulamento do **FUNDO** e seus anexos, será registrada em Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de Curitiba.

Curitiba, 13 de novembro de 2007.

PETRA - Personal Trader CTVM Ltda.
Fernando M. de Marsillac Fontes
Diretor

7º. TABELIAO - DR. ANSELMO VOLPI NETO	
R. Mal. Deodoro, 230, Centro F. 3322-6157 CURITIBA - PARANÁ	
Reconheço e dou fe' por SEMELHANÇA a(s) firma(s) Retro-assinado(s) de: [J332C3K3]-FERNANDO MARCHES DE MARSILLAC FONTES.....	
Em testemunho da verdade Curitiba, 14 de Novembro de 2007	
DR. ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO ESCREVENTE	

TIT E DOC
E PESSOAS
JURIDICAS
CC282011

TABELIONAT
DE
NOTAS
COL19534

2

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP****SUMÁRIO****TÍTULO 1 - DA ORGANIZAÇÃO****Capítulo I - Do Fundo**

- Seção 1 - Denominação e principais características do Fundo
- Seção 2 - Objetivo do Fundo e público alvo

27 MAI 2008**Capítulo II - Da administração**

- Seção 1 - Instituição Administradora
- Seção 2 - Poderes e obrigações da Administradora
- Seção 3 - Vedações à Administradora
- Seção 4 - Substituição da Administradora
- Seção 5 - Remuneração da Administradora

Capítulo III - Da custódia

- Seção 1 - Instituição Custodiante
- Seção 2 - Obrigações do Custodiante

Capítulo IV - Dos outros profissionais contratados

- Seção 1 - Contratação de serviços
- Seção 2 - Consultora para análise e seleção dos direitos creditórios
- Seção 3 - Gestão da carteira

Capítulo V - Da Assembleia de Cotistas

- Seção 1 - Competência
- Seção 2 - Convocação
- Seção 3 - Processo e deliberação
- Seção 4 - Eleição de Representante dos cotistas
- Seção 5 - Da alteração do regulamento

Capítulo VI - Da prestação de informações

- Seção 1 - Prestação de informações à CVM
- Seção 2 - Publicidade e remessa de documentos
- Seção 3 - Demonstrações financeiras

TÍTULO 2 - DOS ATIVOS**Capítulo I - Da política de investimentos**

- Seção 1 - Características gerais e segmento de atuação do Fundo
- Seção 2 - Natureza, origem e instrumentos jurídicos dos direitos creditórios
- Seção 3 - Condições de Cessão e Critérios de elegibilidade dos direitos creditórios
- Seção 4 - Composição e diversificação da carteira
- Seção 5 - Garantias
- Seção 6 - Riscos de crédito, de mercado e outros

Capítulo II - Da aquisição e da cobrança dos direitos creditórios

- Seção 1 - Procedimentos de formalização e pagamento pela cessão dos direitos creditórios
- Seção 2 - Cobrança regular
- Seção 3 - Cobrança dos inadimplentes e instruções de cobrança

TÍTULO 3 - DO PASSIVO E DOS ENCARGOS**Capítulo I - Das cotas**

- Seção 1 - Características gerais
- Seção 2 - Emissão
- Seção 3 - Sobre a colocação pública das cotas
- Seção 4 - Amortização e resgate
- Seção 5 - Negociação das cotas em mercado secundário

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL S.M LP**

Capítulo II - Do patrimônio

Seção 1 - Patrimônio líquido

Seção 2 - Distribuição dos resultados entre as classes de cotas: diferença de riscos

Seção 3 - Metodologia de avaliação dos ativos

Capítulo III - Dos encargos do Fundo

TÍTULO 4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo I - Dos eventos de avaliação

Capítulo II - Da liquidação

Seção 1 - Liquidação normal

Seção 2 - Liquidação antecipada

Capítulo III - Cláusula Compromissória

ANEXO I - Dados variáveis do FUNDO.

ANEXO II - Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem.

ANEXO III - Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios.

ANEXO IV - Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios.

Termo de deliberação da primeira emissão de cotas.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 323 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3605 - Curitiba - PR

TÍTULO 1
DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DO FUNDO

27 MAI 2008

Seção 1 - Denominação e principais características do fundo

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP, doravante denominado FUNDO, é um fundo de investimento em direitos creditórios regido por este Regulamento, que será registrado em Cartório de Títulos e Documentos, e pelas normas em vigor que lhe são aplicáveis.

Artigo 2. O FUNDO tem como principais características:

- I - é constituído na forma de condomínio fechado;
- II - tem o prazo de duração discriminado no ANEXO I, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas; podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembléia Geral;
- III - não possui taxa de ingresso, nem taxa de saída, e não possui taxa de desempenho ou de performance;
- IV - possui cotas de classe sênior e de classe subordinada;
- V - poderá emitir séries de cotas da classe sênior com prazos e valores para amortização, resgate e remuneração distintos;
- VI - somente poderá receber aplicações, bem como ter cotas negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das cotas for investidor qualificado;
- VII - o valor mínimo para aquisição inicial de cotas é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); isto é, esse valor não se aplica para negociações no mercado secundário;
- VIII - poderá fazer colocação privada ou pública de suas cotas.

Artigo 3. Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do mesmo.

Artigo 4. Na colocação pública de cotas, serão observadas as seguintes regras:

- I - cada classe ou série de cotas que for destinada à colocação pública será classificada por Agência de Classificação de Risco (*Rating*) estabelecida no país;
- II - o FUNDO deverá divulgar suas principais características junto ao público através de um prospecto elaborado em conformidade com as instruções da CVM;
- III - serão observadas todas as normas da CVM para a distribuição de cotas de fundos fechados.

Seção 2 - Objetivo do fundo e público alvo

Artigo 5. O objetivo do FUNDO é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, conforme política de investimento estabelecida neste Regulamento.

Artigo 6. O FUNDO estabelecerá um *benchmark* de rentabilidade para cada série de cotas da classe sênior que forem emitidas, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações.

Artigo 7. O público-alvo do FUNDO são investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO.

Artigo 8. É indispensável, por ocasião da subscrição de cotas do FUNDO, a adesão do cotista aos termos deste Regulamento, com a assinatura do respectivo termo de adesão onde ele atesta que tomou conhecimento dos riscos envolvidos e da política de investimento do FUNDO; recebendo uma cópia do presente Regulamento e, se houver, do Prospecto.

Artigo 9. O cotista receberá também informações referentes à classificação de risco das cotas.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Artigo 10. Para o caso de aquisição de cotas no mercado secundário, o Regulamento e o Prospecto, estarão disponíveis na rede mundial de computadores Internet ou serão fornecidos sempre que houver solicitação.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 1. Seção 1 - Instituição Administradora

Artigo 11. As atividades de administração, controladoria, escrituração e colocação das cotas do FUNDO serão exercidas pela **PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.**, instituição com endereço na Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada Administradora.

Seção 2 - Poderes e obrigações da Administradora

Artigo 12. A Administradora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integram a carteira.

Artigo 13. Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do FUNDO;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO;
- h) os relatórios do Auditor Independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como identificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas deste, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo FUNDO;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

IX - Informar a agência classificadora de risco sobre qualquer alteração nos prestadores de serviços do FUNDO; se for atingido percentual inferior à relação mínima entre as cotas subordinadas e o patrimônio líquido do FUNDO discriminada no ANEXO I e se ocorrer a celebração de aditamento a qualquer contrato relativo ao FUNDO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

Seção 3 - Vedações à Administradora**Artigo 14. É vedado à Administradora:**

27 MAI 2008

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e
- III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

Parágrafo Único. As vedações de que tratam os incisos I a III deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Artigo 15. É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados derivativos;
- II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou nas Instruções da CVM;
- III - aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV - adquirir cotas do próprio FUNDO;
- V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356;
- VI - vender cotas do FUNDO a prestação;
- VII - vender cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios para este FUNDO, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;
- VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Seção 4 - Substituição da Administradora

Artigo 16. A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal da Administradora, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do FUNDO até que a Assembleia Geral de cotistas eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 dias, contado a partir da renúncia, a

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3805 - Curitiba - PR

5

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Assembleia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do FUNDO.

Seção 5 - Remuneração da Administradora

Artigo 17. A Administradora receberá uma Taxa de Administração (TA) incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO. Essa Taxa de Administração remunerará os serviços de administração do FUNDO, gestão da carteira, controladoria do FUNDO, escrituração das cotas do FUNDO, e análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do FUNDO.

Artigo 18. A Taxa de Administração acima será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (((1 + Tx)^{1/252}) - 1) \times PL_{(d-1)} + TC$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = 1% (um por cento) ao ano;

PL_(d-1) = Patrimônio Líquido do FUNDO no dia útil anterior;

TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, calculada de acordo com o ANEXO I.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração (TA) será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Segundo. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil: segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Parágrafo Terceiro. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total informado no caput.

**CAPÍTULO III
DA CUSTÓDIA**

Seção 1 - Instituição Custodiante

Artigo 19. A atividade de custódia dos ativos do FUNDO previstas na Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, será realizada pelo DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, doravante designado Custodiante.

Seção 2 - Obrigações do Custodiante

Artigo 20. O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;
- II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar Condoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3805 - Curitiba - PR

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do mesmo;

VII - observar para que somente as ordens emitidas ao Custodiante pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do FUNDO.

27 MAI 2008

Parágrafo Primeiro. Sem que o Custodiante se exima de sua responsabilidade por tais serviços, a Consultora foi subcontratada para realizar os serviços abaixo:

- a) receber a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao FUNDO;
- b) efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, cabendo à Consultora a responsabilidade pelo depósito dessa documentação, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e
- c) manter atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO, e com livre acesso para o Custodiante, a auditoria independente, a agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e os órgãos reguladores.

Parágrafo Segundo. A Consultora poderá subcontratar pessoa jurídica para receber e realizar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo Terceiro. Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores e de cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante, sempre que permitido pela legislação aplicável, está autorizado a efetuar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem.

Parágrafo Quarto. Independentemente do disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos direitos creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no ANEXO II deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável. Os relatórios de rating deverão analisar a adequação dos procedimentos estabelecidos nesse anexo e seu impacto na classificação concedida.

Parágrafo Quinto. Eventuais vícios verificados nos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios serão comunicados à Administradora.

Parágrafo Sexto. A subcontratação da Consultora para a realização dos serviços descritos no parágrafo primeiro não afasta a responsabilidade do Custodiante, perante o FUNDO, a CVM e os investidores, pelas atividades subcontratadas.

CAPÍTULO IV

DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Seção 1 - Contratação de serviços

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Ma' Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Artigo 21. A Administradora, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio gerente designado, pode contratar serviços de:

- I - consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do FUNDO;
- II - gestão da carteira;
- III - custódia;
- IV - cobrança dos direitos creditórios.

Artigo 22. A Administradora poderá contratar empresas especializadas na prestação dos demais serviços permitidos pela Instrução CVM 356/01 e previstos neste Regulamento.

Seção 2 - Consultora para análise e seleção dos direitos creditórios

Artigo 23. O FUNDO somente poderá adquirir direitos creditórios cuja análise e seleção tenha sido realizada por empresa de fomento mercantil que possua Certificado de Qualidade de Gestão atribuído pela ANFAC - Associação Nacional das Empresas de Fomento Mercantil - Factoring ("Selo de Qualidade ANFAC").

Parágrafo único. O "Selo de Qualidade ANFAC" é atribuído pela ANFAC às sociedades de fomento mercantil filiadas àquela associação que apresentem adequados padrões de qualidade em seus procedimentos operacionais e de controle (qualidade de gestão). A avaliação dos procedimentos e das políticas empregadas pelas associadas é realizada por empresa independente especializada.

Artigo 24. A empresa de fomento mercantil filiada à ANFAC identificada no ANEXO I, denominada neste Regulamento simplesmente Consultora, foi contratada para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios.

Artigo 25. A Consultora será responsável pela guarda da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios, ficando como fiel depositária dessa documentação, podendo subcontratar terceiros, sem prejuízo de suas responsabilidades ou do Custodiante pelas atividades que forem subcontratadas.

Seção 3 - Gestão da carteira

Artigo 26. A atividade de gestão da carteira do FUNDO será exercida pela PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda., com endereço na Avenida Paulista, 2001, 14º andar, conjuntos 1403/1408, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-300, inscrita no CNPJ do ME sob o nº: 06.350.042/0001-39, doravante designada Gestora.

**CAPÍTULO V
DA ASSEMBLÉIA DE COTISTAS**

Seção 1 - Competência

Artigo 27. Será de competência privativa da Assembleia Geral de cotistas:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II - alterar o regulamento do FUNDO;
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora;
- IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação e extinção do FUNDO.

2 - ÓRGÃO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3805 - Curitiba - PR

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP

Seção 2 - Convocação

Artigo 28. A Assembléia Geral de cotistas reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para receber a prestação de contas.

Artigo 29. A convocação da Assembléia Geral de cotistas do FUNDO far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou mediante anúncio publicado no periódico indicado neste Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados. 27 MAI 2008

Artigo 30. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de cotistas possuidores de cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Artigo 31. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo Primeiro. Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 32. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Artigo 33. Independentemente das formalidades previstas nos Artigos desta seção, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 34. O caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora ou do Custodiante implicará em automática convocação da Assembléia Geral de cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- I - nomeação de Representante de cotistas;
- II - deliberação acerca de:
 - a) substituição da Administradora;
 - b) liquidação antecipada do FUNDO.

Seção 3 - Processo e deliberação

Artigo 35. Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

Parágrafo Primeiro. As deliberações relativas às matérias previstas no art. 27, incisos III a V, deste Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Parágrafo Segundo. Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Parágrafo Terceiro. Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Parágrafo Quarto. O prazo de duração do FUNDO pode ser prorrogado por deliberação dos cotistas de classe subordinada, desde que sejam mantidos os prazos pactuados para amortização e resgate das cotas de classe sênior.

Artigo 36. As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único. A divulgação referida no caput deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

Seção 4 - Eleição de representante dos cotistas

Artigo 37. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Artigo 38. Somente pode exercer as funções de Representante de cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Seção 5 - Da alteração do regulamento

Artigo 39. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 40. As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I - lista de cotistas presentes na Assembleia Geral;
- II - cópia da ata da Assembleia Geral;
- III - exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV - modificações procedidas no Prospecto.

**CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Seção 1 - Prestação de informações à CVM

Artigo 41. A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- I - a data da primeira integralização de cotas do fundo; e
- II - a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

Artigo 42. A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, no prazo de 15

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3908 - Curitiba - PR

(quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao FUNDO:

- I - saldo das aplicações;
- II - valor do patrimônio líquido;
- III - rentabilidade apurada no período;
- IV - valor das cotas e quantidades em circulação;
- V - comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- VI - posições mantidas em mercados derivativos;
- VII - número de cotistas.

27 MAI 2008

Parágrafo único. Eventuais retificações nas informações previstas neste Artigo devem ser comunicadas à CVM até o primeiro dia útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

Seção 2 - Publicidade e remessa de documentos

Artigo 43. A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tais como a eventual alteração da classificação de risco das cotas seniores do FUNDO e, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro. A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico **Diário do Comércio** da Associação Comercial de São Paulo e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo. A Administradora deve fazer as publicações aqui previstas sempre no mesmo periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I - a alteração da classificação de risco das classes ou séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- II - a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do FUNDO;
- III - a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do FUNDO, bem como o comportamento da carteira de direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- IV - a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO.

Artigo 44. A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 45. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao FUNDO:

- I - alteração de regulamento;
- II - substituição da instituição Administradora;
- III - incorporação;
- IV - fusão;
- V - cisão;
- VI - liquidação.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3226-3006 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Artigo 46. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do **FUNDO** não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto do **FUNDO** protocolado na CVM.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do veículo usado para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Artigo 47. Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do **FUNDO**, deve obrigatoriamente:

- I - mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II - referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;
- III - abranger, no mínimo, os últimos três anos ou período desde a sua constituição, se mais recente;
- IV - ser acompanhada do valor da média aritmética do seu patrimônio líquido apurado no último dia útil de cada mês, nos últimos três anos ou desde a sua constituição, se mais recente;
- V - deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco ao **FUNDO**, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 48. No caso de divulgação de informações sobre o **FUNDO** comparativamente a outros fundos, devem ser informados na mesma matéria as datas, os períodos, a fonte das informações utilizadas, os critérios adotados e tudo o mais que seja relevante para a adequada avaliação.

Artigo 49. Sempre que o material de divulgação apresentar informações referentes à rentabilidade ocorrida em períodos anteriores deve ser incluída advertência, com destaque, que:

- I - a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros; e
- II - os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora ou pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Seção 3 - Demonstrações financeiras

Artigo 50. O **FUNDO** tem escrituração contábil própria.

Artigo 51. O exercício social do **FUNDO** tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 52. As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo único. Enquanto a CVM não editar as normas referidas no caput, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 53. A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais;
- II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 54. O diretor ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo **FUNDO**, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3006 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

I - que as operações praticadas pelo FUNDO estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;

II - que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;

III - os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;

27 MAI 2008

IV - os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Parágrafo Primeiro. Os demonstrativos referidos neste Artigo devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Parágrafo Segundo. Para efeito do disposto neste Artigo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

TÍTULO 2 DOS ATIVOS

CAPÍTULO I DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Seção 1 - Características gerais e segmentos de atuação do fundo

Artigo 55. O FUNDO irá adquirir direitos creditórios decorrentes dos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas.

Seção 2 - Natureza, origem e instrumentos jurídicos dos direitos creditórios

Artigo 56. O FUNDO irá adquirir direitos creditórios de empresas com sede no Brasil, indicadas e aprovadas pela Consultora, denominadas Cedentes, resultantes de suas vendas mercantis ou da prestação de serviços para seus clientes, de produtos já entregues ou de serviços já prestados, liquidados a prazo, representados por duplicatas ou liquidados por meio de cheques.

Parágrafo Primeiro. O FUNDO poderá ainda adquirir direitos creditórios diretamente da Consultora, sem que haja coobrigação, desde que tais direitos tenham origem nos segmentos discriminados na Seção 1 deste Capítulo. A Consultora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do FUNDO poder adquirir direitos creditórios de sua titularidade.

Parágrafo Segundo. O FUNDO não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua obrigação/coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo Terceiro. Na aquisição dos direitos creditórios, serão observados os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo Quarto. Respeitada a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste Regulamento, cabe à Consultora a decisão de adquirir quaisquer direitos creditórios de qualquer cedente.

Parágrafo Quinto. Os limites de concentração por cedente estipulados neste capítulo aplicam-se exclusivamente aos originadores e coobrigados dos créditos.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP**

Parágrafo Sexto. Os cheques que a Consultora receber das cedentes deverão ser entregues ao banco cobrador no prazo máximo de 2 dias para os cheques emitidos na praça onde se localiza a sede da Consultora e de 5 dias para os cheques provenientes de outras praças.

Parágrafo Sétimo. A Consultora é responsável pelo recebimento e guarda dos cheques até a sua entrega ao banco, devendo contratar serviço de malote e seguro-transporte para o trâmite dos cheques provenientes de outras praças.

Artigo 57. O FUNDO poderá alienar a terceiros direitos creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Seção 3 - Condições de Cessão e Critérios de elegibilidade dos direitos creditórios

Artigo 58. Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo FUNDO deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, às seguintes (I) condições de cessão e aos (II) a (IV) critérios de elegibilidade:

I - O FUNDO somente poderá adquirir direitos creditórios que tenham sido submetidos à prévia análise e seleção pela Consultora, que deverá realizar ou acompanhar os procedimentos seguintes até a liquidação da cessão:

- 1 - Seleção de cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
- 2 - Verificação de eventuais restrições cadastrais;
- 3 - Visita à futura cedente;
- 4 - Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
- 5 - Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
- 6 - Aprovação em comitê de limite operacional;
- 7 - Certificação digital dos representantes legais da empresa;
- 8 - Formalização do contrato que regulará as cessões;
- 9 - Recebimento de borderôs;
- 10 - Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados;
- 11 - Confirmação de títulos junto aos sacados;
- 12 - Aprovação da operação segundo os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do FUNDO;
- 13 - Encaminhamento de arquivo eletrônico com a relação de títulos à Administradora e ao Custodiante;
- 14 - Teste de elegibilidade (com base nos critérios estabelecidos neste Regulamento) por parte da Administradora e do Custodiante;
- 15 - Envio do contrato digital, pela Administradora, para assinatura dos representantes legais das cedentes;
- 16 - Pagamento da cessão, pelo Custodiante, em conta corrente da cedente.

II - O FUNDO não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 15% (quinze por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores;

III - Caso, considerada pro-forma a aquisição dos direitos creditórios ofertados, a carteira do FUNDO apresente 2% (dois por cento) de concentração em títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ), a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo sacado (empresas sob controle comum, controladas ou controladoras e, também, coligadas), assegurando que sejam respeitados os seguintes limites:

- a) 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO do respectivo Grupo Econômico como devedores sacados;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3806 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL S.M.L.P.**

b) 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como cedentes;

c) 9% (nove por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como cedentes e devedores/sacados conjuntamente.

IV - Os direitos creditórios liquidados por meio de cheques não poderão representar mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Artigo 59. Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade, que serão validados pelo CUSTODIANTE:

27 MAI 2008

I - o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos de crédito cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento do **FUNDO**; e somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

II - Cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do **FUNDO**, respeitando-se os limites de concentração estipulados no artigo 63, inciso IV deste Regulamento.

III - Os direitos de crédito devem ser de devedores/sacados que, na data da cessão para o **FUNDO**, não apresentem qualquer valor em atraso com o **FUNDO** há mais de 15 (quinze) dias corridos.

IV - O **FUNDO** só poderá adquirir direitos creditórios com prazo de vencimento entre 5 e 180 dias da data de aquisição.

Parágrafo Primeiro. As operações de aquisição dos direitos de crédito pelo **FUNDO** deverão ser realizadas necessariamente com base nas cláusulas e condições estabelecidas em *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme **ANEXO IV** deste Regulamento) a ser celebrado pelo **FUNDO** com as Cedentes, previamente à realização de qualquer operação entre o **FUNDO** e a Cedente. A Cedente responderá solidariamente com seus Clientes pelo pagamento dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

Parágrafo Segundo. A Consultora deverá selecionar apenas direitos creditórios que atendam os critérios de elegibilidade elencados neste Artigo, conforme estabelecido no *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (**ANEXO IV** deste Regulamento) celebrado entre o **FUNDO** e a Consultora.

Parágrafo Terceiro. Constatada a qualquer tempo pela Administradora a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** a qualquer dos critérios de elegibilidade, a Consultora será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do **FUNDO**.

Parágrafo Quarto. Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora, Consultora ou Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo Quinto. Na aquisição de quaisquer direitos creditórios, o **FUNDO** deverá respeitar a taxa mínima de cessão calculada pela Administradora conforme a fórmula abaixo:

$$Tmc = 151,50\% \text{ CDI}^*$$

* 151,50% (cento e cinquenta e um e meio por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e

4

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3805 - Curitiba - PR

15

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP na data da respectiva cessão.

Seção 4 - Composição e diversificação da carteira

Artigo 60. Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o **FUNDO** deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por direitos creditórios, podendo a Administradora requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem o pedido.

Artigo 61. A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) títulos e valores mobiliários privados previamente aprovados pela Assembleia Geral de cotistas.

Parágrafo Primeiro. A carteira do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será composta de ativos financeiros: títulos da dívida pública e títulos privados emitidos por instituições financeiras, com prazo médio (da carteira) superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e, desde que previamente aprovados pela Assembleia Geral de cotistas, outros títulos e valores mobiliários privados.

Parágrafo Segundo. O **FUNDO** somente poderá adquirir títulos privados de emissão de instituições que possuam classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior à classificação de risco das cotas do **FUNDO**, consideradas apenas as classificações de risco concedidas pela Standard & Poor's.

Artigo 62. Os direitos creditórios serão custodiados pelo Custodiante, conforme indicado neste Regulamento, e os demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Parágrafo único. Conforme estabelecido em *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV deste Regulamento), os boletos de cobrança dos valores devidos pelos Clientes com relação a cada um dos direitos de crédito representados por duplicatas serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do **FUNDO** junto ao Banco Cobrador, seja diretamente pelos Clientes, ou por meio do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos de crédito será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do **FUNDO** junto ao Custodiante.

Artigo 63. Relativamente aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, cabendo à Consultora manter dados cadastrais sobre as cedentes que pertençam ao mesmo grupo econômico para controlar o limite estabelecido neste inciso; e

II - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 20% (vinte por cento) do

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3805 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

patrimônio líquido do FUNDO, podendo alcançar a totalidade do patrimônio líquido do FUNDO nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO.

III - O fundo não poderá adquirir direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade em percentual superior a 20% (vinte por cento) de seu patrimônio líquido.

IV - O FUNDO adota como limites máximos de concentração:

27 MAI 2008

a) até 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do FUNDO poderão ser aplicados em direitos de crédito originados por uma mesma Cedente;

b) o limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, por devedor dos direitos de crédito, será de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. O limite de concentração previsto no caput não se aplica à aquisição de títulos públicos federais e cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa".

Parágrafo Segundo. Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias, previsto no Artigo 59, não são aplicáveis ao FUNDO os limites de concentração previstos no inciso III do caput, podendo a Administradora, inclusive, manter a carteira do FUNDO concentrada em direitos creditórios oriundos de uma única Cedente.

Artigo 64. O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Artigo 65. Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de cotas conforme as regras estabelecidas neste Regulamento.

Seção 5 - Garantias

Artigo 66. Fica esclarecido que não existe, por parte do FUNDO, da Administradora ou da Gestora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO ou relativas à rentabilidade de suas cotas.

Artigo 67. As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 68. É um elemento de garantia das aplicações em cotas da classe sênior do FUNDO, para fins de amortização e resgate privilegiados, a existência de cotas subordinadas no percentual estabelecido no ANEXO I deste Regulamento.

Seção 6 - Riscos de crédito, de mercado e outros

Artigo 69. Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e seus cotistas.

Artigo 70. Os ativos que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

I - **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3805 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

II - **Risco de liquidez dos ativos:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortização aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

III - **Risco de mercado:** consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas: monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

IV - **Risco de concentração:** A Administradora buscará diversificar a carteira do **FUNDO** e deverá observar os limites de concentração do **FUNDO** de que trata o inciso III do caput do Artigo 62 deste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do **FUNDO** admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de direitos de crédito de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

V - **Risco de descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas seniores tem determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

VI - **Risco da liquidez da cota no mercado secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII - **Risco de descontinuidade:** A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de direitos de crédito nos termos de *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme **ANEXO III** deste Regulamento). Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes dos direitos de crédito qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

VIII - **Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios:** Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do **FUNDO**, há previsão neste Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 329 - Sala 504
Fone: (41) 3228-3908 - Curitiba - PR

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP

IX - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o FUNDO a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

X - Risco de guarda da documentação relativa aos direitos creditórios: Em conformidade com o contrato celebrado com a Administradora, com a intervenção do Custodiante, a Consultora será responsável pela guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios, na qualidade de fiel depositária, podendo subcontratar terceiros para essa função. A guarda da documentação relativa aos direitos creditórios pela Consultora ou por empresa subcontratada pode representar uma limitação ao FUNDO, em termos de verificação da originação e formalização dos direitos creditórios. Nos termos do parágrafo segundo do artigo 20 deste Regulamento, o Custodiante realizará, diretamente, ou através da auditoria independente, verificação periódica, trimestralmente da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos direitos creditórios ao FUNDO, a carteira do FUNDO poderá conter direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XI - Riscos relacionados à Consultora: Embora a Consultora declare que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade, uma vez que o FUNDO poderá adquirir direitos de crédito de sua titularidade, existe o risco de haver tal conflito.

XII - Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo: Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de direitos creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao Fundo, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.

XIII - Risco referente à verificação do lastro por amostragem: Como o Custodiante foi autorizado a realizar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem, trata-se do risco relativo à ocorrência de erros na metodologia e parâmetros empregados pelo Custodiante ou falhas na coleta de amostras ou, ainda, erros nos lotes que não participaram da amostra; o que poderia acarretar perdas para o FUNDO.

XIII - Risco de Conflito de Interesses: Tal risco existe tendo em vista que, conforme previsto no Regulamento do FUNDO, a Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO, onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o FUNDO, ainda que todas as informações relativas a essas operações sejam objeto de registros analíticos segregados.

XIV - Risco decorrente dos critérios adotados pelos originadores/cedentes ou pela Consultora para concessão de crédito: É o risco decorrente de falhas, falta de rigor ou liberalidade na concessão de crédito pelos originadores/cedentes a seus clientes, já que é impossível controlar ou impor regras para concessão desses créditos em razão do grande número de originadores e também de devedores/sacados e também o risco relativo aos critérios de análise de crédito utilizados pela Consultora dos devedores e cedentes no momento da aquisição dos direitos creditórios pelo FUNDO.

XVI - Risco dos direitos creditórios serem alcançados por obrigações dos cedentes: Há o risco dos direitos creditórios serem alcançados por obrigações dos cedentes caso as cessões tenham ocorrido em fraude a credores ou em fraude à execução. Cabe à Consultora responsável pela análise e seleção dos recebíveis minimizar tais riscos não indicando recebíveis de cedentes que estejam sendo acionados judicialmente por dívidas vencidas e não pagas ou cujos nomes constem em bancos de dados de devedores inadimplentes.

XVII - Demais riscos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CAPÍTULO II

DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Seção 1 - Procedimentos de formalização e pagamento pela cessão dos direitos creditórios (liquidação financeira)

Artigo 71. Os procedimentos para cessão de direitos creditórios ao **FUNDO** podem ser descritos da seguinte forma:

- a) as Cedentes submetem à Consultora as informações acerca dos direitos de crédito que pretendam ceder para o **FUNDO**;
- b) a Consultora encaminha ao Custodiante arquivo eletrônico que relacionará, identificará e descreverá apenas os direitos creditórios aprovados de acordo com o *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios (ANEXO V deste Regulamento)* celebrado entre o **FUNDO** e a Consultora;
- c) Após o recebimento do arquivo gerado pela Consultora, o Custodiante deverá verificar a elegibilidade dos direitos creditórios indicados pela Consultora e comunicar a Administradora;
- d) A Administradora comandará a emissão do **TERMO DE CESSÃO** conforme estabelecido no *Contrato que regular as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios (modelo conforme ANEXO III deste Regulamento)* - a ser preferencialmente firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - relacionando os direitos creditórios indicados pela Consultora e validados pelo Custodiante;
- e) As Cedentes e o **FUNDO**, representado pela Administradora, firmam o **TERMO DE CESSÃO**, usando preferencialmente o formato eletrônico discriminado no item "d";
- f) o **FUNDO** paga pela cessão dos direitos creditórios na data da cessão, por intermédio do Custodiante, através de TED, ou crédito em conta corrente diretamente às Cedentes;
- g) as Cedentes encaminham à Consultora a documentação relativa aos direitos creditórios, bem como eventuais títulos de crédito a esses direitos creditórios vinculados, sejam esses títulos cheques ou duplicatas, para que sejam mantidos sob sua guarda, a partir da data de cessão, na qualidade de fiel depositária.

Parágrafo único. Não são admitidas remessas para contas de pessoas que não sejam as próprias cedentes dos direitos creditórios (de terceiros, estranhos aos negócios realizados de venda e compra dos recebíveis).

Artigo 72. A Consultora, em nome do **FUNDO**, será responsável pela comunicação aos devedores, sacados das duplicatas, da cessão dos direitos creditórios para o **FUNDO** até 3 (três) dias após a realização da cessão.

Parágrafo único. A comunicação poderá ser realizada pelos Correios, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), ou através de e-mail que utilize o sistema Comprova de certificação digital de envio, recebimento, conteúdo e leitura (www.comprova.com).

Seção 2 - Cobrança regular

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel Deodoro, 320 - Sala 301
Fone: (41) 3220-3906 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP**

Artigo 73. A forma de liquidação dos direitos creditórios será:

- I - por meio de cheques emitidos pelos Clientes das Cedentes e endossados pelas Cedentes ao FUNDO por chancela mecânica ou eletronicamente e entregues ao Banco Cobrador para guarda e cobrança em nome do FUNDO;
- II - através de boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos sacados das duplicatas.

Artigo 74. O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos direitos creditórios relativos às operações realizadas pelo FUNDO será efetuado diretamente em conta corrente do FUNDO junto ao Banco Cobrador. 27 MAI 2008

Seção 3 - Cobrança dos inadimplentes e instruções de cobrança

Artigo 75. A cobrança dos direitos de crédito vencidos e não pagos será realizada pela Consultora, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa especializada em serviços de cobrança indicada pela Consultora.

Artigo 76. Os direitos de crédito poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

Artigo 77. As instruções de cobrança dos Direitos de Crédito deverão respeitar o seguinte:

- I - As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou por empresa especializada em serviços de cobrança por ela indicada;
- II - As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- III - Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato *ad-judicia*.

TÍTULO 3

DO PASSIVO E DOS ENCARGOS

CAPÍTULO I

DAS COTAS

Seção 1 - Características gerais

Artigo 78. As cotas do FUNDO são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares, e são de classe sênior ou classe subordinada.

Artigo 79. Para os cotistas que estejam com as cotas, para negociação no mercado secundário, custodiadas em sistema de balcão organizado, os pagamentos a que fazem jus as cotas serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela instituição responsável pela custódia e liquidação.

Artigo 80. As cotas seniores terão uma única classe (não se admitindo subclasses). As cotas subordinadas poderão ter subclasses para efeito de amortização e resgate.

Artigo 81. As cotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Parágrafo único. Cada série de cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

Artigo 82. É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de cotas.

Artigo 83. A integralização, a amortização e o resgate de cotas do FUNDO podem ser efetuados por ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil BACEN.

Parágrafo Primeiro. Em se tratando de cotas subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em direitos creditórios.

Parágrafo Segundo. Para as cotas seniores, não é admissível a integralização ou amortização em direitos creditórios, mas o resgate pode ser feito em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 84. Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede do Custodiante, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro dia útil subsequente com base no valor da cota deste dia para aplicação, amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro dia útil subsequente.

Seção 2 - Emissão

Artigo 85. Na emissão de cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 86. No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de cotas subscritas;
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 87. A critério da Administradora, novas cotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Não haverá direito de preferência dos cotistas do FUNDO na aquisição e subscrição das eventuais novas cotas mencionadas no caput.

Parágrafo Segundo. Caso novas séries de cotas seniores sejam emitidas, a classificação de risco das séries anteriores deverá ser reafirmada pela mesma agência classificadora de risco.

Artigo 88. As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Parágrafo único. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado neste Artigo.

Artigo 89. O FUNDO poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do FUNDO.

Artigo 90. O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 91. Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

Seção 3 - Sobre a colocação pública das cotas

Artigo 92. Na colocação pública de cotas do **FUNDO**, a distribuição será precedida de registro específico na CVM e de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

27 MAI 2008

Parágrafo Primeiro. A Administradora elaborará plano de distribuição de cotas para cada oferta pública de cotas do **FUNDO**, que observará, para todas as séries de cotas que venham a ser emitidas, as regras de que tratam esta Seção 3 e também as seguintes regras:

I - para os fins do disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, sem prejuízo do disposto nesta Seção 3, o cronograma das etapas da oferta de cotas do **FUNDO** observará as seguintes regras:

a) as datas de início e de encerramento de distribuição de cada oferta pública de cotas do **FUNDO** serão as seguintes:

i) **Início da Distribuição:** Na data da publicação do anúncio de início de distribuição na forma da legislação em vigor.

ii) **Encerramento da Distribuição:** 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

b) haverá possibilidade de prorrogação da oferta de cotas do **FUNDO**, mediante solicitação à CVM na forma do disposto no Parágrafo Único do Artigo 93 deste Regulamento;

c) haverá possibilidade, a critério da Administradora, se atingido patamar mínimo de cotas seniores previsto no termo de deliberação de emissão de cotas respectivo, de se dar por encerrado o período de distribuição da série ou classe de cotas respectiva.

d) os anúncios de início, de encerramento, ou de prorrogação de distribuição de cotas do **FUNDO**, nos termos da alínea "c", anterior, serão publicados no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

II - para os fins do disposto no item 3.2.5 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, não haverá destinação da oferta pública ou partes da oferta pública a investidores específicos.

III - para os fins do disposto no item 3.2.7 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora considerará adequado o investimento a todos os investidores qualificados, assim definidos pela legislação CVM e desde que tais investidores qualificados não encontrem vedação na própria legislação CVM para adquirirem cotas do **FUNDO**, que busquem rendimentos vinculados ao CDI, no médio e longo prazos, para seus investimentos, aceitando correr riscos, tais como os previstos para o **FUNDO**, na aplicação desses investimentos. Desta forma, os investidores que não se enquadrem na definição de investidores qualificados não poderão adquirir cotas do **FUNDO**.

IV - para os fins do disposto no item 3.2.9 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, as ofertas de cotas do **FUNDO** aos investidores observarão as seguintes regras quanto às alterações das circunstâncias, revogação e modificação de sua emissão:

a) a Administradora poderá requerer que a CVM a autorize a modificar ou revogar as ofertas de cotas do **FUNDO**, caso ocorram alterações materiais e inesperadas, posteriores ao protocolo do pedido de registro de distribuição das cotas na CVM, nas circunstâncias inerentes às ofertas, das quais resulte aumento relevante nos riscos assumidos com a emissão de novas cotas do **FUNDO**;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 328 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP**

b) a Administradora poderá modificar, a qualquer tempo, as ofertas das séries de cotas do FUNDO, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ocasião em que, caso o requerimento de modificação nas condições da oferta das cotas do FUNDO seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da respectiva oferta das cotas do FUNDO poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de alteração;

c) se a oferta das séries de cotas do FUNDO for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes;

d) a revogação ou qualquer modificação na oferta de cotas do FUNDO será imediatamente divulgada mediante anúncio no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo (o "Anúncio de Revogação", no caso de revogação, ou "Anúncio de Retificação", no caso de modificação da oferta de cotas), veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400/03;

e) no caso de modificação da oferta de cotas do FUNDO, após a publicação do Anúncio de Retificação, a Administradora somente aceitará como investidores do FUNDO aqueles que se declararem cientes dos termos do referido Anúncio de Retificação, observado o disposto nas alíneas "f" e "g", abaixo;

f) os investidores que tenham subscrito cotas do FUNDO serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação se, decorridos 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não manifestarem, expressamente, perante a Administradora, sua intenção de não mais permanecerem como cotistas do FUNDO, hipótese em que a Administradora poderá presumir, para todos os fins de direito: i) que os investidores pretendem manter-se como cotistas do FUNDO, e; ii) que os investidores declararam sua aceitação quanto aos termos do "Anúncio de Retificação";

g) em qualquer hipótese, a revogação da oferta de cotas do FUNDO tornará ineficaz a própria oferta e seus respectivos atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo a Administradora restituir integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às cotas do FUNDO, observado que, para os fins do disposto no Artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03, a restituição desses valores aos investidores se dará sem qualquer acréscimo, e;

h) para os fins do Artigo 28 da Instrução CVM 400/03 e observado o disposto na parte final do referido Artigo, não será, em nenhuma hipótese, admitida a revogação da oferta de cotas do FUNDO por parte dos investidores.

V - para os fins do disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora é responsável pela distribuição das cotas do FUNDO assegura aos investidores que:

a) o tratamento aos investidores será justo e equitativo, e;

b) os investidores serão informados pela Administradora: a) da adequação do investimento em cotas do FUNDO ao perfil dos investidores, na forma do inciso III, anterior, e b) dos fatores de risco a que o FUNDO está exposto, nos termos do Artigo 70 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. A Administradora poderá contratar instituição participante do mercado de distribuição de valores mobiliários para a distribuição de cotas do FUNDO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3806 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Artigo 93. Após a distribuição inicial de cotas do FUNDO, as novas distribuições a serem realizadas deverão ser integralmente subscritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de cada distribuição.

Parágrafo único. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto no parágrafo anterior por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Artigo 94. Caso não seja efetivada a colocação de todas as cotas no prazo de distribuição, sem que se proceda ao cancelamento do saldo não colocado, a distribuição deverá ser cancelada.

Artigo 95. Cada classe ou série de cotas do FUNDO destinada à colocação pública deve ser avaliada por empresa classificadora de risco em funcionamento no país.

Artigo 96. Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico;
- II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

Seção 4 - Amortização e resgate

Artigo 97. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios.

Artigo 98. As cotas seniores não poderão ser amortizadas em direitos creditórios.

Artigo 99. É possível o resgate de cotas seniores em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO. .

Artigo 100. As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as cotas seniores.

Parágrafo Primeiro. Excetua-se do disposto no caput deste Artigo a hipótese de amortização de cotas subordinadas prevista no Artigo 102 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. O cronograma de amortizações deverá respeitar os Anexos deste Regulamento, conforme cada emissão de série de cotas seniores.

Parágrafo Terceiro. A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do FUNDO definida no ANEXO I deste Regulamento.

Parágrafo Quarto. O pagamento das amortizações será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o Custodiante está sediado.

Artigo 101. A Administradora deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor dos direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 10 (dez) dias úteis antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e
- (b) até 5 (cinco) dias úteis antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

Artigo 102. A amortização das cotas do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP**

- I - impossibilidade de o **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;
- II - o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual à soma do valor de todas as cotas seniores; e/ou
- III - em se tratando de cotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 103 deste Regulamento.

Parágrafo único. A antecipação do início da amortização de cotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 103. Independente das amortizações previstas neste Regulamento, na hipótese do montante total de cotas subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do **FUNDO** conforme **ANEXO I**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as cotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Regulamento.

Artigo 104. O resgate de cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do **FUNDO** ou de cada série ou classe de cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

Parágrafo único. O resgate será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente na praça em que a Administradora está sediada, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 18 e no Artigo 84 deste Regulamento.

Artigo 105. No resgate será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

Seção 5 - Negociação das cotas em mercado secundário

Artigo 106. As cotas seniores do **FUNDO** serão registradas para negociação secundária na CETIP Câmara de Custódia e Liquidação, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 107. As cotas seniores do **FUNDO** somente poderão ser transferidas ou alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado em caso de negociação privada, desde que os eventuais compradores atestem à Administradora do **FUNDO**, e escrituradora de suas cotas, sua condição de investidores qualificados; ou então nas hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Parágrafo único: Na transferência de titularidade das cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Seção 1 - Patrimônio líquido

Artigo 108. O patrimônio líquido do **FUNDO** corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo único. Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no boletim de subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Artigo 109. O FUNDO deverá ter, no mínimo, o percentual de seu patrimônio identificado no ANEXO I representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

27 MAI 2008

Parágrafo único. Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no caput por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das cotas seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral de cotistas para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do FUNDO; ficando assegurado a qualquer cotista detentor de cotas subordinadas o direito de evitar a liquidação do FUNDO, caso subscreva tantas cotas subordinadas quantas forem necessárias para recompor a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das cotas seniores indicada no ANEXO I.

Seção 2 - Distribuição dos resultados entre as classes de cotas: diferença de riscos

Artigo 110. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do FUNDO será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do FUNDO será atribuída às cotas seniores.

Artigo 111. Por outro lado, na hipótese do FUNDO atingir o *benchmark* de rentabilidade definido para cada série de cotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Seção 3 - Metodologia de avaliação dos ativos

Artigo 112. Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

Artigo 113. As cotas do fundo terão seu valor calculado todo dia útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II - Os ativos que têm valor de mercado classificados como "títulos para negociação" serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do FUNDO terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do FUNDO, levando em consideração volume, liquidez e prazo;

devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora ou Gestora em suas mesas de operação;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.;

III - Os ativos do FUNDO classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados da seguinte forma:

a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3228-3806 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SMLP**

b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerando os dias úteis entre a data da aquisição do direito creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento;

c) o rendimento do direito crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do direito creditório apurado na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Todos os direitos creditórios adquiridos pelo FUNDO serão classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item III deste artigo.

Parágrafo Segundo. Todos os demais ativos adquiridos pelo FUNDO, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em direitos creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item II deste artigo.

Artigo 114. Para a provisão dos valores referentes aos direitos creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I - Até o 30º (trigésimo) dia de atraso, o valor contabilizado do título em atraso no ativo corresponderá ao valor de face do respectivo título, não sendo realizada qualquer provisão;

II - Para cada dia decorrido a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III - Ao final do 60º (sexagésimo) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Artigo 115. As cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

**CAPÍTULO III
DOS ENCARGOS DO FUNDO**

Artigo 116. Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;

V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral de cotistas;

VIII - taxas de custódia de ativos do FUNDO;

IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas cotas admitidas à negociação;

X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 304
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SMLP**

Parágrafo único. Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da Instituição Administradora.

27 MAI 2008

**TÍTULO 4
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CAPÍTULO I
DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

Artigo 117. São considerados eventos de avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

I - Não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação.

II - Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante.

III - Inobservância, pela Administradora ou pelo Gestora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelo Custodiante ou pelos cotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação.

IV - Na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento.

V - Na ocorrência de rebaixamento do rating das cotas seniores para classificação inferior a A+, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

VI - Caso, no 1º dia útil de cada mês, a Administradora verifique que:

(i) a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezado o mês imediatamente anterior, do "Índice de Inadimplência 30 dias", definido como a razão entre: (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontram em atraso de 30 a 60 dias ou que tenham sido pagos com atraso de 30 a 60 dias e (b) volume total de direitos creditórios com data de vencimento no mesmo mês; seja superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento); ou

(ii) a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezados os 2 (dois) meses imediatamente anteriores, do "Índice de Inadimplência 60 dias", definido como a razão entre: (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontram em atraso há mais de 60 dias ou que tenham sido pagos com atraso superior a 60 dias e (b) volume total de direitos creditórios com data de vencimento no mesmo mês; seja superior a 6,0% (seis por cento).

VII - Caso a taxa do CDI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da taxa do CDI do dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo único - Na ocorrência de quaisquer dos eventos de avaliação, a ADMINISTRADORA convocará, no prazo de 5 (cinco) dias, Assembleia Geral de cotistas, informando nesta convocação o evento de avaliação ocorrido, ficando a cargo da Assembleia Geral de cotistas decidir sobre as medidas a serem tomadas, observado o quorum de deliberação.

**CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO**

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

29

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

Seção 1 - Liquidação normal

Artigo 118. O FUNDO será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Seção 2 - Liquidação antecipada

Artigo 119. Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações:

- I - se o patamar mínimo de distribuição de cotas do FUNDO não for atingido ao término do prazo de colocação das cotas;
- II - se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início da distribuição de cotas, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado antes do referido prazo;
- III - por deliberação de Assembleia Geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos Artigos 16, 27, 34 e 109 e 116;
- IV - se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;
- IV - em caso de impossibilidade do FUNDO adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;
- V - se o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as cotas seniores.
- VI - Caso o índice de inadimplência da carteira, calculado com base no total de direitos creditórios em atraso superior a 60 (sessenta) dias após os seus respectivos vencimentos, em relação ao total de direitos creditórios que compoñham a carteira do FUNDO, supere o percentual de 12% (doze por cento).

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso III supra, se a decisão da Assembleia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Artigo 120. Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

Artigo 121. Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

Artigo 122. Nas hipóteses de liquidação, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 123. Após a partilha do ativo, a Administradora do fundo deverá promover o cancelamento do registro do FUNDO, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação

- I - o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas, ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do fundo, quando for o caso;
- II - a demonstração de movimentação de patrimônio do fundo, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ."

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Máí Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3908 - Curitiba - PR

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP

CAPÍTULO III
CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

27 MAI 2008

Artigo 124. Quaisquer litígios que possam surgir relativamente a este regulamento, prospecto e demais documentos referentes ao FUNDO, às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29.11.2001, e Instruções CVM números 356, de 17.12.2001, 393, de 22.07.2002, alterações posteriores, e demais disposições legais serão resolvidos por meio de arbitragem conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo S/A - BVSP.

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) não puder receber, recusar-se ou não puder decidir as controvérsias respeitantes à aplicação deste Regulamento e da legislação vigente, fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para a propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO.

Artigo 125. A Administradora declara que não se encontra em situação de conflito de interesses no exercício de sua função de Administradora do FUNDO, bem como que manifesta independência no desempenho das atividades que lhe são atribuídas e descritas tanto neste Regulamento quanto no Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios (anexo deste Regulamento).

Curitiba, 23 de maio de 2008.

Fernando A. F. de F.
PETRA - PERSONAL TRADER C.T.V.M. S/A
Administradora

7º TABELIAO

7º. TABELIAO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal. Deodoro, 230, centro F: 3322-6157
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fe! por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) Supra-assinada(s) de:
[90E14]us FERNANDO MARQUES DE.....
MARSILLAC FONTES.....

Em testemunho da verdade
Curitiba, 26 de Maio de 2008

DR. ANGELO VOLPI NETO
TITULAR DO TABELIAO
NORMA CREDITÁRIA DE PARANÁ
ESCREVENTE

SELO
FUNDARPEN

ABELIONAT
DE
NOTAS
C1202928

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

**ANEXO I
DADOS VARIÁVEIS DO FUNDO**

27 MAI 2008

- 1) **PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO:** O FUNDO será liquidado no último dia útil do 120º (centésimo vigésimo) mês, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas, podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembleia Geral.
- 2) **CONSULTORA:** Para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, foi contratada a **SM FOMENTO COMERCIAL LTDA.**, com sede à Av. Santos Dumont 3060, sala 619, Aldeota, Fortaleza, CE, CEP 60150-161, inscrita no CNPJ/MF sob o número 72.104.144/0001-07, empresa de fomento mercantil registrada na ANFAC sob o número 965.
- 3) **REMUNERAÇÃO DA CONSULTORA:** A título de remuneração pelos serviços prestados ao FUNDO, conforme *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (ANEXO V deste Regulamento) celebrado entre a Consultora e o FUNDO, a Consultora fará jus a uma comissão ad-valorem correspondente a 0,75% (sete décimos e meio por cento) sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo FUNDO, paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. A comissão a ser paga à Consultora é parte integrante da remuneração da Administradora do FUNDO.
- 4) **PROPORÇÃO MÍNIMA DE COTAS SUBORDINADAS:** A relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das cotas seniores será de 133,33% (cento e trinta e três por cento e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

27MAI98 314105
314104

Subscritas
Rua Eduardo Pereira, 80 - 2º - Anjo
cel. 233.3287

Assinado digitalmente por
Rafael de Souza
MARTINS PEREIRA
CPF nº 34.512.123-45



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

27 MAI 2008

Anexo II - Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem**1) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem**

Admitindo um intervalo de confiança de 95%, a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times (1/E_o^2)}{N + (1/E_o^2)}$$

Onde:

Eo = erro amostral tolerável

N = tamanho da população

O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

2) Etapas**2.1) Determinar o erro amostral tolerável**

O erro amostral tolerável será mantido entre 5% e 10%, dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados.

2.2) Determinar o intervalo de confiança

O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efeito da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% é tal que ele tem 95% de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

2.3) Determinar itens chave

Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% não fazem parte da população da amostragem.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

2.4) Extração dos itens para teste

A seleção da amostra a ser analisada é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos Creditórios que sejam originados de todas as Empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item 1, será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividiremos a base de dados em extratos para depois selecionarmos, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para nossos testes.

Escopo da Análise

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios;
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

27 MAI 98 314106
314104
Rozilda Braga Ribeiro
Marcos Aurélio Peresutti
Claudio M. S. N. Assunção
Substituto
Rua Elmano Pereira, 60 - 21º Andar
Tel.: 233 3267

CUSTAS

Lei Estadual nº 11.960/97 - Tabela XVI - Dist. II, III, IV e nota 2;
Contração se o em cumprimento ao Ofício 234/C7 do FUNARPEN
VRCs 0,195

<input type="checkbox"/> Distribuição (70 VRCs) (0,13)	R\$ 5,00
<input checked="" type="checkbox"/> Avertação (26 VRCs) (0,27)	R\$ 3,00
<input checked="" type="checkbox"/> Selo	R\$ 1,00

2.º Ofício Distribuidor - Curitiba - PR

Paraná: Descom, 320 - Sala 504 - Fone: (41) 3225-3905

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Maranhão, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905
CURITIBA - PR
1248370

2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos

Distribuição: **48-12364**

3.º Ofício

Ctba/Pr, 26/05/2008

**CONTRATO QUE REGULA AS CESSÕES DE CRÉDITO
PARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

27 MAI 2008

Por este instrumento particular, _____, com sede na _____, cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada **CEDENTE**, e

[INSERIR DENOMINAÇÃO DO FUNDO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado **CESSIONÁRIO** ou **FUNDO**, administrado e neste ato representado pela **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, com endereço na Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada **ADMINISTRADORA**, todos devidamente representados neste ato por seus representantes legais que assinam este instrumento na presença de duas testemunhas,

CONSIDERANDO QUE:

- a) o **FUNDO** tem por objetivo adquirir direitos creditórios, nos termos da política de investimentos estabelecida em seu Regulamento;
- b) a **CEDENTE** tem interesse em ceder os direitos creditórios originários de operações realizadas pela **CEDENTE** nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços;
- c) a **ADMINISTRADORA** contratou o **CUSTODIANTE**, abaixo definido, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos do **FUNDO**, incluindo a análise e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**, a liquidação física e financeira dos ativos do **FUNDO** e ainda a análise dos critérios de elegibilidade de referidos direitos creditórios, nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre as partes;
- d) a **ADMINISTRADORA** contratou a **CONSULTORA**, abaixo definida, para a prestação dos serviços de consultoria especializada, objetivando a análise e a seleção dos direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**;
- e) o **CUSTODIANTE**, conforme indicado e solicitado pela **ADMINISTRADORA**, contratou a **CONSULTORA** para a prestação dos serviços de recepção, guarda e manutenção da documentação relativa aos direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO** atualizada e em perfeita ordem;
- f) a **CONSULTORA**, em razão da prestação dos serviços de recepção, guarda e manutenção da documentação relativa aos **DIREITOS CREDITÓRIOS**, deverá receber os direitos creditórios diretamente da **CEDENTE**.

RESOLVEM as partes assinar o presente Contrato cujas cláusulas são as seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES.

1.1. - As partes convencionam e adotam as seguintes definições para a finalidade de interpretação das cláusulas deste contrato:

CEDENTE é a empresa que origina **DIREITOS CREDITÓRIOS** em suas atividades mercantis ou de prestação de serviços, nos termos do presente Contrato.

CONSULTORA – empresa responsável pela análise e seleção dos **DIREITOS CREDITÓRIOS**, bem como pela recepção, guarda e manutenção dos documentos relativos à cessão dos **DIREITOS CREDITÓRIOS** ao **FUNDO**, incluindo os **DIREITOS CREDITÓRIOS** e todos os demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CUSTODIANTE – é a instituição responsável pela guarda dos DIREITOS CREDITÓRIOS e liquidação física e financeira dos ativos do FUNDO e pelos demais serviços estipulados no Contrato de Custódia e Controladoria firmado entre o CUSTODIANTE e a ADMINISTRADORA ("Contrato de Custódia").

DIREITOS CREDITÓRIOS – direitos de crédito originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços pela CEDENTE.

CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – a transferência pela CEDENTE, credora originária, de seus DIREITOS CREDITÓRIOS para o FUNDO, mantendo-se inalterados os demais elementos da relação obrigacional representada pelos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

BANCO COBRADOR – é a instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO.

CRÉDITOS PERFORMADOS – são aqueles créditos resultantes de contratos em que a CEDENTE já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues, e aceitos), restando apenas a obrigação do DEVEDOR de efetuar o pagamento.

DEVEDOR – é a pessoa física ou jurídica cliente da CEDENTE, emissora do cheque ou sacado da duplicata mercantil de serviços, ou endossante, responsável pelo pagamento do DIREITO CREDITÓRIO ao FUNDO.

VÍCIO DO DIREITO CREDITÓRIO ou DO DOCUMENTO QUE O REPRESENTA - qualquer defeito do direito creditório ou do título representativo do crédito que justifique a recusa do DEVEDOR em pagá-lo, no todo ou em parte.

RECOMPRA – é o ato pelo qual a CEDENTE recompra os títulos que cedeu para o FUNDO por qualquer motivo.

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS – pessoas físicas ou jurídicas sócias ou não da CEDENTE que assinarão o presente contrato assumindo solidariamente, como co-obrigadas, as mesmas obrigações da CEDENTE.

TERMO DE CESSÃO – é o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas entre a CEDENTE e o FUNDO, na forma do Anexo I ao presente contrato. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão e obriga a CEDENTE a entregar à CONSULTORA, por conta e ordem do FUNDO, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.

TERMO DE DISTRAITO – é o documento utilizado para documentar a recompra pela CEDENTE dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO, na forma do Anexo II ao presente contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.

2.1. - Este contrato irá reger todas e quaisquer cessões de DIREITOS CREDITÓRIOS que forem feitas pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO.

2.1.1. - Em hipótese alguma admitir-se-á qualquer cessão de direitos creditórios realizada fora ou que contrarie as cláusulas e termos deste contrato.

2.2. - A aceitação dos direitos creditórios oferecidos pela CEDENTE é ato discricionário do CESSIONÁRIO.

2.3. - Para que a cessão possa ser formalizada, a documentação que evidencie o lastro dos DIREITOS CREDITÓRIOS será analisada e os DIREITOS CREDITÓRIOS serão validados em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO, nos termos previstos no Regulamento do CESSIONÁRIO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

2.4. - Por meio da assinatura do TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE cede e transfere ao CESSIONÁRIO, em caráter irrevogável e irretroatável, todos os DIREITOS CREDITÓRIOS relacionados no referido TERMO DE CESSÃO.

27 MAI 2008

3. CLÁUSULA TERCEIRA CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

3.1. - Os DIREITOS CREDITÓRIOS que poderão ser cedidos ao CESSIONÁRIO deverão atender à política de investimentos estabelecida no Regulamento do CESSIONÁRIO, especialmente no que diz respeito aos critérios de elegibilidade do CESSIONÁRIO e, sob pena de a cessão ser considerada nula e a CEDENTE ser obrigada a devolver os valores recebidos pela cessão, deverão também:

- a) Ser originários dos segmentos comercial, industrial ou de prestação de serviços;
- b) Resultar de vendas de produtos já entregues ou da prestação de serviços já realizados, ou seja, constituir CRÉDITOS PERFORMADOS;
- c) Ser representados por duplicatas mercantis/de serviços ou liquidados por meio de cheques para pagamento a prazo (vulgarmente conhecidos como cheques pré-datados);
- d) Ser originários de empresas sediadas no Brasil; e
- e) Atender aos demais critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.

3.2. - Todos os cheques e duplicatas relativos aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO deverão ser endossados pela CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

3.2.1. - Os cheques deverão ser nominais à CEDENTE e estar cruzados.

3.2.2. - As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes da CEDENTE.

3.3. - As duplicatas deverão ter sido emitidas pela CEDENTE com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

3.4. - Todas as duplicatas deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DECLARAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

4.1. - As partes signatárias deste contrato declaram conhecer e aceitar o Regulamento do CESSIONÁRIO, especialmente os artigos relativos à política de investimentos e à aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS.

4.1.1. - Após a celebração dos respectivos TERMOS DE CESSÃO, a CEDENTE deverá encaminhar imediatamente os DIREITOS CREDITÓRIOS e todos os demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços.

4.1.2. - Adicionalmente, a ADMINISTRADORA será responsável por encaminhar uma cópia dos respectivos TERMOS DE CESSÃO, imediatamente após sua celebração, à CONSULTORA para que a CONSULTORA controle o recebimento de toda a documentação referida na cláusula 4.1.1. acima das CEDENTES, o que deve ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da respectiva cessão.

4.3. - A CEDENTE obriga-se a fornecer todas as informações e a apresentar todos os documentos relacionados à cessão de DIREITOS CREDITÓRIOS da CEDENTE para o CESSIONÁRIO que lhe forem solicitados pela empresa de auditoria contratada pela ADMINISTRADORA para prestar serviços ao CESSIONÁRIO, em qualquer época e sempre que houver solicitação da empresa de auditoria.

4.3.1. - As partes declaram que estão cientes de que essas informações e documentos serão freqüentemente solicitados pela empresa de auditoria a fim de apurar se as cláusulas do Regulamento do CESSIONÁRIO e deste contrato estão sendo respeitadas e para verificar o lastro, legitimidade e legalidade dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

5.1. - A CEDENTE declara, respondendo civil e criminalmente pela veracidade dessas declarações, em relação a quaisquer cessões de crédito que sejam feitas, que:

5.1.1. - É responsável pela existência dos créditos representados pelos títulos negociados, por seus vícios redibitórios e pelo cumprimento das obrigações (vendas de produtos ou prestação de serviços) que deram origem aos créditos.

5.1.2. - É responsável perante o CESSIONÁRIO pelos riscos e prejuízos dos créditos negociados no caso de serem opostas exceções quanto à sua legitimidade, legalidade e veracidade, ou seja, em razão de quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento dos créditos.

5.1.3. - É responsável pela evicção dos direitos creditórios cedidos.

5.1.4. - É responsável civil e criminalmente pela legalidade, veracidade e legitimidade das duplicatas oriundas de suas operações mercantis, ciente de que a emissão fraudulenta de título sujeita os seus sócios ou prepostos às penas do artigo 172 do Código Penal.

5.1.5. - É responsável civil e criminalmente pelos cheques relativos aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos decorrentes de vendas a prazo ou prestação de serviços, responsabilizando-se por eventuais vícios, inclusive no caso de suspeita de confusão com o emitente-devedor relacionado à contra-ordem ou "sustação do cheque" para fraudar o CESSIONÁRIO.

5.2. - O CESSIONÁRIO fica, desde já, autorizado a consultar qualquer sistema de risco de crédito existente para obter informações a respeito da CEDENTE ou dos DEVEDORES, inclusive o sistema gerido pelo Banco Central do Brasil, podendo prestar a esse sistema informações sobre o montante das dívidas, a vencer ou vencidas, bem como o valor das coobrigações e garantias prestadas pela CEDENTE.

5.3. - No caso do não pagamento dos direitos creditórios nas datas dos seus respectivos vencimentos pelos DEVEDORES, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando os nomes dos DEVEDORES e da CEDENTE.

5.4. - Caso deixe de cumprir a obrigação de firmar os respectivos TERMOS DE DISTRATO para a recompra dos DIREITOS CREDITÓRIOS ou de indenizar o CESSIONÁRIO conforme previsto na Cláusula Sexta do presente contrato, ou ainda ocorrer o descumprimento de qualquer outra obrigação assumida pela CEDENTE neste instrumento, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando o nome da CEDENTE e dos coobrigados (RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS), conforme as responsabilidades de cada um.

5.5. - A CEDENTE, neste ato, autoriza o CESSIONÁRIO a levar os cheques e as duplicatas a protesto ou executá-los judicialmente caso os pagamentos não sejam feitos nas datas dos vencimentos e se responsabiliza integralmente em caso de protesto ou cobrança judicial indevidos por culpa ou dolo nas cessões de créditos realizadas ou por erro nas informações prestadas ao CESSIONÁRIO.

5.6. - A CEDENTE, neste ato, declara que possui os originais ou cópias de todos os documentos comprobatórios da venda das mercadorias ou dos serviços que deram origem legítima e válida aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

5.7. - A CEDENTE, neste ato, autoriza o CESSIONÁRIO a ceder, quando quiser e a quem bem entender, os DIREITOS CREDITÓRIOS que lhe foram cedidos pela CEDENTE com base neste contrato.

5.8. - A CEDENTE, neste ato, declara que todas as operações que deram origem aos DIREITOS CREDITÓRIOS encontram-se registradas em sua contabilidade.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

5.9. - A CEDENTE, neste ato, declara que nenhuma das cessões de crédito ou operações realizadas com os seus clientes foi feita em fraude à execução ou fraude a credores ou sonegação fiscal, nem são provenientes de atividades criminosas que possam vir a caracterizar lavagem de dinheiro.

27 MAI 2008

5.10. - A CEDENTE obriga-se a:

5.10.1. - Não modificar com o DEVEDOR as condições originais da venda do produto-mercadoria ou serviço após a cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS ao CESSIONÁRIO.

5.10.2. - Não alterar a data do vencimento do título cedido (prorrogar ou antecipar); não deduzir, compensar, negociar, extinguir ou modificar qualquer característica dos créditos cedidos, exceto mediante prévia anuência do CESSIONÁRIO.

5.10.3. - Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que tomou conhecimento do fato, sobre qualquer reclamação, modificação, cancelamento, arrependimento do DEVEDOR ou quaisquer outras informações relativas aos direitos creditórios.

5.10.4. - Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da citação, intimação ou notificação, sobre qualquer ação judicial, protesto, notificação ou medida extrajudicial tendo como objeto os créditos negociados ou a operação de cessão ou, ainda, que digam respeito ao negócio de venda mercantil ou de prestação de serviços que deu origem aos DIREITOS CREDITÓRIOS.

5.10.5. - Não omitir nenhuma informação que, se fosse do conhecimento do CESSIONÁRIO, poderia impedir, alterar, desaconselhar ou colocar em risco a cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS.

5.10.6. - Fornecer, em 24 (vinte e quatro) horas no máximo, sempre que solicitadas pelo CESSIONÁRIO, cópias ou os originais de toda a documentação comprobatória da origem legítima e válida dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos, incluindo notas fiscais e faturas, contratos firmados entre a CEDENTE e seus clientes e quaisquer outros documentos correlatos.

5.10.7. - Realizar todos os procedimentos previstos nas cláusulas adiante relativos à oferta dos DIREITOS CREDITÓRIOS e formalização da cessão para todos os créditos cedidos.

5.10.8. - Notificar os DEVEDORES (sacados das duplicatas) da cessão de crédito realizada, nos termos do artigo 290 do CC, informando que o pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

5.10.8.1. - A CEDENTE deverá notificar o DEVEDOR independentemente dele também receber qualquer notificação do CESSIONÁRIO.

5.10.9. - Repassar ao CESSIONÁRIO o crédito recebido diretamente do DEVEDOR caso este, eventualmente, e por engano, faça o pagamento à CEDENTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ficar caracterizada a apropriação indébita do valor recebido.

5.10.10. - Reembolsar o CESSIONÁRIO de todos os gastos e despesas legais, inclusive honorários advocatícios, juros e correção monetária, no caso do CESSIONÁRIO ser acionado judicialmente ou tiver que mover qualquer ação judicial em decorrência de culpa da CEDENTE.

5.10.11. - Indenizar o CESSIONÁRIO de quaisquer prejuízos que lhe tiverem sido causados pela CEDENTE por culpa ou inadimplemento das obrigações assumidas neste contrato.

5.10.12. - Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fato, qualquer alteração do seu contrato social, estatuto ou mudança de endereço da CEDENTE ou de seus dados bancários.

5.10.13. - Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ocorrência do fato, qualquer processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração de sua atividade principal ou mudança de controle, direto ou indireto.

5.11. - O CESSIONÁRIO obriga-se a:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

5.1.1.1. - Efetuar o pagamento à CEDENTE, em conta corrente bancária de sua titularidade, das cessões realizadas nos valores convencionados no TERMO DE CESSÃO e no prazo estipulado neste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – VÍCIOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

6.1. - No caso de serem opostas quaisquer exceções aos direitos ou títulos de crédito cedidos, a CEDENTE, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá integral responsabilidade por quaisquer vícios verificados, como, a título de exemplo, os seguintes:

- a) Se os créditos representados pelos títulos cedidos forem objeto de outra alienação, ajuste, garantia, gravame ou ônus, sem o consentimento prévio e expresso do CESSIONÁRIO;
- b) Se os créditos adquiridos pelo CESSIONÁRIO forem objeto de acordo entre a CEDENTE e o DEVEDOR, que possa ensejar arguição ou compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos direitos emergentes dos títulos negociados;
- c) Se o DEVEDOR retutar, contestar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos por qualquer motivo, por exemplo: por não correspondência com aquilo que efetivamente foi contratado, vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, ou defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias; divergência nos prazos ou preços ajustados; arrependimento e desistência dos serviços ou produtos adquiridos; avarias ou não recebimento das mercadorias;
- d) Se a CEDENTE receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos títulos de crédito negociados com o CESSIONÁRIO, além das cominações legais relativas ao endosso, fica a CEDENTE, obrigada a devolvê-los ao CESSIONÁRIO no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de, decorrido esse prazo, ficar caracterizada a apropriação indébita (art. 168, do Código Penal);
- e) Se a falta de pagamento por parte do DEVEDOR resultar de ato de responsabilidade da CEDENTE;
- f) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada em fato de responsabilidade da CEDENTE ou contrário aos termos deste contrato;
- g) Se for oposta qualquer exceção de defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada na recusa ou aceitação de mercadoria ou serviço ou qualquer forma de mora ou inadimplemento da CEDENTE junto ao mesmo DEVEDOR, ou contraprotesto do DEVEDOR e/ou reclamação judicial deste contra a CEDENTE;
- h) Ocorrendo qualquer medida judicial tomada pelo DEVEDOR tendo como objeto a causa originária do título, como, por exemplo, sustação de protesto, declaratória, anulatória etc., mesmo que sejam medidas apenas de interesse procrastinatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CEDENTE PELOS VÍCIOS (OBRIGAÇÃO DE RECOMPRAR OS CRÉDITOS OU DE INDENIZAR O CESSIONÁRIO).

7.1. - A CEDENTE assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevivendo a constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) crédito(s) negociado(s), recomprá-lo(s) referidos DIREITOS CREDITÓRIOS do CESSIONÁRIO mediante a assinatura do TERMO DE DISCRATO ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o CESSIONÁRIO, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa de 10,00% (dez por cento), de juros moratórios de 1,00% (um por cento) ao mês, de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os artigos 389 e 394 ao 396 do Código Civil.

7.2. - O prazo para a CEDENTE recomprar o(s) crédito(s) será de 48 (quarenta e oito) horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, devendo o respectivo TERMO DE

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRATO ser firmado pelas partes do mesmo modo que os TERMOS DE CESSÃO, conforme previsto na cláusula II abaixo.

27 MAI 2008

7.2.1. - A recusa na recompra do (s) crédito(s) no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a CEDENTE e os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS.

7.2.2. - Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta cláusula será considerada mera liberalidade do CESSIONÁRIO.

7.3. - No caso do CESSIONÁRIO acionar judicialmente os DEVEDORES ou for por eles acionado em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a CEDENTE a reembolsar o CESSIONÁRIO, com todos os acréscimos legais, todas as despesas que este tiver tido, incluindo despesas com advogados, perícias e custas processuais.

8. CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CEDENTE E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTE CONTRATO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR/SACADO.

8.1. - O CESSIONÁRIO terá direito de regresso contra a CEDENTE em razão do inadimplemento dos DEVEDORES dos créditos cedidos, ou seja, a CEDENTE responde pelo cumprimento da prestação constante dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO.

8.2. - Assinam também este contrato as pessoas ao final identificadas, designados RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela CEDENTE, concordando com todos os seus termos.

8.2.1. - Independentemente de terem ou não assinado os TERMOS DE CESSÃO ou avalizados os títulos a eles relativos, os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS são solidariamente responsáveis pelas obrigações inadimplidas.

8.3. - Os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS renunciaram expressamente ao benefício de ordem e declaram ter pleno conhecimento de todas as cláusulas e condições deste contrato e do TERMO DE CESSÃO.

8.4. - Se a CEDENTE, ou qualquer um dos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, na hipótese desta cláusula ou da cláusula anterior, efetuar o pagamento do boleto bancário correspondente ao crédito cedido, o pagador subrogar-se-á, de pleno direito, na condição de credor conforme o disposto no artigo 346, inciso III, do Código Civil.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIAS

9.1. - Para garantir o pagamento de qualquer débito relacionado a este contrato, o CESSIONÁRIO poderá exigir, no ato de assinatura deste instrumento ou a qualquer tempo, que a CEDENTE lhe entregue nota promissória de sua emissão.

9.1.1. - A nota promissória deverá ser avalizada pelos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS.

9.1.2. - A CEDENTE obriga-se a reforçar ou substituir a garantia na hipótese de sua perda ou diminuição do seu valor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTO PARA A OFERTA E ACEITAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

10.1. - Para a formalização das ofertas de direitos creditórios pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, serão adotados os seguintes procedimentos:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

10.1.1. - A CEDENTE deverá transmitir à CONSULTORA a relação dos recebíveis ofertados, oriundos de vendas mercantis e/ou da prestação de serviços realizados pela CEDENTE, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos SACADOS.

10.1.2. - A CONSULTORA irá selecionar quais títulos ofertados atendem os requisitos da política de investimentos do CESSIONÁRIO, aplicando os critérios de análise dos créditos e de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO. Os títulos que atendam os requisitos serão considerados DIREITOS CREDITÓRIOS eleitos e seus dados serão transmitidos pela CONSULTORA ao CUSTODIANTE, através de arquivo eletrônico em formato (layout) específico, contemplando, além dos dados recebidos da CEDENTE, o valor pelo qual os créditos estão sendo cedidos ao CESSIONÁRIO.

10.1.3. - Recebidos pelo CUSTODIANTE os dados dos DIREITOS CREDITÓRIOS escolhidos, ADMINISTRADORA irá averiguar se a aquisição pelo CESSIONÁRIO dos direitos creditórios eleitos é compatível com as obrigações passivas do CESSIONÁRIO estabelecidas em seu Regulamento, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme taxa mínima de cessão prevista no Regulamento do CESSIONÁRIO. Por sua vez, o CUSTODIANTE irá validar os DIREITOS CREDITÓRIOS em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO, nos termos do Contrato de Custódia.

10.1.4. - Verificada a compatibilidade e validade dos DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos acima, a ADMINISTRADORA comandará a emissão do respectivo TERMO DE CESSÃO, a ser assinado pelas partes de acordo com a Cláusula Décima Primeira abaixo, preferencialmente em forma eletrônica.

10.1.5. - A CONSULTORA selecionará os DIREITOS CREDITÓRIOS, acompanhará todo o procedimento de oferta e de cessão e será também a responsável pela recepção dos títulos e dos documentos representativos dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos e dos demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços, nos termos do contrato firmado entre a CONSULTORA, o CUSTODIANTE e a ADMINISTRADORA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

11.1 - Cada aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS será formalizada e demonstrada por meio de um instrumento denominado "TERMO DE CESSÃO" onde irão constar a relação e a identificação completa das duplicatas e cheques (numeração, valores e datas de vencimento), os nomes e CNPJ ou CPF dos sacados das duplicatas ou dos emitentes dos cheques, e o valor total de aquisição dos títulos cedidos.

11.1.1. - O TERMO DE CESSÃO deverá ser firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, devendo, em casos de contingência, ser firmado de forma impressa.

11.1.2. - A ADMINISTRADORA será responsável por colher e abonar as assinaturas e os poderes dos signatários dos TERMOS DE CESSÃO

11.1.3. - A ADMINISTRADORA deverá remeter ao CUSTODIANTE os TERMOS DE CESSÃO devidamente assinados e abonados, nos termos do Contrato de Custódia.

11.2. - Os cheques e as duplicatas, com endosso em preto em favor do CESSIONÁRIO, serão entregues pela CEDENTE à CONSULTORA. As duplicatas serão acompanhadas das cópias de suas respectivas notas fiscais.

11.3. - O TERMO DE CESSÃO é considerado uma venda à vista pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO de seus DIREITOS CREDITÓRIOS, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagável à vista, passando o CESSIONÁRIO a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.

11.3.1. - Pela assinatura no TERMO DE CESSÃO o CEDENTE transfere a titularidade dos seus direitos ao CESSIONÁRIO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Pedroza, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3088 - Curitiba - PR

11.3.2. - Uma vez firmado o TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO, representado pela ADMINISTRADORA, esta enviará instrução ao CUSTODIANTE para que este transfira o montante total discriminado no TERMO DE CESSÃO para a conta corrente bancária da CEDENTE indicada no respectivo TERMO DE CESSÃO.

27 MAI 2008

11.4. - A CEDENTE obriga-se a dar ciência aos DEVEDORES SACADOS de duplicatas de sua alienação, no ato da negociação, informando-lhes que o respectivo pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES.

12.1. - O CESSIONÁRIO pagará o valor acordado entre as partes para as cessões dos DIREITOS CREDITÓRIOS, conforme previsto no respectivo TERMO DE CESSÃO, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à CEDENTE.

12.1.1. - Só serão admitidas remessas para a conta corrente da própria CEDENTE, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas à CEDENTE.

12.2. - O pagamento por cada cessão de crédito ocorrerá na data da assinatura do TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO.

12.2. - Para a realização dos pagamentos, a CEDENTE indica a seguinte conta bancária:

Nome completo da CEDENTE:

CNPJ/MF:

Nome do banco:

Número do banco:

Número da agência bancária (sem o dígito verificador):

Número da conta corrente:

12.3. - Quaisquer pagamentos pelas liquidações das cessões serão feitos na conta acima indicada. Em caso de mudança do número da conta, agência ou banco, a CEDENTE deverá informar ao CESSIONÁRIO que irá utilizar outra conta, informando-lhe os novos dados bancários.

12.4.1. - Com o pagamento realizado conforme o procedimento acima e no valor informado no respectivo TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE confere ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para não mais reclamar a respeito do negócio realizado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS AO CESSIONÁRIO.

13.1. - A cobrança dos DIREITOS CREDITÓRIOS será feita:

a) Por meio do depósito dos cheques emitidos para a liquidação dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos (endossados pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, por chancela mecânica ou eletronicamente) e entregues ao BANCO COBRADOR para guarda e cobrança, na conta corrente que o CESSIONÁRIO mantém no BANCO COBRADOR.

b) No caso de duplicatas, as cobranças serão feitas por meio de boletos bancários emitidos pelo BANCO COBRADOR ou pela CONSULTORA tendo o CESSIONÁRIO por favorecido.

13.2. - O recebimento dos DIREITOS CREDITÓRIOS, resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas com base neste contrato, será realizado direto e exclusivamente em conta corrente do CESSIONÁRIO junto ao BANCO COBRADOR.

13.3. - Consideram-se, para todos os efeitos legais, liquidados os DIREITOS CREDITÓRIOS no momento em que o DEVEDOR ou terceiro efetuar o seu respectivo pagamento.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

ANEXO III

13.3.1. - Na eventualidade da não liquidação dos créditos cedidos, será a CEDENTE comunicada para cumprir com a prestação constante no título no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de decorrido o prazo citado serem aplicados sobre o crédito inadimplido, em relação à CEDENTE, correção monetária e juros, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do título.

13.3.2. - Para o exercício do direito de regresso contra os coobrigados pelo pagamento e encontrando-se a CEDENTE em mora no cumprimento de sua obrigação, o respectivo título de crédito será apontado no Tabelionato de Protesto, no prazo legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONFIDENCIALIDADE.

14.1. - As cláusulas deste contrato são estritamente confidenciais. Nenhuma das partes pode prestar informações a terceiros do seu conteúdo ou das transações com base nela realizadas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte, exceto nos seguintes casos:

a) Quando o fornecimento da informação seja obrigatório por lei, regulamentação ou por qualquer determinação governamental ou judicial que deva ser cumprida;

b) Quando forem informações que devam ser transmitidas aos advogados, contadores, auditores, agências de rating, analistas ou demais pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no desenvolvimento dos serviços objeto deste contrato, sempre dentro do curso normal de seus negócios, desde que os mesmos estejam cientes da natureza confidencial das informações e, também, concordem em manter o sigilo das mesmas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NATUREZA EXECUTIVA DESTE CONTRATO.

15.1. - A este contrato, assinado pelas partes e por duas testemunhas, e aos TERMOS DE CESSÃO dele decorrentes, atribui-se a condição de título executivo extrajudicial nos termos dos arts. 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.1.1. - A liquidez deste contrato, para fins legais, será apurada pela soma dos valores do(s) título(s) cedido(s) e não liquidado(s) pelo(s) devedor(es), por qualquer motivo: I) por vício do crédito ou título; II) por simples inadimplemento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SITUAÇÃO DAS CESSÕES DE CRÉDITO EFETUADAS NO CASO DE FALÊNCIA DA CEDENTE.

16.1. - Em caso de falência da CEDENTE, nos termos do artigo 136, Parágrafo Primeiro, da Lei número 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária), não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos portadores dos valores mobiliários emitidos pelo CESSIONÁRIO.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES.

17.1. - Todas as notificações, demandas ou comunicações a serem trocadas entre as partes deverão ser entregues pessoalmente contra recibo ou enviadas por correspondência registrada aos representantes abaixo indicados e nomeados:

CESSIONÁRIO (ADMINISTRADORA DO FUNDO):

Sr.: Edilberto Pereira

Endereço: Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel

Cidade: Curitiba UF: Paraná CEP: 80.250-080

Fone/fax: (41) 3074-0909 e-mail: fundos@personaltrader.com.br

CEDENTE:

Sr.:

Endereço:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504

Fone: (41) 3226-3006 - Curitiba - PR

Cidade: UF: CEP:
Fone: e-mail:

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LIBERALIDADE.**27 MAI 2008**

18.1. - O não exercício, por qualquer das partes, de direitos relativos ao presente contrato será considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou direito de exigi-los no futuro.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INTEGRIDADE DO CONTRATO.

19.1. - Este contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES.

20.1. - Nenhuma alteração ao presente contrato será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual assinado pelas partes.

20.2. - A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das partes, de qualquer direito oriundo deste contrato, dada em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das partes não será tratada como uma variação deste contrato, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, de conformidade com o constante no item anterior desta cláusula.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES.

21.1. - Se qualquer condição deste contrato for considerada nula, inexecutível ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as partes atribuíram ao mesmo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

22.1. - O presente contrato vigorará por prazo indeterminado ou durante o prazo de duração porventura estabelecido no Regulamento do CESSIONÁRIO.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO.

23.1. - Este contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a CEDENTE deixar de cumprir qualquer obrigação assumida neste contrato ou se verificar que prestou declarações inverídicas, neste instrumento ou em qualquer dos TERMOS DE CESSÃO.

23.1.1. - Em caso de rescisão, o CESSIONÁRIO permanece com o direito de receber todos os créditos que lhe tiverem sido transferidos, inclusive pela via judicial.

23.1.2. - Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, culpa ou dolo da CEDENTE, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste instrumento, além das perdas e danos sofridos pelo CESSIONÁRIO.

23.2. - Este contrato poderá ser denunciado, pela CEDENTE ou pelo CESSIONÁRIO, a qualquer tempo, sem ônus algum, obrigando-se as partes a não efetuarem mais nenhuma cessão de crédito entre si a partir de então.

23.2.1. - Neste caso, para as cessões já realizadas, o contrato mantém sua eficácia.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

23.2.2. - Se, no entanto, após a denúncia, por engano ou equívoco das partes, for realizada qualquer cessão de crédito, aplicam-se a ela as mesmas regras e cláusulas deste contrato.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – OMISSÕES.

24.1. - Os casos omissos resolver-se-ão pela legislação comercial e civil em vigor, pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e pelos princípios gerais do direito do comércio.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO DE ELEIÇÃO

25.1. - O presente contrato será regido pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas e disputas decorrentes do presente contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato na presença de duas testemunhas.

São Paulo, [DATA].

CEDENTE E RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS:

Representante da CEDENTE: _____
CPF: RG
End: _____

Representante da CEDENTE: _____
CPF: RG
End: _____

Responsável solidário: _____
CPF: RG
End: _____

Responsável solidário: _____
CPF: RG
End: _____

CESSIONÁRIO:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

Pela PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
representando o [INSERIR DENOMINAÇÃO DO FUNDO]

TESTEMUNHAS:

27 MAI 2008

Nome:

RG:

Endereço:

Nome:

RG:

Substituto
Rua Ebenezer Pereira, 80 - 21º Andar
tel: 233 3287

Cláudia M. S. N. Assumpção

Marcos Aurelio Peresutti

Régula Bruna Ribeiro

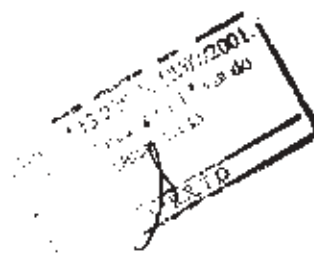
Do arauto Jorge de Jesus

ARMAZENAMENTO

914104/3

27 MAI 98 314107

ARMAZENAMENTO
27 MAI 98 314107
27 MAI 98 314107



Endereço: **ANEXO I - MODELO DE TERMO DE CESSÃO**

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM _____ DE _____ DE 200____, ENTRE A CEDENTE E O CESSIONÁRIO

TERMO DE CESSÃO N.º

CEDENTE

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Conta corrente número:

Agência:

Banco:

CESSIONÁRIO - FUNDO _____

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: RUA PASTEUR, 463 - 11º ANDAR

Cidade: CURITIBA - BATTEL - Estado: PR - CEP: 80250-080

neste ato representado pelo seu administrador, PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., com endereço na Rua Pasteur, nº 463, 11º Andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 03.317.692/0001-94.

1. A CEDENTE e o CESSIONÁRIO firmaram em [] de [] de [], o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regula esta cessão de créditos.

2. Através do presente Termo de Cessão, a CEDENTE e o CESSIONÁRIO concordam com a cessão de créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições da presente cessão de créditos são as seguintes:

I - Valor total dos títulos no vencimento;

II - Preço pago a CEDENTE pela cessão;

III - Data do pagamento do preço da cessão;

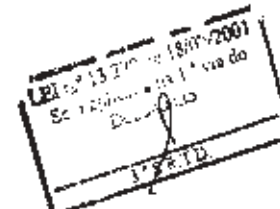
4. O pagamento pelo CESSIONÁRIO do preço da cessão dos créditos tratada neste Termo de Cessão ocorrerá na através de crédito na conta corrente de titularidade da CEDENTE indicada neste instrumento, a partir de quando fica conferida ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar a CEDENTE, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

CEDENTE

CESSIONÁRIO



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Dandara, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE DISTRATO DE CESSÃO 27 MAI 2008

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM ____ DE ____ DE 200_ ENTRE A CEDENTE E O CESSIONÁRIO

TERMO DE DISTRATO DE CESSÃO N.º _____

CEDENTE - FUNDO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: RUA PASTEUR, 463 - 11º ANDAR

Cidade: CURITIBA- BATTEL- Estado: PR CEP: 80250-080

neste ato representado pelo seu administrador, PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., com endereço na Rua Pasteur, nº 463, 11º Andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 03.317.692/0001-94.

Conta corrente número:

Agência:

Banco:

CESSIONÁRIO

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

1. A CEDENTE e o CESSIONÁRIO firmaram em [] de [] de [], o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regulou a cessão de determinados direitos créditos ao CEDENTE e que prevê a possibilidade de que determinados créditos que tenham sido cedidos ao FUNDO sejam recomprados pelo CESSIONÁRIO.

2. Através do presente Termo de Distrato de Cessão, a CEDENTE e o CESSIONÁRIO formalizam distrato da cessão dos créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições do presente distrato de cessão de créditos são as seguintes:

- I - Valor total dos títulos no vencimento;
- II - Preço pago à CEDENTE pelo distrato da cessão;
- III - Data do pagamento do preço do distrato da cessão;

4. O pagamento pelo CESSIONÁRIO do preço do distrato da cessão dos créditos tratada neste Termo de Distrato de Cessão ocorrerá na através de crédito na conta corrente de titularidade da CEDENTE, indicada neste instrumento, a partir de quando fica conferida ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar a CEDENTE, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CREDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

São Paulo, ____ de ____ de ____

CEDENTE

CESSIONÁRIO

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

105

105

7

27 MAI 2008

**CONTRATO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA
PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL S.M. LP, FIRMADO COM A EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL S.M. FOMENTO COMERCIAL LTDA.

PARTES CONTRATANTES:

Por este instrumento particular, a PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., com endereço na Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada **CONTRATANTE** ou **ADMINISTRADORA**; e a empresa de fomento mercantil S.M. FOMENTO COMERCIAL LTDA., registrada na ANFAC sob o número 965, com sede na Av. Santos Dumont 3060, sala 619, Aldeota,, cidade de Fortaleza, CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.104.144/0001-07, doravante designada **CONSULTORA**, devidamente representadas neste ato por seus representantes legais que ao final assinam este instrumento,

CONSIDERANDO:

- a) Que a **ADMINISTRADORA** é uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a administrar e gerir carteiras de fundos de investimento;
- b) Que a **ADMINISTRADORA** exerce a administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL S.M. LP**, registrado na Comissão de Valores Mobiliários;
- c) Que o regulamento do **FUNDO** e a Instrução CVM nº 356, em seu artigo 39, inciso I, autorizam a contratação de empresa especializada objetivando a análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do **FUNDO**;
- d) Que a **CONSULTORA** é uma empresa de fomento mercantil que presta serviços, entre outros, de acompanhamento comercial, pesquisa cadastral, seleção de cedentes e sacados, acompanhamento de contas a receber e a pagar, análise e seleção de direitos creditórios.

As partes têm entre si certo e ajustado este contrato cujos termos e cláusulas, amparados na legislação pertinente, são os seguintes:



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES.

1.1. - As partes convencionam e adotam as seguintes definições para a finalidade de interpretação das cláusulas deste contrato.

BANCO COBRADOR - é a instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO.

BANCO CUSTODIANTE - é a instituição bancária responsável pela liquidação financeira das cessões de direitos creditórios ocorridas entre as **CEDENTES** e o **FUNDO** e pelos demais serviços estipulados no Regulamento do **FUNDO**.

CEDENTE - Empresa que origina direitos creditórios em suas atividades mercantis ou de prestação de serviços e que tenha firmado com o **FUNDO** contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios conforme modelo anexo ao Regulamento do **FUNDO**.

DIREITOS CREDITÓRIOS - direitos de crédito originários de operações realizadas em diversos segmentos econômicos, como comércio, indústria, prestação de serviços etc. Sinônimo de recebíveis.

COBRANÇA AMIGÁVEL - é a cobrança extrajudicial dos **DEVEDORES** pelos direitos creditórios não pagos nas datas de seus vencimentos.

CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - a transferência pela **CEDENTE**, credora originária, de seus direitos creditórios para o **FUNDO**, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, mantendo-se inalterados os restantes elementos da relação obrigacional.

CRÉDITOS PERFORMADOS - são aqueles créditos resultantes de contratos em que a **CEDENTE** já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues, e aceitos), restando apenas a obrigação do **DEVEDOR** de efetuar o pagamento.

DEVEDOR OU SACADO - é a pessoa física ou jurídica cliente da **CEDENTE**, emissor do cheque ou sacado de duplicata mercantil/de serviços, ou endossante, responsável pelo pagamento da obrigação ao **FUNDO**.

RECOMPRA - é o ato pelo qual a **CEDENTE** recompra os títulos que cedeu para o **FUNDO** por qualquer motivo.

Supp 1 0 1 2

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3908 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

TERMO DE CESSÃO - é o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão, mas não desobriga a **CEDENTE** de entregar ao **FUNDO**, por intermédio da **CONSULTORA**, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.

VÍCIO DO DIREITO CREDITÓRIO OU DO DOCUMENTO QUE O REPRESENTA - qualquer defeito do direito creditório ou do título representativo do crédito que justifique a recusa do **DEVEDOR** em pagá-lo, no todo ou em parte.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.

2.1. - O objeto deste contrato é a prestação de serviços pela **CONSULTORA** de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do **FUNDO**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.1. - Os serviços consistirão em:

- 3.1.1. - Selecionar e cadastrar as empresas **CEDENTES** aptas a cederem direitos creditórios para o **FUNDO**.
- 3.1.2. - Analisar e selecionar os direitos creditórios que poderão ser cedidos ao **FUNDO**.
- 3.1.3. - Consultar sistemas de risco de crédito para obter informações a respeito da **CEDENTE** ou dos **DEVEDORES** antes de oferecer os recebíveis ao **FUNDO**.
- 3.1.4. - Acompanhar o procedimento de oferta e de cessão dos direitos creditórios ao **FUNDO**.
- 3.1.5. - Notificar, em nome do **FUNDO**, os **DEVEDORES**, sacados das duplicatas, das cessões de crédito realizadas, para que estes efetuem os pagamentos direta e exclusivamente ao **FUNDO** através de boletos bancários.

3.2. - A **CONSULTORA**, em relação a quaisquer cessões de crédito que sejam realizadas, declara:

- 3.2.1. - Ser a responsável pela escolha das pessoas jurídicas **CEDENTES** e pela seleção e análise dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**, respondendo por culpa ou dolo na prestação desses serviços.
- 3.2.2. - Responder, juntamente com os seus sócios, como **RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS**, pelo pagamento dos direitos creditórios objeto de fraude, desde que comprovada a culpa ou dolo da **CONSULTORA**; ou que estejam, na data da respectiva cessão, em desacordo com a política de investimentos do **FUNDO**.
- 3.2.3. - Ter pleno conhecimento de todos os artigos do Regulamento e do Prospecto do **FUNDO** e do contrato adotado para regular a cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**.

Suff 1 10 11 12

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

3.3. - A CONSULTORA obriga-se a:

- 3.3.1. - Desempenhar suas atribuições de modo a atender os objetivos da política de investimentos do FUNDO e a respeitar todos os artigos do seu Regulamento e todas as cláusulas do contrato que rege as cessões de direitos creditórios pelas CEDENTES ao FUNDO.
- 3.3.2. - Empregar, no mínimo, os mesmos cuidados e diligência que costuma dispensar nas transações de compra de direitos creditórios que realiza para si mesma.
- 3.3.3. - Providenciar para que os sacados das duplicatas das cessões de crédito realizadas ao FUNDO sejam adequadamente notificados, em prazo hábil, das cessões realizadas.
- 3.3.4. - Manter o padrão de qualidade da prestação dos serviços, objeto deste contrato, por todo o período de sua vigência.
- 3.3.5. - Informar a ADMINISTRADORA de eventual impossibilidade da prestação dos serviços.
- 3.3.6. - Avisar de imediato a ADMINISTRADORA sobre quaisquer anomalias ou irregularidades relacionadas à execução dos serviços contratados.
- 3.3.7. - Não omitir, ocultar, modificar ou por qualquer meio alterar a veracidade das informações apuradas na consecução dos serviços contratados.
- 3.3.8. - Com o objetivo de prevenir os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecidos na Lei 9.613, de 3 de março de 1998, a CONSULTORA deve cumprir todas as resoluções do COAF que se apliquem ao exercício de suas atividades, caso atue exclusivamente como prestadora de serviços para o FUNDO ou, e principalmente nesta hipótese, caso exerça atividade de fomento comercial ou mercantil em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não, em qualquer de suas modalidades.
- 3.3.9. - Caso a CONSULTORA exerça atividade de fomento, nos termos da Resolução D13 do COAF, de 30/09/2005, deverá manter cadastro atualizado no COAF; manter cadastro de seus clientes e o registro de todas as transações conforme especificados naquela resolução; e comunicar ao COAF sobre a realização de operações ou propostas de clientes que possam constituir-se em indícios de crimes previstos na Lei 9.613, de 1998, ou consideradas atípicas nos termos daquela resolução.

3.4. - A prestação dos serviços será operada da seguinte forma:

- 3.4.1. - Os serviços serão executados pela CONSULTORA com a utilização dos seus próprios equipamentos, funcionários e espaço físico, e todas as despesas com a prestação dos serviços aqui contratados correrão por conta exclusiva da CONSULTORA, com exceção das despesas com as notificações aos DEVEDORES das cessões de crédito realizadas para o FUNDO, cujo reembolso poderá ser solicitado ao FUNDO mediante apresentação dos comprovantes.

Supp 1 @ [assinatura] 4

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

3.4.2. - Os serviços serão desenvolvidos de modo a atender todas as exigências e obrigações do Regulamento do FUNDO e aos requisitos de qualidade e prazo que venham a ser estabelecidos pela ADMINISTRADORA.

4. CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS CREDITÓRIOS QUE PODERÃO SER CEDIDOS AO FUNDO E OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO.

4.1. - Os direitos creditórios que poderão ser cedidos ao FUNDO deverão atender à política de investimentos estabelecida em seu Regulamento e, sob pena da CONSULTORA ser obrigada a indenizar o FUNDO por erro na seleção, deverão também:

- a) Ser originários exclusivamente dos segmentos comercial, industrial ou de prestação de serviços.
- b) Resultar de vendas de produtos já entregues ou da prestação de serviços já realizados, ou seja, constituir créditos performados.
- c) Ser representados por duplicatas mercantis/de serviços ou liquidados por meio de cheques para pagamento a prazo (vulgarmente conhecidos como cheques pré-datados).
- d) Atender aos demais critérios de elegibilidade previstos no Regulamento, sendo que a CONSULTORA é a responsável por essa adequação.

4.2. - Todos os cheques e duplicatas relativos aos direitos creditórios cedidos ao FUNDO deverão ser endossados pelas CEDENTES em favor do FUNDO, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

4.2.1. - Os cheques deverão ser nominais às respectivas CEDENTES e estar cruzados.

4.2.2. - As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes das CEDENTES.

4.3. - As duplicatas deverão ter sido emitidas pelas CEDENTES com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

4.4. - Todas as duplicatas deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos e do documento que prove a entrega dos serviços ou das mercadorias.

4.5. - Todos os cheques relativos aos direitos creditórios cedidos deverão estar nominais à CEDENTE e endossados pela CEDENTE ao FUNDO por chancela mecânica ou eletrônica.

Supp 1 @

5

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

5. CLÁUSULA QUINTA - DECLARAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES COMUNS DAS PARTES.

5.1. - As partes signatárias deste contrato declaram conhecer e respeitar o Regulamento do FUNDO, especialmente os artigos relativos à política de investimentos e à aquisição de direitos creditórios.

5.2. - A ADMINISTRADORA e a CONSULTORA obrigam-se a fornecer todas as informações e apresentar todos os documentos que lhes forem solicitados pela Empresa de Auditoria contratada para prestar serviços ao FUNDO, em qualquer época e sempre que houver solicitação da empresa de Auditoria, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir da solicitação.

5.2.1. - As partes declaram que estão cientes de que essas informações e documentos serão frequentemente solicitados pela Empresa de Auditoria a fim de apurar se as cláusulas do Regulamento do FUNDO e deste contrato estão sendo respeitadas e para verificar o lastro, legitimidade e legalidade dos direitos creditórios cedidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, FATURAMENTO E PAGAMENTO.

6.1. - A título de remuneração pelos serviços aqui contratados e prestados ao FUNDO, a CONSULTORA receberá diretamente do FUNDO comissão *ad-valorem* correspondente a 0,75% (sete décimos e meio por cento) sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo FUNDO, pagos mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PROCEDIMENTO PARA A OFERTA E ACEITAÇÃO DOS RECEBÍVEIS.

7.1. - Para formalização das ofertas de direitos creditórios pela CEDENTE ao FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos que devem ser seguidos pela CONSULTORA:

7.1.1. - A CONSULTORA receberá das CEDENTES a relação dos títulos ofertados ao FUNDO, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados.

7.1.2. - A CONSULTORA irá selecionar quais recebíveis ofertados atendem aos requisitos da política de investimentos do FUNDO, aplicando critérios próprios de análise dos créditos, fazendo consultas aos sistemas de riscos de crédito, e observando os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do FUNDO. Os títulos que atendam aos requisitos do Regulamento do FUNDO serão considerados direitos creditórios escolhidos e aprovados e seus dados serão transmitidos ao BANCO CUSTODIANTE através de arquivo eletrônico em formato (*layout*) específico, contemplando, além dos dados recebidos das CEDENTES, o valor pelo qual os créditos serão cedidos ao FUNDO.

7.1.3. - No arquivo enviado ao BANCO CUSTODIANTE, a CONSULTORA irá informar individualmente o preço de cessão de cada um dos títulos a serem adquiridos,

Supp. 1 (a)

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3328-3906 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

contemplando para a determinação do preço as características do recebível (valor de face, data de vencimento, indexador - se existente, etc.).

7.1.4. - Recebidos pelo BANCO CUSTODIANTE os dados dos direitos creditórios escolhidos, a ADMINISTRADORA irá averiguar se a aquisição dos recebíveis aos preços indicados pela CONSULTORA é compatível com as obrigações passivas do FUNDO estabelecidas em seu Regulamento, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas.

7.1.5. - Verificada a compatibilidade indicada na cláusula anterior, a ADMINISTRADORA comandará a emissão do TERMO DE CESSÃO, a ser firmado entre as CEDENTES e o FUNDO, preferencialmente em forma eletrônica.

8. CLÁUSULA OITAVA - FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

8.1. - Cada aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS, representados por duplicatas ou liquidados por meio de cheques, será formalizada e demonstrada por meio de um instrumento denominado "TERMO DE CESSÃO", onde constarão a relação e identificação completa das duplicatas e cheques (numeração, valores e datas de vencimento), os nomes dos sacados das duplicatas ou dos emitentes dos cheques, e o valor total de aquisição definido pela CONSULTORA para os títulos cedidos. Esse documento utilizará preferencialmente a forma eletrônica, desde que produzido com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

8.2. - Para a análise e seleção, os cheques e as duplicatas, com endosso em preto em favor do FUNDO, serão entregues pelas CEDENTES à CONSULTORA. As duplicatas serão acompanhadas das cópias de suas respectivas notas fiscais e dos comprovantes de entrega das mercadorias ou da prestação de serviços.

8.3. - O TERMO DE CESSÃO é considerado uma venda à vista pela CEDENTE ao FUNDO de seus direitos creditórios, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagável à vista, passando o FUNDO a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.

8.3.1. - Pela assinatura nos TERMOS DE CESSÃO, as CEDENTES transferem a titularidade dos seus direitos ao FUNDO.

8.3.2. - Uma vez firmados os TERMOS DE CESSÃO pelas CEDENTES e pela ADMINISTRADORA, representante do FUNDO, a ADMINISTRADORA enviará instrução ao BANCO CUSTODIANTE para que este transfira o montante total discriminado no TERMO DE CESSÃO para a conta corrente bancária da CEDENTE, indicada no mesmo documento ou no contrato que rege as cessões firmado entre o FUNDO e a CEDENTE.

7

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3228-3006 - Curitiba - PR

8.4. - A CONSULTORA, em nome do FUNDO, dará ciência aos DEVEDORES SACADOS da alienação das duplicatas, informando-lhes que o pagamento deverá ser feito somente ao FUNDO.

9. CLÁUSULA NONA - LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES.

9.1. - O FUNDO pagará o valor objeto das cessões dos direitos creditórios através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente às CEDENTES.

9.2. - Só serão admitidas remessas para a conta corrente das próprias CEDENTES, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas às CEDENTES.

9.3. - O pagamento por cada cessão de crédito ocorrerá na data da assinatura do TERMO DE CESSÃO pelas CEDENTES e pela ADMINISTRADORA, representante do FUNDO, respeitada a janela de horários abaixo:

JANELA DE LIQUIDAÇÃO - PAGAMENTO EM TED OU TRANSFERÊNCIA DE CONTAS CORRENTES*			
Descrição/Horário	15:30	15:50	16:00
Limite para transmissão pela CONSULTORA do arquivo ao BANCO	X		
Limite para assinatura do TERMO DE CESSÃO pelas partes		X	
Limite para envio do pagamento às CEDENTES pelo BANCO			X

(*) - Caso as CEDENTES e o FUNDO sejam correntistas da mesma instituição.

9.3.1. - Qualquer modificação nos procedimentos e horários acima, a serem respeitados nas operações de cessão de créditos para o FUNDO, será previamente notificada à CONSULTORA, que, por sua vez, informará as CEDENTES.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - MODIFICAÇÃO NO VALOR DOS RECEBÍVEIS APÓS A CESSÃO.

10.1. - Depois de formalizadas e liquidadas as cessões conforme os artigos precedentes, os valores e os vencimentos dos direitos creditórios não poderão mais ser alterados por nenhuma das partes, excetuando-se a seguinte hipótese:

10.1.1. - A CONSULTORA poderá, por sua conta e risco, enviar instrução de baixa de título, abatimento do valor ou prorrogação da data de vencimento do direito creditório.

10.1.2. - Em qualquer um dos casos previstos no item anterior, seja em razão de baixa, abatimento ou prorrogação do direito creditório, a perda sofrida pelo FUNDO irá afetar a valorização das cotas subordinadas.

Supp
A
B

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA.

11.1. - A ADMINISTRADORA se obriga a comunicar a CONSULTORA sobre quaisquer acontecimentos relacionados ao objeto deste contrato que possam interferir em seu normal prosseguimento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE DA CONSULTORA E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTES CONTRATOS.

12.1. - O FUNDO poderá cobrar da CONSULTORA o valor dos créditos transferidos ao FUNDO cujos títulos sejam objeto de fraude, desde que comprovada a culpa ou dolo da CONSULTORA; ou que estejam, na data da respectiva cessão, em desacordo com os critérios de elegibilidade e a política de investimentos do FUNDO.

12.1.1. - Constatada a qualquer tempo a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao FUNDO a qualquer dos critérios de elegibilidade discriminados no Regulamento do FUNDO, a CONSULTORA será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do FUNDO.

12.2. - Assinam também este contrato, como co-obrigados de todas as suas cláusulas, as pessoas ao final identificadas, sócios da CONSULTORA, designados RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela CONSULTORA, concordando com todos os seus termos.

12.3. - Os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS renunciam expressamente ao benefício de ordem e declaram ter pleno conhecimento de todas as cláusulas e condições deste contrato, do Regulamento do FUNDO e do contrato que regula as cessões de direitos creditórios para o FUNDO.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DESTES CONTRATOS.

13.1. - Este contrato vigorará pelo prazo de duração do FUNDO.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO DO CONTRATO.

14.1. - Este contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a CONSULTORA deixar de cumprir qualquer obrigação aqui assumida ou for verificado que prestou declarações inverídicas neste instrumento.

14.1.1. - Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, por culpa ou dolo da CONSULTORA, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste instrumento, além da obrigação de indenizar pelas perdas ou danos sofridos pelo FUNDO ou pela ADMINISTRADORA.

Supp 1 @

11

P

9

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

14.2. - Este contrato poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, sem ônus algum.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA OU RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA.

15.1. - As partes declaram inexistir entre elas qualquer vínculo de natureza trabalhista ou societário.

15.2. - As partes contratantes são entes autônomos, cada qual tem a sua própria responsabilidade fiscal, previdenciária e trabalhista, as quais não se comunicam.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ARREPENDIMENTO.

16.1. - O presente contrato é celebrado em caráter de Irrevogabilidade e irretratabilidade, não comportando, por isso mesmo, arrependimento de nenhuma das partes e a nenhum título.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUCESSORES.

17.1. - Este contrato obriga as partes e eventuais sucessores e/ou incorporadores.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LIBERALIDADE.

18.1. - O não exercício, por qualquer das partes, de direitos relativos ao presente contrato será considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou ao direito de exigi-los no futuro.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ALTERAÇÕES.

19.1. - Este contrato revoga e substitui qualquer contrato anterior assinado pelas partes que tenha o mesmo objeto.

19.2. - Nenhuma alteração a este contrato será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual, por escrito, assinado pelas partes, ou caso firmem um novo contrato em substituição ao presente.

19.3. - A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das partes, de qualquer direito oriundo deste contrato, dada em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das partes não será tratada como uma variação deste contrato, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, de conformidade com o constante no item anterior desta cláusula.

Supl. @ J. J. P. 10

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTEGRIDADE DO CONTRATO.

20.1. - Este contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES.

21.1. - Se qualquer condição deste contrato for considerada nula, inexecutável ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as partes atribuíram ao mesmo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÕES.

22.1. - Todas as notificações, demandas ou comunicações a serem trocadas entre as partes deverão ser entregues pessoalmente contra recibo ou enviadas por correspondência registrada aos representantes abaixo indicados e nomeados:

AO FUNDO E À ADMINISTRADORA DO FUNDO

Sr.: Edilberto Pereira (PETRA Personal Trader C.T.V.M. S/A.)

Endereço: Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel

Cidade/UF: Curitiba, PR

CEP: 80.250-080

Fone/fax: (41) 3074-0909

e-mail: fundos@personaltrader.com.br

À CONSULTORA

Sr.: Delano Macedo de Vasconcelos

Endereço: Av. Santos Dumont 3060, sala 619, Aldeota,

Cidade/UF: Fortaleza, CE

CEP: 60150-161

Fone: (85) 3486-2000

e-mail: delano@smfomento.com.br

Fax: (85) 3486-2010

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.

23.1. - As partes manifestam, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 9.307/96, sua total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo S/A - BVSP, ao qual confirmam adesão, concordando expressamente em submeter a essa Câmara quaisquer litígios que possam surgir deste contrato referentes às disposições contidas nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, bem como das demais normas e legislação aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais, especialmente as

11

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 323 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

normas relativas a fundos de investimento em direitos creditórios (Resolução CMN número 2.907, de 29.11.2001, e Instruções CVM 356, de 17.12.2001, e 393, de 22.07.2002, e posteriores).

23.2. - Se, por qualquer motivo, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) não puder receber, recusar-se ou não puder decidir as controvérsias respeitantes à aplicação deste instrumento e da legislação vigente, fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo-SP para a propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao presente contrato.

24. - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LIMITES DE ATUAÇÃO DA CONSULTORA E CUIDADOS QUE A CONSULTORA DEVE TER PARA EVITAR QUE AS PARTES SEJAM CONFUNDIDAS.

24.1. - Em virtude do que dispõe a legislação nacional sobre o mercado de capitais, especialmente as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários, e para evitar que seja feita confusão entre a pessoa jurídica da CONSULTORA e a entidade do FUNDO, a CONSULTORA obriga-se:

24.1.1. - A não utilizar o nome do FUNDO para nenhuma finalidade. A CONSULTORA é uma prestadora de serviços para o FUNDO, não o representa e nem age em seu nome. A CONSULTORA deve atuar em nome próprio, como selecionadora de recebíveis para o fundo, explicando sua função aos cedentes e devedores ou sacados. Deixando bem claro que se tratam de entes distintos.



24.1.2. - A não oferecer cotas do FUNDO a quem quer que seja. Com exceção das cotas de sua titularidade: em negociações privadas ou no mercado onde as cotas foram registradas para negociação.

24.1.3. - A não criar nenhuma espécie de material publicitário ou de papelaria ou de qualquer outra natureza onde haja menção explícita ou qualquer referência ao FUNDO.

24.1.4. - A jamais confundir a natureza jurídica do FUNDO, sua separação e natureza distinta da CONSULTORA.

24.1.5 - A jamais contribuir para que seja feita qualquer confusão entre a pessoa jurídica da CONSULTORA e a entidade FUNDO.

24.1.6 - A não contratar empregados ou assumir quaisquer responsabilidades contratuais em nome do FUNDO ou que possam gerar qualquer dúvida a esse respeito.

Supp     12

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

27 MAI 2008

24.2. - A CONSULTORA declara:

24.2.1. - Que conhece as normas do mercado de capitais brasileiro, especialmente a Lei 6.385/76 e a Instrução da CVM nº 400/03, com destaque para os artigos abaixo da referida lei ou instrução, que impedem a CONSULTORA de oferecer cotas do FUNDO ao mercado:

Lei 6.385/76

Artigo 19: ... "Parágrafo 4º A emissão pública só poderá ser colocada no mercado através do sistema previsto no Art. 15, podendo a Comissão exigir a participação de instituição financeira."

Artigo. 15. - O sistema de distribuição de valores mobiliários compreende:

I - as instituições financeiras e demais sociedades que tenham por objeto distribuir emissão de valores mobiliários:

a) como agentes da companhia emissora;

b) por conta própria, subscrivendo ou comprando a emissão para a colocar no mercado;

II - as sociedades que tenham por objeto a compra de valores mobiliários em circulação no mercado, para as revender por conta própria;

III - as sociedades e os agentes autônomos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão;

IV - as bolsas de valores.

V - entidades de mercado de balcão organizado.

VI - as corretoras de mercadorias, os operadores especiais e as Bolsas de Mercadorias e Futuros; e

VII - as entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários."

Exercício Irregular de Cargo, Profissão, Atividade ou Função

Art. 27-E.- Atuar, ainda que a título gratuito, no mercado de valores mobiliários, como instituição integrante do sistema de distribuição, administrador de carteira coletiva ou individual, agente autônomo de investimento, auditor independente, analista de valores mobiliários, agente fiduciário ou exercer qualquer cargo, profissão, atividade ou função, sem estar, para esse fim, autorizado ou registrado junto à autoridade administrativa competente, quando exigido por lei ou regulamento:

Pena - detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."

Instrução nº 400 da CVM:

Art. 3º - São atos de distribuição pública a venda, promessa de venda, oferta à venda ou subscrição, assim como a aceitação de pedido de venda ou subscrição de valores mobiliários, de que conste qualquer um dos seguintes elementos:

I - a utilização de listas ou boletins de venda ou subscrição, folhetos, prospectos ou anúncios, destinadas ao público, por qualquer meio ou forma;

II - a procura, no todo ou em parte, de subscritores ou adquirentes indeterminados para os valores mobiliários, mesmo que realizada através de comunicações padronizadas endereçadas a destinatários individualmente identificados, por meio de empregados, representantes, agentes ou quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, integrantes ou não do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou, ainda, se em desconformidade com o previsto nesta Instrução, a consulta sobre a viabilidade da oferta ou a coleta de intenções de investimento junto a subscritores ou adquirentes indeterminados;

III - a negociação feita em loja, escritório ou estabelecimento aberto ao público destinada, no todo ou em parte, a subscritores ou adquirentes indeterminados; ou

13

Supp

A CVM

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

IV - a utilização de publicidade, oral ou escrita, cartas, anúncios, avisos, especialmente através de meios de comunicação de massa ou eletrônicos (páginas ou documentos na rede mundial ou outras redes abertas de computadores e correio eletrônico), entendendo-se como tal qualquer forma de comunicação dirigida ao público em geral com o fim de promover, diretamente ou através de terceiros que atuem por conta do ofertante ou da emissora, a subscrição ou alienação de valores mobiliários."

24.2.2. - Que sabe que o FUNDO é uma entidade do mercado de capitais, que não possui personalidade jurídica própria, que não pode contratar empregados, nem assumir nenhuma obrigação além daquelas previstas em lei e no seu Regulamento, e que o FUNDO só pode ser representado pela instituição financeira que o administra.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes este contrato de prestação de serviços, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 16 de maio de 2008.

ADMINISTRADORA:

Fernando A. da Ft
PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.
Pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL S.M.LP

CONSULTORA:

[Assinatura]
SM FOMENTO COMERCIAL LTDA.

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS:

[Assinatura]
Nome: SÉRGIO SILVEIRA MELO
RG: 219.8236-1/PP

[Assinatura]
Nome: SINONE MELO FRIEDSCHEIN
RG: 91002293526 SSP CE

TESTEMUNHAS:

Antônio Viana de Sousa
Nome: ANTONIO VIANA DE SOUSA
RG: 94002448210

Gilmara Lemos de Oliveira
Nome: GILMARA LEMOS DE OLIVEIRA
RG: 98005006190

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3805 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SM LP**

TERMO DE DELIBERAÇÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS

27 MAI 2008

Por deliberação da administradora:

1) PATRIMÔNIO INICIAL E A PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS: O FUNDO será constituído inicialmente por 18750 (dezoito mil, setecentas e cinquenta) cotas seniores, distribuídas publicamente, e por, no mínimo, 6250 (seis mil, duzentas e cinquenta) cotas subordinadas colocadas privadamente.

a) Cada cota tem o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) o valor desta primeira emissão de cotas seniores.

b) A primeira série de cotas seniores tratada acima terá prazo de duração de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da data de início das atividades do FUNDO.

c) A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, contado da data de início das atividades do FUNDO, as cotas seniores referentes à primeira série terão seus valores amortizados mensalmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês	37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

d) A primeira série de cotas seniores, representativas do patrimônio inicial do FUNDO, deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

2) BENCHMARK DE RENTABILIDADE DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES: Desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO para as cotas seniores será correspondente ao acréscimo por dia útil de 113,50% (cento e treze e meio por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; incidentes sobre o valor das cotas seniores ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas e incorporados ao valor das cotas seniores ao final de cada Período de Capitalização de acordo com as regras abaixo:

a) **PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** O primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do FUNDO e termina no prazo definido pela taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como novo período em vigor o prazo desta taxa. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

b) **FÓRMULA DE CÁLCULO:** O cálculo do valor a ser distribuído para as cotas seniores, desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, obedecerá a seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times \text{FatorDI})$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada cota sênior ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SM LP**

VCse = valor da cota sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = 113,50% da taxa DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorDI} = 113,50\% * \{ [(\text{TDI}/100) + 1] ^ { (\text{PC}/252) } \}$$

onde:

TDI = Taxa DI Over % ao ano, divulgada pela CETIP.

PC = Período de capitalização em dias úteis.

c) No caso de indisponibilidade temporária da taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FUNDO quanto pelos titulares das cotas seniores, quando da divulgação posterior da taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

d) Na ausência de apuração e/ou divulgação da taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, substituirá a taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo BACEN. No caso de não ser possível a substituição da taxa DI pela taxa SELIC, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de cotistas.

27 MAR 08 314115

314114

Georgina
Rafaela
Marcelo
Claudio

2. FUNDOS
RUA EBAHO, 112 - 501 - 21 - ANDAR
TEL. 333 1067

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Data de Publicação: 7 de março de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial SM LP

Analistas: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com;

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 7 de março de 2008 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Ratings Preliminares em 7 de março de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Subordinação mínima**	Montante preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores	brAAf	25%	18,750	Dezembro de 2011
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não aplicável	6,250	Junho de 2018

* O rating de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeita a modificações.

** Embora a proteção de crédito seja calculada dinamicamente (isto é: as alterações na qualidade de crédito requerem mais/menos recebíveis à medida que a qualidade de crédito piora/melhora), a subordinação mínima não se alterará até o vencimento legal final.

Perfil

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial SM LP

Data prevista para o Lançamento: Junho de 2008

Ativos subjacentes: direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços

Originadores dos recebíveis de crédito subjacentes do Fundo: Diversos cedentes prospectados pelo SM Fomento Comercial Ltda. (SM)

Administrador: PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Petra)

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (Deutsche)

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, à emissão de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial SM LP (FIDC Multisetorial SM LP) no montante de até R\$ 18,75 milhões. Os ativos subjacentes do Fundo são: direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, além de caixa e de outros investimentos específicos.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído às cotas seniores do FIDC Multisetorial SM LP na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito dos ativos subjacentes do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating atribuído às cotas seniores do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência. O rating também reflete o desempenho histórico da carteira de recebíveis elegíveis, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas e pela taxa de desconto (*excess spread*) aplicada na compra dos recebíveis, e a adequação do mecanismo dinâmico de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

O Fundo realizará compras rotativas e periódicas desses recebíveis. Os direitos creditórios serão atribuídos ao Fundo pela entidade administradora, a Petra, e terão de cumprir uma série de critérios de elegibilidade definidos, os quais, por sua vez, serão verificados pelo custodiante do Fundo, o Deutsche.

O FIDC Multisetorial SM LP será um condomínio fechado, com prazo de duração de 120 meses, porém o prazo de duração da primeira série de cotas seniores será de 42 meses. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Para cobrir os riscos relacionados à carteira de recebíveis, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no Brasil, estruturou-se um reforço de qualidade de crédito condizente com a categoria de rating "brAAf". O reforço de crédito fornecerá o suporte adequado às cotas seniores do Fundo e assumirá a forma de subordinação estrutural mínima de 25% do patrimônio do Fundo, além de uma taxa de desconto (*excess spread*) mínima de 151,50% da Taxa DI Over, aplicada na compra dos recebíveis.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do Fundo). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento (nesse caso, equivalente a um retorno máximo de 113,5% da Taxa DI Over para as cotas seniores). As cotas seniores emitidas pelo FIDC Multisetorial SM LP poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

A SM Fomento Comercial Ltda. atua no ramo de operações de aquisição de direitos creditórios para pequenas e médias empresas. Sediada em Fortaleza, estado do Ceará, a empresa tem 15 anos de experiência. A empresa também possui escritórios em Teresina, João Pessoa, Mossoró, Recife, Salvador, Natal e Belo Horizonte. Em agosto de 2007, a base de ativos da empresa totalizava R\$ 27 milhões.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa. O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo Fundo.

Principais Pontos Fortes e Fragilidades, Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes das cotas seniores do Fundo são:

- A experiência da SM na análise, aquisição e seleção dos direitos creditórios;
- O bom desempenho histórico da carteira de recebíveis adquiridos pela SM;
- A apropriada diversificação dos direitos creditórios (sacados, grupos econômicos e cedentes);
- A adequada estrutura de fluxo de caixa do Fundo, sob a forma de cotas seniores/subordinadas;
- A reserva dinâmica (mecanismo de reforço de qualidade de crédito) incluída na estrutura do Fundo com o objetivo de cobrir riscos creditícios. Essa reserva equivale à subordinação inicial de 25% em favor das cotas seniores e à taxa mínima de desconto na aquisição dos

- direitos creditórios;
- A capacidade do Deutsche Bank S.A. como custodiante da operação, e responsável pelo fornecimento de informações sobre a operação;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas.

Fragilidades

A Standard & Poor's identificou o seguinte ponto fraco relativo às cotas seniores do Fundo:

- A qualidade de crédito da carteira de recebíveis subjacentes poderá variar durante a vigência do Fundo, em função da natureza rotativa dos ativos.

Fatores Atenuantes

A transação apresenta aspectos estruturais importantes que atenuam as fragilidades acima mencionadas, tais como:

- Os ajustes dinâmicos de reforço de qualidade de crédito para cobrir quaisquer flutuações na qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do Fundo, com o objetivo de manter o rating 'brAAf';
- A adoção de critérios de elegibilidade bem definidos para a compra de recebíveis, com o objetivo de reduzir o risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente.

Descrição do FIDC Multisetorial SM LP

Descrição do Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas denominadas em reais. Conforme explicado, essas cotas serão garantidas por recebíveis originados por diversos cedentes, denominados na mesma moeda, e/ou por outros instrumentos de renda fixa, investimentos de curto prazo e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa do pagamento das duplicatas comerciais, duplicatas de prestação de serviços e de outros investimentos. As cotas subordinadas não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componentes do Rendimento e do Valor de Face

O valor das cotas será calculado diariamente pelo custodiante.

a) Componentes do Rendimento:

Ao contrário do que acontece com os títulos de renda fixa e com outros títulos de dívida, um fundo não promete efetuar nenhum pagamento de principal ou de juros aos investidores (cotistas). Portanto, conforme exposto anteriormente, cada cotista espera receber apenas o rendimento previsto. Assim, o Fundo buscará atingir uma meta de retorno para os cotistas seniores equivalente a 113,5% dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia. As cotas subordinadas não apresentarão rendimento esperado determinado, embora se beneficiem de qualquer valor excedente.

b) Componentes do Valor de Face:

As cotas seniores serão amortizadas em doze pagamentos mensais consecutivos após um período de carência inicial de 30 meses contados a partir da emissão dessas cotas. Os recebíveis terão vencimento inferior ao do Fundo e seu recebimento fornecerá o caixa necessário ao resgate das cotas.

Adicionalmente, deverá ser instituída uma Reserva de Amortização, que será equivalente a 50% do valor estimado da amortização seguinte das cotas seniores com 10 dias úteis de antecedência, e a 100% com cinco dias úteis de antecedência. A Instituição Administradora deverá manter esses recursos alocados em ativos elegíveis de alta liquidez.

Descrição da Estrutura

A Petra criará uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), por meio de um FIDC, cujo único propósito será adquirir direitos creditórios originados por operações realizadas por diversos cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestações de serviços. A análise da Standard & Poor's se concentra na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do Fundo (os recebíveis cedidos), e não leva em conta o eventual efeito positivo oriundo da existência de mecanismos de co-obrigação na estrutura. O Fundo contará com a co-obrigação por parte dos cedentes pelo devido pagamento de eventuais direitos creditórios não honrados pelos devedores e, subsequentemente, com a co-obrigação por parte da Consultora (SM).

O Fundo realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos dos devedores), o Fundo adquirirá novos recebíveis. O Fundo comprará esses recebíveis a uma taxa de desconto estipulada em um mínimo de 151,5% da Taxa DI Over.

Os títulos serão pagos por meio da emissão de boletos de cobrança bancária que terão o Fundo como favorecido ou por meio do depósito bancário dos cheques recebidos para liquidação dos direitos creditórios. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, caso haja a falência do originador.

Crítérios de Elegibilidade

Os documentos da operação especificam os critérios de elegibilidade para a compra de novos direitos creditórios, uma vez que, em função da natureza rotativa da estrutura, a qualidade de crédito da carteira subjacente poderá se deteriorar durante a vigência do Fundo. O custodiante será responsável por verificar regularmente se o Fundo se mantém de acordo com esses critérios. O reforço de crédito será calculado, levando-se em conta os recebíveis em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade da operação e, ao mesmo tempo, excluindo-se aqueles que não obedecem a esses parâmetros.

Dessa forma, o Fundo comprará novos recebíveis do originador sujeito a determinadas condições. Para ser elegível, um recebível deverá atender os seguintes critérios:

- Os direitos creditórios deverão ser gerados por operações submetidas à análise da SM;
- Os direitos creditórios não podem ter data de vencimento superior à data de encerramento do Fundo e não podem estar vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
- Os direitos creditórios de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) não podem representar mais do que 3% do patrimônio líquido do Fundo;
- Os direitos creditórios de um mesmo grupo econômico (empresas ligadas ao mesmo conglomerado), na condição de sacado, não podem ultrapassar 5% do patrimônio líquido do Fundo;
- Os direitos creditórios originados por um mesmo cedente (mesmo CPF ou CNPJ) não podem representar mais do que 6% do patrimônio líquido do Fundo;
- Na data da cessão, os devedores dos direitos creditórios não devem possuir nenhum direito creditório com valor em atraso há mais de 15 dias para com o Fundo;
- O prazo de vencimento dos direitos creditórios deve variar entre cinco e 180 dias a partir da data de aquisição;
- Os direitos creditórios liquidados por meio de cheques não poderão representar mais de 40% do patrimônio líquido do Fundo.

Riscos Relevantes da Estrutura de Recebíveis

O rating atribuído a uma operação estruturada baseia-se principalmente na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, desconsiderando-se a qualidade de crédito do cedente ou do tomador de recursos. Um financiamento estruturado procura isolar as operações das entidades

envolvidas, tais como originadores de recebíveis cujos ratings sejam baixos ou que não possuam rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade protegida contra falência da controladora e cujo rating seja inferior ao da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios relativos a uma transação com recebíveis comerciais e de prestação de serviços, os quais constituem a carteira subjacente de recebíveis de crédito do FIDC Multisetorial SM LP. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o de atrasos no pagamento e de inadimplência do cliente (isto é, do devedor). Além disso, os recebíveis estão sujeitos ao risco de diluição, que representa uma redução no saldo de recebíveis por motivos não relacionados à inadimplência (por exemplo: devoluções, abatimentos e descontos). A fungibilidade de caixa representa outra preocupação em todas as operações garantidas por ativos. Dado o alto giro dos recebíveis em carteiras de duplicatas comerciais e duplicatas de prestação de serviços, o risco de perda por fungibilidade poderia ser ampliado. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação de serviço também serão analisados nesta seção.

Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação (Sim/Não)	Forma de Atenuação para as Cotas seniores
1. Inadimplência do Devedor	Histórico de atrasos e desempenho de perdas como proxy das perdas de crédito	Sim	Subordinação de cotas
2. Diluição	Redução não monetária do saldo de um recebível, não atribuível à inadimplência ou prejuízo	Sim	Subordinação de cotas
3. Custos de carregamento	Custos previstos ao longo do período de amortização assumido	Sim	Spread excedente equivalente a 38% do CDI, no mínimo
4. Fungibilidade	As cobranças poderiam ser fungíveis com outras contas a receber do originador	Não	Devedores devem realizar seus pagamentos na conta do custodiante
5. Questões administrativas	Originador do produto poderia ser o administrador das contas a receber	Não	A SM foi contratada como consultora do Fundo, para exercer atividades que incluem a cobrança de recebíveis inadimplentes. Isso não exime o administrador do Fundo de responsabilidade por esses aspectos. Além disso, a SM será fiel depositária dos direitos creditórios.

Risco de Inadimplência do Devedor (do Cliente)

O histórico de inadimplência e de perdas são geralmente os melhores indicadores da qualidade de crédito de uma carteira de recebíveis. A maioria das empresas mantém recebíveis em atraso por períodos superiores aos praticados por bancos ou financeiras antes de considerá-los irre recuperáveis. Isso pode ser visto de forma positiva, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as possibilidades de recebimento. Entretanto, torna-se difícil determinar o valor dos recebíveis vencidos se as políticas de reconhecimento de perdas forem discricionárias e se estiverem sujeitas à manipulação. Por esse motivo, as premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise de recebíveis se concentram na análise das inadimplências em estado avançado como indicadores da qualidade de crédito da carteira. Normalmente, assume-se a falência do vendedor como associada à dificuldade resultante do recebimento de contas em estado avançado de inadimplência.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada, de modo geral, para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa contra perda. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, alocações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que não podem ser considerados um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, no entanto, constituem um potencial de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas podem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores como as práticas do setor e a complexidade do produto. Embora a devolução de mercadorias seja normalmente a maior categoria de diluição, existem muitas outras. As empresas comumente usam diluições na forma de descontos por quantidade para incentivar suas vendas.

Custos de Carregamento

Em todas as operações com recebíveis, há a necessidade de se constituir uma reserva para cobrir juros e outros custos (como administração de ativos e de custódia), que serão incorridos durante a vida da operação. Recebíveis são ativos que não estão sujeitos a taxas de juros. Desse modo, a Standard & Poor's precisa estar segura de que a taxa de desconto aplicável à compra de recebíveis por parte do fundo ou emissor antes da amortização seja suficiente para cobrir o aumento de custos administrativos durante todo o prazo de amortização assumido.

Fungibilidade

As carteiras de recebíveis apresentam índices de pagamentos e de giro maiores que as de outros tipos de ativos. Assim sendo, o risco de fungibilidade assume grande importância. Por exemplo: uma carteira apresenta prazo médio de recebimento de 30 dias (e os pagamentos são recebidos de modo relativamente uniforme durante o mês) e, por dois dias úteis, os recebimentos tornam-se fungíveis com o de um vendedor cujo rating é inferior ao almejado para a operação. A operação corre o risco de dois trinta-avos da carteira ser perdido ou sustado em caso de falência do cedente. Isso representa um grande fator de risco para uma operação de securitização.

Questões Administrativas

Na maioria das operações com recebíveis, o vendedor dos recebíveis fica responsável por parte da administração da operação. Talvez essa seja a forma mais eficiente de administração de uma carteira securitizada, uma vez que os sistemas de contas a receber normalmente são proprietários e, mesmo quando comprados, são normalmente modificados para melhor se adaptar aos negócios específicos do cedente. Mesmo assim, há duas recomendações relativas à administração de securitizações de recebíveis. A primeira é que a operação deverá prever a possibilidade de se nomear um administrador substituto caso o vendedor/administrador torne-se incapaz de continuar administrando a carteira, ou seja, isentado de suas responsabilidades, em função de um inadimplemento por parte do administrador. A segunda é que a taxa a ser paga ao administrador substituto deverá estar estipulada nos documentos da operação e que seu valor seja suficiente para remunerar adequadamente o administrador substituto, caso ele tenha que assumir as atividades de administração, recebimento e cobrança.

Aspectos Relacionados à Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios

A verificação do lastro dos direitos creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos documentos comprobatórios respectivos, e será de responsabilidade do custodiante. A análise da documentação será realizada, utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, em decorrência da expressiva diversificação de clientes e do volume significativo de direitos creditórios cedidos ao FIDC Multisetorial SM LP. O resultado dessa verificação será comunicado ao administrador do Fundo e à Standard & Poor's.

A utilização de métodos de verificação do lastro por amostragem não tem efeito sobre o rating atribuído. A Standard & Poor's monitora continuamente as transações por ela avaliadas e publica trimestralmente relatórios de monitoramento. Caso a Standard & Poor's identifique qualquer alteração significativa no comportamento dos direitos creditórios relativamente ao que era esperado durante o processo de análise inicial, o rating atribuído poderá ser alterado.

Reforço de Qualidade de Crédito

Com o objetivo de cobrir os riscos relativos às carteiras de recebíveis, diante das especificidades do ambiente de fundos de recebíveis de crédito no Brasil, o FIDC Multisetorial SM LP deverá apresentar uma estrutura de reforço de qualidade de crédito compatível com a categoria de rating 'brAAf'. O reforço de qualidade de crédito promoverá o suporte de crédito necessário às cotas seniores do Fundo na forma de subordinação estrutural.

Portanto, o nível de subordinação será calculado regularmente mediante a soma ou subtração do valor das cotas subordinadas em circulação (garantidas por novos recebíveis), compradas ou vendidas pelo originador do Fundo. Em outras palavras, o Fundo manterá recebíveis no nível mínimo necessário para sustentar o grau de subordinação exigido para se manter o patamar de risco estabelecido e formalizado de acordo com o rating atual da Standard & Poor's.

Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito: Conforme mencionado nas seções anteriores, o reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas por uma potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – será obtido por meio de

subordinação estrutural. O reforço de qualidade de crédito necessário para a manutenção do rating originalmente atribuído será o maior resultado entre a reserva dinâmica e a reserva mínima.

Dimensionamento da Reserva Dinâmica: Para a carteira de recebíveis de crédito subjacente do FIDC Multisetorial SM LP, a reserva dinâmica é calculada mediante a soma dos reforços de crédito necessários relativos a dois tipos de reservas: a Reserva para Perdas e a Reserva para Diluição.

Dimensionamento da Reserva para Perdas: A proteção necessária contra reduções nos níveis de garantia, em consequência de falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica para inadimplência. A porcentagem da reserva dinâmica para inadimplência é calculada regularmente e se baseia nos dados de desempenho da carteira de recebíveis nos últimos 36 meses. A base para a formação da reserva é um índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplente foi gerado.

O Índice de Perdas (*Loss Ratio – LR*) calculado sobre as vendas é multiplicado pelo Índice de Horizonte de Perdas (*Loss Horizon Ratio – LHR*) da carteira (que indica o potencial de perda embutido no estoque de recebíveis) e, então, testado por um fator de estresse (*Stress Factor – SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com a categoria de rating da operação.

Desta forma: Reserva para Perdas = LR x LHR x SF, na qual:

LR: Índice de Perda: maior média móvel de três meses do índice de inadimplência, calculado durante o período de 12 meses encerrado na data de cálculo mais recente. Calculado em 6,48%

LHR: Índice de Horizonte de Perdas: vendas acumuladas no horizonte de perda no mês em curso, menos o saldo líquido dos recebíveis qualificados. Calculado em 1,67x.

SF: Fator de Estresse utilizado: 2,0x

Dimensionamento da Reserva para Diluição: A proteção exigida contra reduções nos níveis de garantia em consequência de perdas não creditícias, também conhecidas como diluição, corresponde à reserva para diluição exigida.

O percentual da reserva dinâmica para diluição é calculado mensalmente e se baseia nos dados de desempenho da carteira de recebíveis dos últimos 12 meses. A base para a formação da reserva é um índice que mede a diluição agregada como porcentagem das vendas no período de 12 meses imediatamente anterior à data de cálculo mais recente. Esse percentual baseado nas vendas é então testado por um fator de estresse.

Assim sendo: Reserva para Diluição =

$$(SF \times ED) + \left[(DS - ED) \times \frac{DS}{ED} \right] \times DHR$$

na qual:

SF: Fator de Estresse, conforme acima descrito;

ED: Diluição Prevista: média móvel de 12 meses do Índice de Diluição;

DS: Pico de Diluição: a maior diluição no mesmo período;

DHR: Índice de Horizonte de Diluição: total das vendas durante o horizonte de diluição, em relação ao saldo líquido dos recebíveis qualificados no mês em curso.

No FIDC Multisetorial SM LP, os dados de diluição já estavam incorporados nas estatísticas de perdas.

Dimensionamento da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor que compra recebíveis dos originadores.

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do Fundo. Portanto, caso os indicadores de inadimplência e de perda melhorem, de modo que a proteção de crédito dimensionada pela reserva dinâmica seja inferior ao cálculo da reserva mínima, a reserva mínima será aplicada.

No caso do FIDC Multisetorial SM LP, a reserva dinâmica foi estimada em 21,6%, enquanto a reserva mínima foi estimada em 25%.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, já que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados nessa moeda.

Eventos de Avaliação do FIDC Multisetorial SM LP

Qualquer uma das situações abaixo será considerada um evento de consulta que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Não observância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento do Fundo;
- Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- Inobservância, pela administradora, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento do Fundo;
- Na hipótese de amortização de cotas subordinadas em desacordo com o definido na documentação da transação;
- Rebaixamento das cotas seniores do Fundo para uma categoria de rating inferior a "brA-f";
- Caso a Taxa DI Over seja maior ou igual à 130% da Taxa DI Over do dia útil imediatamente anterior;
- Caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 7,5%;
- Caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 6%;

Eventos de Liquidação Antecipada do FIDC Multisetorial SM LP

Qualquer um dos eventos a seguir será considerado um caso de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (i) informar os cotistas a respeito do evento; (ii) suspender os pagamentos de amortização de quaisquer cotas seniores em aberto; e (iii) convocar uma assembleia geral dos cotistas seniores para decidir sobre os procedimentos para a liquidação do Fundo.

Os eventos de liquidação antecipada mais relevantes são:

1. Se o patamar mínimo de distribuição de cotas do Fundo não for atingido ao término do prazo de colocação das cotas;
2. Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
3. Patrimônio Líquido do Fundo inferior a R\$ 500.000,00 pelo período de três meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
4. Impossibilidade de o Fundo adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimentos;
5. Patrimônio líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as cotas seniores.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em

função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal remuneração é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies